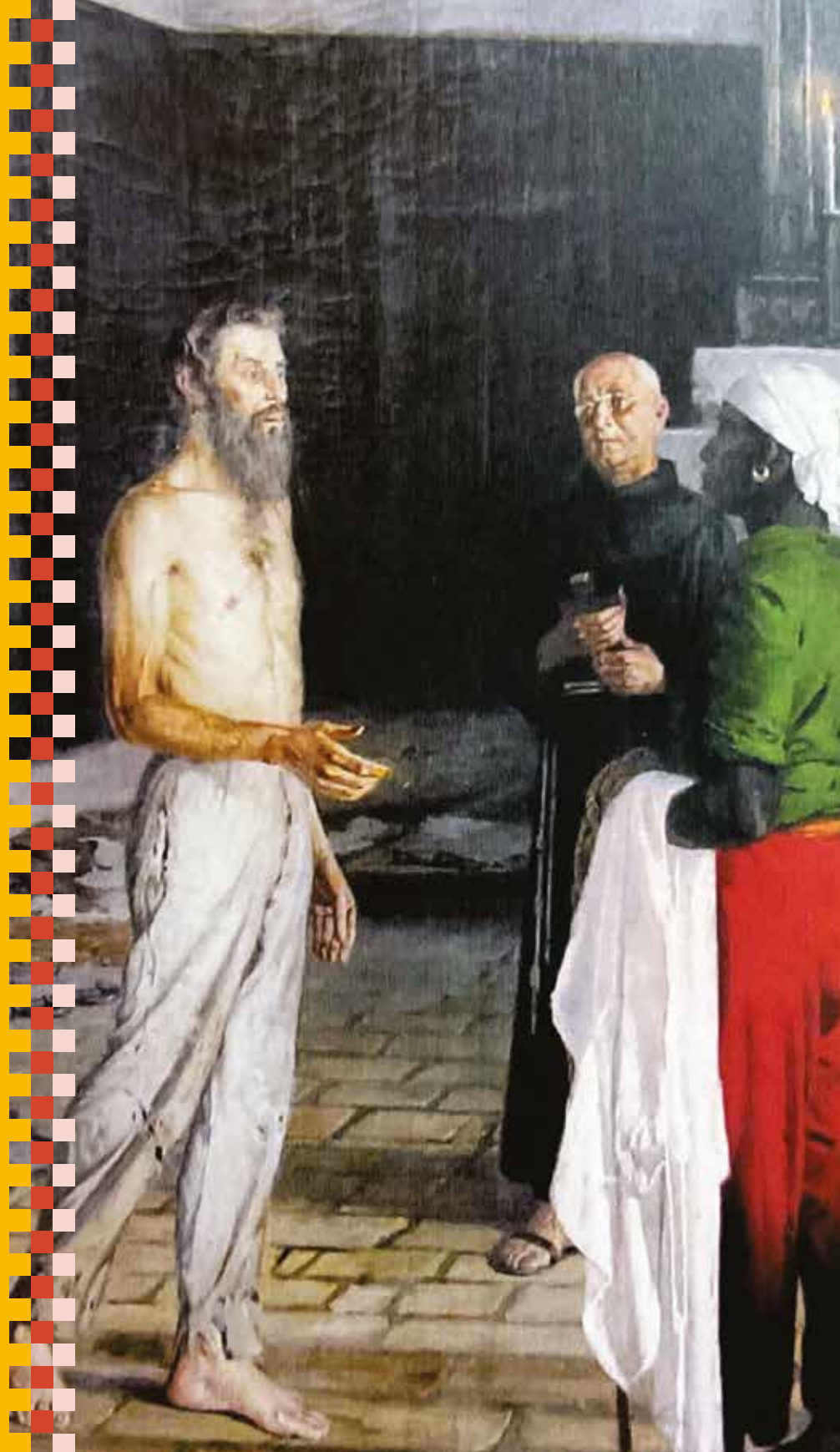


Relatório ANUAL

Comissão
de Constituição
e Justiça e de Cidadania

2021







Mesa diretora da Câmara dos Deputados

Presidente

Arthur Lira

1º Vice-Presidente

Marcelo Ramos

2º Vice-Presidente

André de Paula

1º Secretário

Luciano Bivar

2ª Secretária

Marília Arraes

3ª Secretária

Rose Modesto

4ª Secretária

Rosangela Gomes

1º Suplente

Eduardo Bismarck

2º Suplente

Gilberto Nascimento

3º Suplente

Alexandre Leite

4º Suplente

Cássio Andrade

Diretor-Geral

Celso de Barros Correia Neto

Secretário-Geral da Mesa

Ruthier de Sousa Silva

Sumário

Introdução	7
Membros da Comissão	12
Subcomissões	20
Março	26
Abril	34
Mai	54
Junho	78
Julho	88
Agosto	104
Setembro	128
Outubro	154
Novembro	240
Dezembro	298
Estatística 2021/CCJC	384
Equipe técnica da CCJ	388

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Presidente

Bia Kicis

1º Vice-Presidente

Marcos Pereira

2º Vice-Presidente

Darci de Matos

3º Vice-Presidente

Lucas Vergílio

Diretoria Legislativa

Luciana da Silva Teixeira

Departamento de Comissões

João Batista Silva Aragão Junior

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Secretário-Executivo: Silvio Avelino da Silva

Projeto Gráfico, Diagramação e capa

Gabriel Vieira

Texto e edição

Agência Câmara Notícias e Equipe Técnica da CCJC

Fotos

Izael Tomaz e Agência Câmara

Câmara dos Deputados
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
Anexo II Praça dos Três Poderes
Brasília - DF - CEP: 70160-900
Telefone: 61) 3216-6483 - (61) 3216-6494

Twitter: @ccjc_camara

Instagram: @ccjc.cd

Bia Kicis

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Desde minha eleição em 2018, presidir a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania foi um sonho, considerando minha formação jurídica e capacidade de diálogo. A convicção de que seria capaz de contribuir para com a sociedade, na presidência da CCJC, foi a minha maior motivação para assumir essa grande responsabilidade.

Além dos desafios já esperados em assumir uma Comissão desta envergadura, tivemos que lidar com uma nova adversidade peculiar, a pandemia do novo coronavírus.

Algumas medidas sanitárias foram tomadas, a fim de minimizar a propagação do vírus. Uma das medidas foi a suspensão dos trabalhos presenciais na Câmara dos Deputados.

No ano de 2020, as comissões tiveram seus trabalhos paralisados, com o funcionamento apenas do Plenário, tratando, em sua maioria, de projetos referentes ao

combate da COVID-19, à manutenção de empregos e auxílio aos mais vulneráveis.

Desta forma, o acúmulo de projetos represados nas comissões foi histórico. A eficiência da presidência na CCJC, em 2021, era inegociável para o bom andamento da Comissão. Uma presidência profícua foi o meu principal objetivo, para bem servir a população. Para tanto, o constante diálogo foi fundamental para a elaboração de boas pautas.

Após superar fortes resistências ideológicas, por parte de opositores do Governo, meu trabalho acabou por revelar a minha personalidade agregadora, capaz de ouvir os diferentes posicionamentos, aliada a uma postura firme que muito ajudou na condução dos trabalhos.

Juntamos a experiência de um dos maiores regimentalistas da Casa, Sílvio Avelino – que aceitou meu convite para assumir o cargo de Secretário Executivo da Comissão –, com a experiência tecnológica e legislativa

dos servidores mais jovens. Desse encontro surgiu uma CCJC produtiva, moderna, apta a responder perfeitamente as dificuldades inerentes ao momento, sem perda de qualidade.

Busquei sempre estimular o alto nível dos debates, lançando mão, inclusive, de ferramentas regimentais para determinar a retirada das notas taquigráficas de manifestações injuriosas e descorteses. Essa medida contribuiu para um ambiente mais respeitoso. Apesar de embates ideológicos, que em alguns momentos se reacendiam, a determinação em fazer valer os termos do artigo 73, inciso XII, do regimento, foi fundamental para promover um ambiente civilizado.

Com o auxílio dos três Vice-Presidentes, Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP), Deputado Darci de Matos (PSD-SC), e Deputado Lucas Vergílio (SOLIDARIEDADE-GO), e de todos os membros, realizamos 106 reuniões, 1486 designações, apreciando 863 matérias e 394 redações finais.

Destaco aqui a atuação do segundo Vice-Presidente da Comissão, Deputado Federal Darci de Matos, presente em todas as reuniões, sempre me auxiliando. Um Deputado com espírito de colaboração e responsabilidade.

Com tantos desafios, recebi apoio de diversos Parlamentares, que foram peças fundamentais para que os trabalhos da Comissão pudessem fluir. O bom diálogo com os coordenadores dos partidos e do Governo na CCJC foi essencial para que pudessemos trabalhar com eficiência. A eles minha gratidão pelo suporte que me deram durante todo este ano.

Com a disposição dos membros da CCJC, o modelo virtual nos permitiu avançar na pauta, considerando que os Parlamentares estavam em seus Estados, o que possibilitou o encerramento em horários estendidos.

No mês inicial de nossos trabalhos, tratamos de pautas de enfrentamento da pandemia a fim de trazer para a população projetos capazes de minimizar os impactos negativos, sejam econômicos, de educação, ou de saúde.

A pauta reformista, que se fazia presente nos anseios da sociedade, refletiu na CCJC, destacando-se a admissibilidade da Reforma Administrativa e da PEC 23/2021 (dos Precatórios); e a aprovação do Marco Temporal das terras indígenas (PL 490/2017) e a PEC 159/2019, de minha autoria, que revoga a “PEC da Bengala”; dentre tantas outras. Além disso, aprovamos projetos muito importantes para a sociedade, como o PL 3262/2019, que modifica o Código Penal, a fim de não permitir a criminalização da educação domiciliar como modalidade de ensino; o PLP

5/2021, que prorroga os incentivos de ICMS concedidos ao comércio atacadista; a PEC 15/2021, que determina que os Municípios poderão parcelar seus débitos previdenciários em 240 parcelas; o PL 6028/2019, que torna obrigatório o uso de cães farejadores pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o PL 2.584/2019, que obriga a Fazenda Pública a antecipar o pagamento das despesas das diligências dos Oficiais de Justiça; o PL 2.585/2021, que inclui, como essencial, para fins da análise da constitucionalidade de leis ou atos normativos, a análise dos pareceres aprovados pelas CCJCs da Câmara e do Senado; o PL 2.541/2021, que estende a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia; e a PEC 194/2019, que dispõe sobre o tratamento diferenciado referente às obrigações acessórias para as entidades do terceiro setor.

Considerando a complexidade de alguns temas, aprovamos, também, diversos requerimentos de audiências públicas como, por exemplo, para as PECs 32/2019 e 23/2021.

Levando em consideração a quantidade de projetos relevantes que ficaram represados durante o não funcionamento da Comissão, optamos por criar duas subcomissões de impacto significativo para a sociedade. Criamos a Subcomissão Penal – Presidente Deputado

Capitão Derrite (PP-SP), Vice-Presidente Deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), e Relator Deputado Carlos Jordy (PSL-RJ). Resultou desta subcomissão a aprovação do anteprojeto 6 (APJ 6/2021), que endurece regras para progressão de regime, ou seja, busca tornar mais rígida a Lei de Execução Penal.

A CCJC criou, também, a Subcomissão de Defesa da Criança e do Adolescente – Presidente Deputada Caroline de Toni (PSL-SC), Vice-Presidente Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA-DF) e Relator Deputado Diego Garcia (PODE-PR).

Foi uma grande honra sentar-me nesta cadeira. Ser a primeira mulher a ocupar esta posição tão importante e contribuir com a história do protagonismo feminino na política brasileira é, de fato, digno de registro.

Tenho plena convicção de que ser mulher não foi fator determinante para assumir este posto de relevo. Os fatores que contribuíram para minha indicação, por meu partido, foram a minha experiência jurídica, como Procuradora do Distrito Federal por 24 anos, e o reconhecimento de minha capacidade de diálogo e de agregação.

Agradeço a todos os Parlamentares que confiaram a mim esta grande missão. Agradeço também ao Presidente da Casa, Deputado Arthur Lira, que apoiou firmemente a minha indicação. Mais uma vez quero agradecer a par-

ceria do meu líder de partido, Deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO), que esteve ao meu lado do começo ao fim.

Agradeço aos Deputados do meu partido na CCJC, em especial ao coordenador da sigla na Comissão, Deputado Carlos Jordy (PSL-RJ). Não há como citar o meu partido sem elogiar o excelente trabalho da servidora da Casa e assessora legislativa da liderança do PSL, Patrícia Berto.

Sou grata a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram com os nossos trabalhos, como os funcionários da copa, os nossos policiais legislativos e os assessores dos Parlamentares e das lideranças que tanto se dedicaram neste ano a esta comissão.

E quero registrar a minha gratidão e admiração a toda equipe de servidores da CCJC, que trabalharam com dedicação e desvelo. Esse é o time que, carinhosamente, sempre chamo de “dream team”.

Agradeço, também, a tantos brasileiros que se manifestaram em apoio a minha candidatura à presidência da Comissão mais importante da Câmara dos Deputados e seguiram acompanhando os trabalhos pelas redes.

Em meu discurso de posse, afirmei que, se honrada fosse com a confiança dos meus pares, eu seria uma presidente da CCJC serena, democrática, inclusiva e firme. As inúmeras manifestações que tenho recebido de líderes e

Parlamentares, dos mais diversos partidos, a respeito da minha presidência, dão-me a convicção de que cumpri com excelência meu desiderato.

Com muita dedicação, resiliência, trabalho árduo, consciência da responsabilidade e disposição em entregar sempre o meu melhor, continuarei trabalhando incessantemente para honrar todos aqueles que me confiaram este mandato e estar pronta para servir a tudo mais que Deus me reservar.



Deputada Federal Bia Kicis.



MEMBROS DA COMISSÃO



Presidente

Bia Kicis - PSL/DF

Formada em Direito, foi procuradora do Distrito Federal por 24 anos. Foi a terceira Deputada Federal mais votada no DF nas eleições de 2018, conquistando seu primeiro mandato. Foi Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional, e, também, Vice-Líder de seu partido. Eleita a primeira mulher para a cadeira de presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania no ano de 2021.



1º Vice-Presidente

Marcos Pereira *REPUBLICANOS/SP*

Advogado, professor de Direito, mestre em Direito Constitucional, Presidente Nacional do Republicanos, Deputado Federal por São Paulo e ex-Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.



2º Vice-Presidente

Darci de Matos *PSD/SC*

Darci de Matos, economista com pós-graduação em administração e marketing. Vereador de Joinville (2001 a 2006) e Deputado Estadual (2007 a 2018). Deputado Federal a partir de 2019.



3º Vice-Presidente

Lucas Vergílio *SOLIDARIEDADE/GO*

Nascido em Goiânia (GO), Lucas Vergílio é corretor de seguros, formado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Goiás, em 2014 foi eleito o Deputado Federal mais jovem de Goiás, está em seu segundo mandato. Líder da Bancada do Solidariedade.

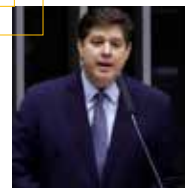
Membros Titulares



Aginaldo Ribeiro
PP/PB



Alencar Santana
Braga
PT/SP



Baleia Rossi
MDB/SP



Bia Kicis
PSL/DF



Bilac Pinto
DEM/MG



Capitão Augusto
PL/SP



Capitão Wagner
PROS/CE



Carlos Jordy
PSL/RJ



Caroline de Toni
PSL/SC



Dagoberto
Nogueira
PSL/SC



Daniel Freitas
PSL/SC



Darci de Matos
PSD/SC



Diego Garcia
PODEMOS/PR



Edilázio Junior
PSD/MA



Enrico Misasi
PV/SP



Fábio Trad
PSD/MS



Felipe Francichini
PLS/PR



Félix Mendonça
Júnior
PDT/BA



Fernanda
Melchionna
PSOL/RS



Filipe Barros
PSL/PR



Genecias Noronha
SOLIDARIEDADE/CE



Geninho Zuliani
DEM/SP



Gervásio Maia
PSB/PB



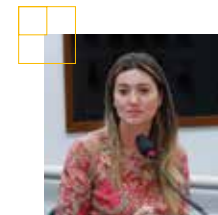
Gilson Marques
NOVO/SC



Giovanni Cherini
PL/RS



Gleise Hoffmann
PT/PR



Greyce Elias
AVANTE/MG



Hiran Gonçalves
PP/RR



João Campos
REPUBLICANOS/GO



José Guimarães
PT/CE



Juarez Costa
MDB/MT



Júlio Delgado
PSB/MG



Kim Kataguirí
DEM/SP



Lafayette de
Andrada
REPUBLICANOS/MG



Léo Moraes
PODEMOS/RO



Leur Lomanto
Júnior
DEM/BA



Lucas Redecker
PSDB/RS



Lucas Vergilio
SOLIDARIEDADE/CE



Magda Moffato
PL/GO



Marcelo Aro
PP/MG



Marcelo Moraes
PTB/RS



Marcio Biolchi
MDB/RS



Marcos Aurélio
Sampaio
MDB/PI



Marcos pereira
REPUBLICANOS/SP



Margarete Coelho
PP/PI



Maria do Rosário
PT/RS



Orlando Silva
PCdoB/SP



Pastor Eurico
PATRIOTA/PE



Patrus Ananias
PT/MG



Paulo Abi-Ackel
PSDB/MG



Paulo Eduardo
Martins
PSC/PR



Paulo Magalhães
PSD/BA



Paulo Teixeira
PT/SP



Pinheirinho
PP/MG



Pompeo de
Mattos
PDT/RS



Ricardo Silva
PSB/SP



Rubens Bueno
CIDADANIA/PR



Rui Falcão
PT/SP



Samuel Moreira
PSDB/SP



Sérgio Brito
PSD/BA



Sérgio Toledo
PL/AL



Shéridan
PSDB/RR



Silvio Costa Filho
Republicanos/PE



Subtenente
Gonzaga
PDT/MG



Tadeu Alencar
PSB/PE



Vitor Hugo
PSL/GO

Membros Suplentes



Adriana Ventura
NOVO/SP



Alê Silva
PSL/MG



Aluisio Mendes
PSC/MA



Angela Amin
PP/SC



Arthur Oliveira
Maia
DEM/BA



Aureo Ribeiro
SOLIDARIEDADE/RJ



Bira do Pindaré
PSB/MA



Capitão Alberto
Neto
REPUBLICANOS/AM



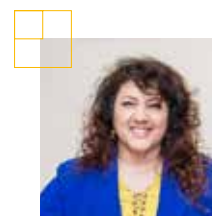
Charlles
Evangelista
PSL/MG



Chico D'Angelo
PDT/RJ



Chris Tonietto
PSL/RJ



Christiane de
Souza Yared
PL/PR



Christino Aureo
PP/RJ



Claudio Cajado
PP/BA



Coronel Tadeu
PSL/SP



Danilo Forte
PSDB/CE



Delegado Éder
Mauro
PSD/PA



Delegado Marcelo
Freitas
PSL/MG



Delegado Pablo
PSL/AM



Denis Bezerra
PSB/CE



Dr. Frederico
PATRIOTA/MG



Edio Lopes
PL/RR



Eduardo Cury
PSDB/SP



Erika Kokay
PT/DF



Expedito Netto
PSD/RO



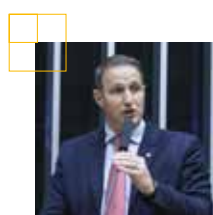
Fábio Henrique
PDT/SE



Fábio Mitidieri
PSD/SE



Franco Cartafina
PP/MG



Guilherme Derrite
PP/SP



Hugo Leal
PSD/RJ



Hugo Motta
REPUBLICANOS/PB



Isnaldo Bulhões Jr.
MDB/AL



Ivan Valente
PSOL/SP



Joenia Wapichana
REDE/RR



José Medeiros
PODEMOS/MT



Leo de Brito
PT/AC



Lincoln Portela
PL/MG



Luis Miranda
DEM/DF



Luiz Tibé
AVANTE/MG



Luiz Carlos
PSDB/AP



Luiz Philippe
de Orleans e
Bragança
PSL/SP



Luizão Goulart
REPUBLICANOS/PR



Maurício Dziedricki
PTB/RS



Mauro Lopes
MDB/MG



Paula Belmonte
CIDADANIA/DF



Paulo Pereira da
Silva
CIDADANIA/DF



Pedro Cunha Lima
PSDB/PB



Pedro Lupion
DEM/PR



Perpétua Almeida
PCdoB/AC



Rafael Motta
PSB/RN



Reginaldo Lopes
PT/MG



*Reinhold
Stephanes Junior
PSD/PR*



*Renata Abreu
CIDADANIA/DF*



*Rogério Peninha
Mendonça
MDB/SC*



*Rubens Otoni
PT/GO*



*Rubens Pereira
Júnior
PT/GO*



*Sâmia Bomfim
PSOL/SP*



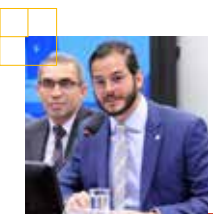
*Silas Câmara
REPUBLICANOS/AM*



*Sóstenes
Cavalcante
DEM/RJ*



*Tabata Amaral
PSB/SP*



*Túlio Gadêlha
PSB/SP*



*Vinicius Gurgel
PL/AP*



*Wolney Queiroz
PDT/PE*



*Zé Neto
PT/BA*



*Zeca Dirceu
PT/PR*



SUBCOMISSÕES



Deputado Guilherme Derrite



Deputado Subtenente Gonzaga

Subcomissão Especial para Assuntos Penais

Em 24 de maio de 2021, foi aprovado o Requerimento n. 115 de 2021, de autoria do Deputado Carlos Jordy (PSL/RJ), para a criação da Subcomissão Especial para Assuntos Penais.

Instalada em 8 de junho, foram eleitos, como Presidente, o Deputado Guilherme Derrite (PP/SP), como Vice-Presidente, o Deputado Subtenente Gonzaga (PDT/MG), e, posteriormente, indicado como Relator o Deputado Carlos Jordy (PSL/RJ).

A Subcomissão teve como escopo o aumento da eficácia das legislações penal e processual penal. Para tanto, o Relator recomendou modificações no Código Penal, na Lei de Execução Penal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Estatuto do Idoso, além da análise de propostas em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), buscando em todos os temas as proposições atingidas pela

prejudicialidade ou as prioritárias para deliberação pelo Plenário da CCJC.

Foram realizadas oito reuniões de Audiências Públicas.

Em 14 de setembro, o Deputado Carlos Jordy (PSL/RJ) apresentou o relatório final à subcomissão com oito Anteprojeto de Lei com propostas de mudanças na legislação para endurecer penas de crimes como homicídio, furto, roubo e uso irregular de verba pública, além de dificultar a progressão de regime para presos e as “saidinhas”.

Um dos anteprojeto de lei (APJ 4/21) aprovados enquadra como estupro de vulnerável o crime sexual

cometido contra pessoa menor de 18 e maior de 14 anos, sendo o agente ascendente da vítima, como padrasto ou madrasta, tio ou tia ou ainda educador, entre outros.

Um outro anteprojeto aprovado (APJ 8/21) amplia a punição para quem se apropriar de bens ou rendimentos (como aposentadorias e pensões) dos maiores de 60 anos. A pena atual, que é reclusão de 1 a 4 anos e multa, sobe para reclusão de 3 a 10 anos.

Em 29 de setembro, o relatório final foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e os Anteprojeto de Lei de números 2, 3, 4, 5, 6 e 8 foram aprovados nas Reuniões Deliberativas posteriores.





Deputados Enrico Misasi, Bia Kicis, Carol De Toni, Diego Garcia, Paula Belmonte e Éder Mauro

Subcomissão Especial de Proteção e dos Direitos da Criança e do Adolescente

Em 28 de setembro de 2021, foi aprovado o Requerimento nº 153 de 2021, de autoria do Deputado Diego Garcia (PODEMOS/PR), para a criação da Subcomissão Especial de Proteção e dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O intuito da subcomissão foi a realização de estudos na área dos direitos e da proteção das crianças

e dos adolescentes, bem como apresentar possíveis contribuições legislativas, além de discutir proposições pendentes de deliberação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania que tratassem dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Em 13 de outubro de 2021, a Deputada Bia Kicis, presidente da CCJC, constituiu a Subcomissão Especial,

bem como a sua instalação, sendo eleitas as Deputadas Caroline de Toni (PSL/SC), como Presidente, a Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA/DF), como Vice-Presidente e, posteriormente, indicado como Relator o Deputado Diego Garcia (PODEMOS/PR).

Entre 4 e 9 de novembro, ocorreram três Audiência Públicas para tratar dos seguintes eixos temáticos: A) Fortalecimento dos vínculos familiares como fator de proteção da infância, da adolescência e de desenvolvimento da sociedade; B) Proteção da infância e da adolescência tendo em vista as situações de abuso, violência, drogas, evasão escolar, automutilação, suicídio; C) Impacto da pandemia no desenvolvimento das crianças e adolescentes, inclusive o impacto das escolas fechadas, do uso imoderado de telas, do confinamento, da diminuição de atividade física.

Em 23 de novembro, o Deputado Diego Garcia apresentou seu relatório com 20 projetos de lei sugeridos a serem apreciados nas reuniões deliberativas da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Dentre as propostas, as de maior destaque foram a que permite visitação de criança ou adolescente à mãe ou ao pai internado em instituição de saúde (PL 9990/18); a que prevê sanções aos prestadores de serviços turísticos que cometerem infrações associadas à facilitação do turismo sexual (PL 5637/20); e a que estabelece o Programa Federal de Incentivo ao Trabalho Educativo

(Projovem) para assegurar estágio remunerado (PL 2942/21).

Também está na lista o projeto que institui o Dia Nacional do Brincar (PL 4030/20); o que cria o “Orçamento Criança” (PL 3826/19); o que condiciona o recebimento de patrocínio de bancos públicos por clubes de futebol e associações esportivas à adoção de medidas de proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual (PL 9622/18); e o que fixa multa para o estabelecimento que vender bebida alcoólica a menores de 18 anos (PL 969/03).

Além da aprovação dos projetos de lei, o relatório abarcou uma série de recomendações, como a licença remunerada suficiente para pais e responsáveis, a fim de atender às necessidades dos filhos; o apoio à amamentação exclusiva por seis meses; a garantia de que todas as crianças tenham acesso a creches e educação infantil de qualidade com preços acessíveis; e a instituição de programas que proporcionem acesso ao primeiro emprego para os jovens.

Com manifestação favorável do Relator, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputados Bia Kicis, Carol De Toni, Diego Garcia, Paula Belmonte e Éder Mauro



MARÇO
3



Deputada Bia Kicis

10/03

Eleita a primeira mulher para presidir a CCJC

A primeira reunião da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania no ano de 2021 foi presidida, inicialmente, pelo Deputado Felipe Francischini (PSL-PR).

Dando prosseguimento aos trabalhos, o Deputado Mauro Lopes (MDB-MG) iniciou o procedimento de eleição da Presidência da Comissão.

Eleita por 41 votos, a Deputada Bia Kicis (PSL-DF) assumiu a Mesa da Presidência e iniciou seu discurso de posse.

“Neste momento tão importante, em que assumo a cadeira da Comissão de Constituição e Justiça, uma das comissões mais importantes dessa Casa, pensei no que deveria registrar hoje em minha fala.

Prefiro não dar destaque a todas as dificuldades, resistências, maledicências, narrativas injuriosas e falsas acusações, às quais fui submetida no último mês. Só vejo sentido em citar isso para compartilhar com todos vocês que me ouvem as grandes lições e aprendizados que tive.

Portanto, quero eternizar este momento falando de valores como a paciência, a serenidade e a fé, valores que cresceram dentro de mim desde o dia em que meu nome foi divulgado.

Desde o início, na minha peregrinação por todos os líderes e pelos Parlamentares, deixei claro que se honrada fosse com a confiança dos meus pares, eu seria uma presidente da CCJC, serena, democrática, inclusiva e firme, a fim de zelar pela transparência e pela proporcionalidade para garantir o equilíbrio dos trabalhos.

Prometi que cada Parlamentar seria ouvido, que juntos trabalharíamos na preparação da pauta, que abriria espaço para todos, com gentileza e firmeza. Acredito que a escolha do Secretário Silvio Avelino já demonstra o tom que quero imprimir nesta Comissão. E assim procederei.

Não posso deixar de eternizar em minha fala alguns registros. Primeiramente, quero agradecer a confiança do meu líder Vitor Hugo, e sua parceria em cada passo dessa jornada.

Quero eternizar a firmeza do presidente desta Casa, Arthur Lira, que em nenhum momento esmoreceu no seu compromisso firmado. Quero, também, agradecer a confiança dos meus colegas de partido, do PSL, que me aclamaram para ocupar esta presidência e que permaneceram leais e amigos durante os momentos difíceis.

Quero agradecer todos os líderes e os membros desta Comissão por tornarem possível que eu chegasse até aqui, e agradecer a todos aqueles que me apoiaram.

Gostaria de agradecer aos meus amigos e familiares que suportaram ao meu lado, com a mesma paciência e resiliência que eu precisei ter.

À Associação dos Procuradores do Distrito Federal e à ANAPE, dirijo meu muito obrigada. Quando eu estava sob o fogo cerrado, emitiram uma nota pública, enaltecendo as minhas qualidades como procuradora e como pessoa, e puseram apoio incondicional à minha indicação, acreditando que faria um brilhante trabalho. Isso sair de um grupo tão seletivo e que viveu tanto tempo ao meu lado diz mais sobre mim do que todas as falsas narrativas que tentam, a todo custo, incutir na cabeça da população.

Agora, não posso deixar de falar daquele que é o grande apoiador, que torceu e rezou por mim, e não desistiu, o povo brasileiro. Uma das coisas que mais me deram força durante essa caminhada, foi ver o povo se importando com a presidência da CCJC, lutando para ter um representante seu nesta cadeira.

A luta diária na internet foi essencial, fazendo com que a #BianaCCJ e #BiaKicisnaCCJ alcançasse o primeiro e segundo lugar nos top trendings do Twitter. Lembro-me de ver um vídeo de um caminhoneiro pedindo “Bia Kicis na

CCJ”, e a traseira de um caminhão escrito “Bia Kicis na CCJ”, foi emocionante.

Isso simboliza algo que nós, como representantes do povo, não podemos esquecer, o povo despertou. O povo está atento, olhando para nós.

E como presidente da CCJ, minha principal missão é fazer cumprir a Constituição. O controle de constitucionalidade é feito primeiramente por essa Casa, o que chamamos de controle prévio de constitucionalidade. Ao passo que o Poder Judiciário exerce a prerrogativa de fazer o controle posterior, uma vez que a lei já foi sancionada ou a emenda foi promulgada.

Podemos dizer, de forma simples, que aqui é onde tudo começa. Segundo o artigo 32, inciso IV, alínea d, uma das missões desta Comissão é zelar pelos direitos e garantias fundamentais. Essa foi uma das motivações pelas quais eu quisesses, em primeiro lugar, ocupar um lugar no Parlamento.

Fui Procuradora do Distrito Federal durante 24 anos, ocupando os mais diversos cargos no órgão, como Procuradora Geral Adjunta, chefe de gabinete, Corregedora Geral, e, inclusive, coordenadora do Núcleo dos Tribunais Superiores, onde nos debruçávamos no dia a dia, exatamente sobre a constitucionalidade das matérias. Sem contar que cheguei a ser assessora no STJ e no STF.

Muitas pessoas não sabem, mas fui formada mediadora pelo TJDF. Como mediadora, desenvolvemos uma capacidade ímpar de trabalhar com conflitos, buscando a solução pacífica para interesses dissonantes. Aprendemos a lidar com emoções e sentimentos, sem perder a razão.

Jamais cometi qualquer ato contra alguma instituição brasileira, ou qualquer ato antidemocrático, até porque isso seria totalmente incompatível com o meu histórico.

Como Procuradora sempre acreditei que o melhor caminho é seguir o ordenamento jurídico e utilizar as ferramentas que a lei nos dá. Como cidadã que tanto lutou nas ruas, percebi que, se estou insatisfeita com o arcabouço legislativo, eu deveria entrar no Parlamento e fazer minha parte como representante do povo, votando novas leis, e dando o melhor de mim para meu País.

Não posso deixar de citar o quanto este momento é histórico. Sou a primeira mulher a assumir a presidência da CCJC. Agradeço a parcela das mulheres da bancada feminina que apoiaram minha indicação. Quero agradecer à Deputada Soraya Santos, à Deputada Margareth Coelho e à Deputada Celina Leão, que tanto me apoiaram nisso.

Fico muito feliz de enaltecer a bancada do Distrito Federal, embora, lamentavelmente, não tenha visto os meios de comunicação do DF mencionarem isso. No entanto,

espero que essa relação possa ser alterada com pessoas de boa vontade e patriotas que desejam salvar o Brasil.

Diferentemente de uma mulher ilustre, que não está mais conosco, sei que não sou mais uma garotinha. Por isso, tenho plena convicção da responsabilidade e do ônus de sentar-me na cadeira da CCJC. E quero contar com os meus Vice-Presidentes para me ajudar nos trabalhos desta Comissão.

Meus colegas de Comissão podem contar com uma distribuição justa, e justa significa proporcional nos termos do Regimento Interno. Todos terão espaço. Como todos terão espaço, as pautas conservadoras também serão contempladas. Tudo dentro da regra da proporcionalidade.

Dito isso, minha gestão será cheia de sabedoria, diálogo, e sempre prestigiarei a democracia. As minorias terão vez, terão voz e serão respeitadas, mas prevalecerá a vontade da maioria, que será externalizada através do voto.

Dirijo-me agora a todos que me ouvem para deixar uma coisa muito clara. Ao longo do tempo, aprendi muito sobre estratégia. Aprendi a submergir sobre o mar revolto, aprendi a esperar o tsunami passar.

Sabendo disso, espero que confiem em mim, para que, mais uma vez, com estratégia, possamos conduzir a CCJC da melhor forma. Agirei com equilíbrio, e as pautas que o

povo tanto aguarda não ficarão esquecidas, mas aguardarão o momento oportuno para serem trabalhadas.

Muito obrigada pela confiança de todos vocês. Entregarei tudo de mim para que possamos fazer um excelente trabalho, o trabalho que o Brasil merece.”

Após concluir seu discurso, a Deputada convocou nova reunião para o dia 16/03/2021 a fim de realizar a eleição dos Vice-Presidentes.

16 de março

Eleição dos três Vice-Presidentes

Em 16 de março de 2021, realizou-se a primeira reunião do colegiado da CCJC sob o comando da Presidente Bia Kicis, na qual ocorreu a eleição dos três Vice-Presidentes da CCJC para o ano de 2021, na seguinte ordem: 1º Vice-Presidente, Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS/SP); 2º Vice-Presidente, Deputado Darcide Matos (PSD/SC); e o 3º Vice-Presidente, Lucas Vergilio (SOLIDARIEDADE/GO).



Deputados Marcos Pereira, Darci de Matos e Lucas Vergílio



Deputada Bia Kicis

30 de março

Recurso do Deputado Boca Aberta

Foi aprovado o recurso do Deputado Boca Aberta (Pros-PR) contra decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar pela suspensão de seu mandato.

O Relator, Deputado João Campos (REPUBLICANOS-GO), foi pelo conhecimento do recurso e, no mérito, por sua procedência parcial, determinando o retorno da Representação nº 2/2019 e de seu apensado, Representação nº 3, de 2019, ao Conselho de Ética.

Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar

O Projeto de Lei nº 2.529/2020, de autoria dos Deputados Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), Professora Dorinha (DEM-TO), Soraya Manato (PSL-ES), Paula Belmonte (CIDADANIA-DF), Mariana Carvalho (PSDB-RO) e outros, foi aprovado nesta Comissão.

O projeto dispõe sobre o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE, autorizando o uso de veículos do Transporte Escolar, dos respectivos Estados, Distrito Federal e Municípios, no transporte de profissionais da saúde e de pessoas que necessitem de atendimento médico durante o período de enfrentamento ao coronavírus (Covid-19) a que se refere a Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

O Relator da matéria, Deputado Rubens Bueno (CIDADANIA-PR), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



Deputado João Campos



ABRIL



Deputado Marcos Pereira

06 de abril

Notificação compulsória e imediata de diagnósticos de Covid-19

O Projeto de Lei nº 1.622/2020, de relatoria do Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP), altera a Lei 13.979 de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade da notificação compulsória e imediata dos diagnósticos de casos de síndrome respiratória aguda, assim como dos casos suspeitos e confirmados da COVID-19.

Segundo a proposta, as notificações compulsórias deverão ser apresentadas, de acordo com os protocolos

e definições do Ministério da Saúde, ao Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde (Cievs) da Secretaria de Estado da Saúde (SES). A falta de notificação poderá implicar em responsabilização civil, administrativa e criminal, além de outras providências.

Seus autores são os Deputados Alexandre Padilha - PT/SP, Carmen Zanotto - CIDADANIA/SC, Mariana Carvalho - PSDB/RO, Jorge Solla - PT/BA, Rodrigo

Coelho - PSB/SC, Alexandre Serfiotis - PSD/RJ, Paula Belmonte - CIDADANIA/DF, Soraya Manato - PSL/ES, Felipe Rigoni - PSB/ES e outros.

O Parecer do Relator, Deputado Marcos Pereira, foi pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

07 de abril

Covid-19 entre doenças graves que garantem auxílio sem carência

O Projeto de Lei nº 1.113/2020 dispõe sobre a inclusão do Coronavírus (COVID-19) como doença grave que isenta os segurados do Regime Geral de Previdência Social - RPGS do cumprimento da carência para concessão dos benefícios de Auxílio-Doença e Aposentadoria por Invalidez.

Os autores do projeto são os Deputados Rodrigo Coelho - PSB/SC, Jorge Solla - PT/BA, Mariana Carvalho - PSDB/RO, Dr. Zacharias Calil - DEM/GO, Patrícia Ferraz - PODE/AP, Alexandre Padilha - PT/SP, Paula Belmonte - CIDADANIA/DF, Carmen Zanotto - CIDADANIA/SC, Soraya Manato - PSL/ES, Alice Portugal - PCdoB/BA, Luizão Goulart - REPUBLICANOS/PR e outros.

O Parecer da Relatora, Deputada Alê Silva (PSL-MG), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Facilitação de acesso a crédito durante pandemia

O Projeto de Lei nº 4.528/2020, de autoria do Senador Paulo Rocha (PT/PA), estabelece normas para facilitar o acesso ao crédito a fim de diminuir os impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19. Altera a Lei nº 14.043, de 2020, e revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 2002 e do Decreto-lei nº 167, de 1967.

O Parecer da Relatora, Deputada Margarete Coelho (PP-PI), foi pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, com emenda; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1, 2 e 3. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

08 de abril

Redações finais

PL 2425/2007

PL 5893/2009

PL 7405/2010

PL 7406/2010

PL 2246/2011

PL 4881/2012

PDC 906/2013

PL 1830/2015

PL 2805/2015

PL 3643/2015

PL 4904/2016

PL 5608/2016

PL 8408/2017

PL 8886/2017

PL 9241/2017

PDC 1069/2018

PDC 1135/2018

PL 10095/2018

PL 10224/2018

PDL 301/2019

PDL 305/2019

PDL 317/2019

PDL 321/2019

PDL 351/2019

PDL 357/2019

PDL 360/2019

PDL 365/2019

PDL 374/2019

PDL 385/2019

PDL 449/2019

PDL 465/2019

PL 1177/2019

PL 1416/2019

PL 1501/2019

PL 1508/2019

PL 1802/2019

PL 1931/2019

PL 2458/2019

PL 2686/2019

PL 1516/2011

PL 8239/2017

15 de abril

Redações finais

PL 7243/2006

PL 4483/2008

PL 1815/2011

PL 1112/2015

PL 1711/2015

PL 4161/2015

PL 7750/2017

PL 8446/2017

PL 610/2019

PL 805/2019

PL 6760/2010

PL 10024/2018



Deputado Subtenente Gonzaga e Deputado Carlos Jordy

22 de abril

Retorno às aulas na pandemia do Coronavírus (Covid-19)

O Projeto de Lei nº 2.949/2020 dispõe sobre a Estratégia para o Retorno às aulas no âmbito da pandemia do coronavírus (Covid-19).

Atendimento remoto, ON line ? Opa, me parece muito bom. Vamos divulgar, vamos conferir, vamos cobrar.

Seus autores são os Deputados Idilvan Alencar (PDT-CE), Professora Paula Belmonte (CIDADANIA-DF) e outros.

De acordo com o Parecer do Relator, Deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), a União, Estados e Municípios devem organizar colaborativamente o retorno às atividades escolares, interrompidas com o Decreto Legislativo 6/20, que reconheceu a calamidade pública por causa da pandemia. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Requerimento 74/2021

O Deputado Darci de Matos (PSD-SC) apresentou o requerimento que visa a realização de audiências públicas para debater a admissibilidade da PEC 32/2020, Reforma Administrativa.

O requerimento foi aprovado nesta Comissão.

27 de abril

Cooperação em matéria de defesa de dados

O PDL nº 566/2019, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, aprova o texto do protocolo complementar ao acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre cooperação em matéria de defesa, referente ao intercâmbio de dados e serviços de catalogação da defesa, assinado em Brasília, em 9 de agosto de 2018.

O Parecer do Relator, Deputado Pedro Lupion (DEM-PR), foi pela constitucionalidade, juridicidade, adequada e técnica legislativa da proposta. O relatório foi aprovado nesta Comissão.

28 de abril

Simplificação das Obrigações Tributárias Acessórias do Terceiro Setor

A Proposta de Emenda à Constituição nº 194/2019, de autoria do Deputado Francisco Jr. (PSD-GO), altera o artigo 146 da Constituição Federal para dispor sobre tratamento diferenciado referente às obrigações acessórias tributárias para as entidades do terceiro setor.

Segundo o Parecer do Relator do Projeto na CCJC, Deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), a burocracia no que tange às obrigações acessórias é excessiva, acarretando pesadas multas ao setor. Dessa forma, manifestou-se favoravelmente à admissibilidade da PEC.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Requerimentos

Requerimento	Autor	Part.	Ementa
REQ 2/2021 CCJC	Fábio Trad	PSD	Requeiro a Vossa Excelência, com base nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para debater a PEC n. 32/2020.
REQ 3/2021 CCJC	Gervásio Maia	PSB	Requer a realização de audiência pública para debater a PEC no 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
REQ 4/2021 CCJC	Capitão Wagner	PROS	Requer a realização de Audiência Pública com entidades da sociedade civil, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para debater a PEC 32/2020, do Poder Executivo, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa – Reforma Administrativa
REQ 5/2021 CCJC	Aluisio Mendes	PSC	Requer a inclusão de convidados para participar de audiência pública na PEC 32/2020 (Reforma Administrativa) que altera as disposições sobre servidores, empregados públicos e a organização administrativa.

REQ 6/2021 CCJC	Luis Miranda	DEM	Requer a realização de audiência pública, para discutir a PEC 32/2020 (Reforma Administrativa) que altera as disposições sobre servidores, empregados públicos e a organização administrativa.
REQ 7/2021 CCJC	Fábio Trad	PSD	Requer a realização de audiência pública para debater a PEC no 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
REQ 8/2021 CCJC	Paulo Teixeira	PT	Requer a realização de audiência pública para debater a PEC no 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
REQ 9/2021 CCJC	Tadeu Alencar	PSB	Requer a realização de audiências públicas para a oitiva dos representantes dos servidores públicos abaixo listados, a ser realizada no âmbito da discussão da PEC 32/2020 na CCJC.
REQ 10/2021 CCJC	Tadeu Alencar	PSB	Requer a realização de audiências públicas para a oitiva dos representantes dos servidores públicos abaixo listados, a ser realizada no âmbito da discussão da PEC 32/2020 na CCJC.
REQ 11/2021 CCJC	Tadeu Alencar	PSB	Requer a realização de audiências públicas para a oitiva dos representantes dos servidores públicos abaixo listados, a ser realizada no âmbito da discussão da PEC 32/2020 na CCJC.

REQ 12/2021 CCJC	Pedro Lupion	DEM	Requer a inclusão do Sr. Edvandir Felix de Paiva, Presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal - ADPF, para a audiência pública referente a PEC 32/2020 - Reforma Administrativa.
REQ 13/2021 CCJC	Erika Kokay	PT	Requer a realização de audiência pública neste Colegiado para discutir a PEC 32/2020.
REQ 14/2021 CCJC	Erika Kokay	PT	Requer a realização de audiência pública neste Colegiado para discutir a PEC 32/2020.
REQ 15/2021 CCJC	Erika Kokay	PT	Requer a realização de audiência pública neste Colegiado para discutir a PEC 32/2020.
REQ 16/2021 CCJC	Denis Bezerra	PSB	Requer a realização de Audiência Pública para debater a Reforma Administrativa (PEC 32/2020).
REQ 17/2021 CCJC	Fernanda Melchionna	PSOL	Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para debater o conteúdo da PEC 32 de 2020.
REQ 18/2021 CCJC	Luis Miranda	DEM	Em aditamento ao requerimento no 6/2021, requer a inclusão de nomes para a audiência pública.
REQ 19/2021 CCJC	Edio Lopes	PL	Requer realização de audiência pública para debater a PEC 32/2020.

REQ 20/2021 CCJC	Erika Kokay	PT	Requer a realização de audiência pública neste Colegiado para discutir a PEC 32/2020.
REQ 21/2021 CCJC	Pompeo de Mattos	PDT	Requer a realização de audiência pública desta Comissão para debater sobre os impactos da PEC 32 de 2020, que trata da Reforma Administrativa no serviço público.
REQ 22/2021 CCJC	Delegado Pablo	PSL	Requer a realização de audiência pública para debater a situação peculiar dos policiais na PEC no 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
REQ 23/2021 CCJC	Tadeu Alencar	PSB	Requer a realização de audiências públicas para a oitiva dos representantes dos servidores públicos abaixo listados, a ser realizada no âmbito da discussão da PEC 32/2020 na CCJC.
REQ 24/2021 CCJC	Rui Falcão	PT	Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro de Estado da Economia, Senhor Paulo Guedes, para comparecer a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a fim de prestar esclarecimentos acerca da PEC 32 de 2020. (Transformado em convite)
REQ 25/2021 CCJC	Carlos Jordy	PSL	Audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição no 32/2020, do Poder Executivo, que "altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa – Reforma Administrativa.

REQ 26/2021 CCJC	Darci de Matos	PSD	Requer a realização de Audiência Pública para discutir a PEC no 32, de 2020.
REQ 27/2021 CCJC	Maria do Rosário	PT	Requer a realização de Audiência Pública para debater a “PEC 32/2020 – Reforma Administrativa: aspectos constitucionais e impacto na estrutura do Estado, relações federativas e efetividade de políticas pública para a garantia dos direitos fundamentais”.
REQ 28/2021 CCJC	Alencar Santana Braga	PT	Requer ao plenário desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a realização de Audiência Pública para debater a “PEC 32/2020 – Reforma Administrativa: os novos vínculos de contratação no serviço público propostos na PEC 32/2020 e a precarização do serviço público”.
REQ 30/2021 CCJC	Subtenente Gonzaga	PDT	Requer a realização de audiência pública para debater a PEC no 32/2020, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

REQ 31/2021 CCJC	Ricardo Silva	PSB	Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para que seja realizada audiência pública com a finalidade debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no 32, sendo convidados representantes da FENASSOJAF - Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais
REQ 32/2021 CCJC	Capitão Vagner	PROS	Apresentação do Requerimento n. 32/2021, pelo Deputado Capitão Wagner (PROS/CE), que "Requer a inclusão do Sr. Ronaldo Monteiro da Silva, Presidente da Associação de Guardas Municipais do Brasil – AGM Brasil, para participar, como convidado, da Audiência Pública a ser realizada nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para debater a PEC 32/2020, do Poder Executivo, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa – Reforma Administrativa".
REQ 33/2021 CCJC	Tadeu Alencar	PSB	Requer a inclusão do Sr. Ronaldo Monteiro da Silva, Presidente da Associação de Guardas Municipais do Brasil – AGM Brasil, para participar, como convidado, da Audiência Pública a ser realizada nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para debater a PEC 32/2020, do Poder Executivo, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa – Reforma Administrativa.

REQ 34/2021 CCJC	Subtenente Gonzaga	PDT	Requer a realização de audiências públicas para a oitiva dos representantes dos servidores públicos abaixo listados, a ser realizada no âmbito da discussão da PEC 32/2020 na CCJC.
REQ 35/2021 CCJC	Fernanda Melchionna	PSOL	Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater a respeito da PEC 32, de 2020.
REQ 36/2021 CCJC	Geninho Zuliani	DEM	Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para debater a PEC 32 de 2020.
REQ 38/2021 CCJC	Gilson Marques	NOVO	Requer a inclusão de convidados para participar de audiência pública na PEC 32/2020 (Reforma Administrativa) que altera as disposições sobre servidores, empregados públicos e a organização administrativa.
REQ 39/2021 CCJC	Gilson Marques	NOVO	Requer a inclusão de convidados para participar de audiência pública na PEC 32/2020 (Reforma Administrativa) que altera as disposições sobre servidores, empregados públicos e a organização administrativa.
REQ 40/2021 CCJC	Ricardo Silva	PSB	Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 255 e 256, da Resolução no 17, de 1989, que estabelece o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para que seja realizada audiência pública com a finalidade debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no 32, em tramitação na presente Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Inteiro teor

REQ 41/2021 CCJC	Tadeu Alencar	PSB	Requer a realização de audiências públicas para a oitiva dos representantes dos servidores públicos abaixo listados, a ser realizada no âmbito da discussão da PEC 32/2020 na CCJC.
REQ 42/2021 CCJC	Erika Kokay	PT	Requer a realização de audiência pública neste Colegiado para discutir a PEC 32/2020.
REQ 43/2021 CCJC	Silvio Costa Filho	REPUB	Requer audiência Pública para debater a PEC 32/2020 em tramitação nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
REQ 44/2021 CCJC	Lincoln Portela	PL	Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para debater a PEC no 32, de 2020 (Reforma Administrativa).
REQ 45/2021 CCJC	Túlio Gadelha	PDT	Requer seja convidado para participar de audiência pública nesta Comissão o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho - Sinait.
REQ 46/2021 CCJC	Ricardo Silva	PSB	Requeiro, assim, que sejam convidados representantes da Federação das Entidades Sindicais dos Oficiais de Justiça do Brasil - Fesojus-Br, por se tratar de assunto de grande importância para a categoria.
REQ 47/2021 CCJC	João Campos	REPUB	Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

REQ 48/2021 CCJC	Coronel Tadeu	PSL	Requer a inclusão do Sr. Carlos Alexandre Braga, Presidente do Conselho Nacional de Guardas Municipais Inspetor Superintendente da GCM/SP, para participar, como convidado, da Audiência Pública a ser realizada nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para debater a PEC 32/2020, do Poder Executivo, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa – Reforma Administrativa.
REQ 49/2021 CCJC	Orlando Silva	PCdoB	Requer a realização de audiência pública neste Colegiado para discutir a PEC 32/2020. Inteiro teor
REQ 50/2021 CCJC	João Campos	REPUB	Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Inteiro teor
REQ 51/2021 CCJC	Maria do Rosário	PT	Requer a realização de audiência pública destinada a debater a admissibilidade da PEC 32/2020, com apresentação dos resultados das pesquisas e indicadores sobre os possíveis impactos da Reforma Administrativa. Inteiro teor
Email	FENAGUARDAS		Requer a realização na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para que seja aberto ao público debate sobre a Proposta de Emenda à Constituição PEC 32/2020
Ofício 052/2021	CONACATE		Requer a realização de audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para que seja aberto ao público debate sobre a Proposta de Emenda à Constituição PEC 32/2020

REQ 52/2021 CCJC	Ricardo Silva	PSB	Requer seja realizada audiência pública com a finalidade debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no 32, em tramitação na presente Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, sendo convidados representantes da AFOJEBRA – Associação Federação dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil Inteiro teor
REQ 59/2021 CCJC	Léo Moraes	PODE	Requeiro, nos termos do Art. 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, que sejam tomadas as providências para a realização de Audiência Pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição no 32/2020, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
REQ 61/2021 CCJC	Lincoln Portela	PL	Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para debater a PEC no 32, de 2020 (Reforma Administrativa).
REQ 62/2021 CCJC	Enrico Misasi	PV	Requer a realização de audiência pública para debater a PEC 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
REQ 65/2021 CCJC	Fernanda Melchionna	PSOL	Requer a realização de audiência pública neste Colegiado para discutir a PEC 32/2020.

REQ 67/2021 CCJC	Gleisi Hoffmann	PT	Requer o Aditamento ao Requerimento no 4/2021 – CCJC para inclusão de convidado a participar de Audiência Pública a ser realizada nesta Comissão para debater a PEC 32/2020, do Poder Executivo (Reforma Administrativa).
REQ 69/2021 CCJC	Gervásio Maia	PSB	Requer a realização de audiência pública neste Colegiado para discutir a PEC 32/2020, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
REQ 71/2021 CCJC	Pompeo de Mattos	PDT	Requer a inclusão de participantes em Audiência Pública sobre a Reforma Administrativa (PEC no 32/2020).
REQ 72/2021 CCJC	Paulo Teixeira	PT	Requer a realização de audiência pública para debater a PEC no 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
REQ 73/2021 CCJC	Ricardo Silva	PSB	Requer seja realizada audiência pública com a finalidade debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no 32, em tramitação na presente Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, sendo convidados representantes da ANACSS – Associação Nacional dos Membros da Carreira do Seguro Social
REQ 74/2021 CCJC	Darci de Matos	PSD	Requer a realização de audiências públicas para debater a admissibilidade da PEC 32/2020

REQ 75/2021 CCJ	Fábio Trad	PSD	Requer a realização de audiência pública para debater a PEC no 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
REQ 76/2021 CCJ	Paulo Teixeira	PT	Requer a realização de audiência pública para debater a PEC no 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
REQ 77/2021 CCJ	Lincoln Portela	PL	Requer a inclusão de participantes em audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para debater a PEC no 32, de 2020 (Reforma Administrativa).
REQ 78/2021 CCJ	Fábio Trad	PSDB	Requer a realização de audiência pública para debater a PEC no 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
REQ 79/2021 CCJ	Enrico Misasi	PV	Requer a realização de audiência pública para debater a PEC 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
REQ 80/2021 CCJ	Paulo Teixeira	PT	Requer a realização de audiência pública para debater a PEC no 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.



Deputado Enrico Misasi



MAIO



Deputado Paulo Teixeira



Deputado Sílvio Costa

04 de maio

Mudança na composição do conselho do Ministério Público

A proposta de Emenda à Constituição nº 5/2021, de autoria do Deputado Paulo Teixeira (PT-SP) e outros, altera o artigo 130-A da Constituição Federal referente à composição do Conselho Nacional do Ministério Público, e dá outras providências.

O Relator, Deputado Sílvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE), foi favorável à admissibilidade da proposta, que foi aprovada nesta Comissão.

“O CNMP completou 15 anos de efetivo funcionamento no ano passado, com relevantes serviços prestados ao País. O tempo, porém, revelou deficiências na estrutura, e as alterações visam assegurar a eficácia de atuação do conselho”, disse o autor.



Deputado Tadeu Alencar

Requerimento de audiência pública

A Deputada Erika Kokay (PT-DF) apresentou o requerimento nº 68/2021 que requer “realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei n. 7782/2017”. O Projeto dispõe sobre o estelionato praticado contra pessoas com deficiência.

O Requerimento foi aprovado nesta Comissão.

05 de maio

Venda direta de etanol a postos de combustível

O Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo nº 978/2018, do Senador Otto Alencar (PSD/BA), susta o art. 6º da Resolução nº 43, de 22 de dezembro de 2009, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que limita o comércio de etanol combustível a distribuidor autorizado pela agência e ao mercado externo.

Quanto ao melhor modelo de tributação, o Deputado Tadeu Alencar (PSB-PE) pontuou que basta aplicar a monofásia tributária quando da venda pela distribuidora, e a cobrança dual (bifasia) quando vendido pela usina, de forma a contribuir ricamente para o debate.

O Relator do projeto, Deputado Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE), manifestou-se pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação. A proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputada Bia Kicis e Deputada Chris Tonietto

Ativismo judicial

O Projeto de Lei 4.754/2016, de autoria do Deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), altera a redação do art. 39 da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, conhecida como Lei do Impeachment.

A Presidente da Comissão, Deputada Bia Kicis (PSL-DF), sempre se posicionou favorável ao respeito do papel que exerce o Parlamento, lutando contra qualquer tipo de usurpação de competência.

A Relatora, Deputada Chris Tonietto (PSL-RJ), acredita que o “ativismo judicial” existe há muito tempo, e

o projeto não é uma retaliação ao Supremo, mas sim uma reação do povo brasileiro.

O projeto tipifica crime de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) a usurpação de competência do Congresso Nacional.

Segundo a Relatora, “O STF vem esvaziando completamente o sentido objetivo das palavras da Constituição, substituindo-o pelo programa ideológico de seus onze ministros”.

Lamentavelmente, por apenas um voto foi rejeitado o parecer, sendo por 33 votos contra 32.



Deputada Bia Kicis,

Requerimentos

Requerimento	Autor	Part.	Ementa
REQ 82/2021 CCJ	Félix Mendonça Júnior	PDT	Requer a inclusão de participante em audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para debater a PEC nº 32, de 2020 (Reforma Administrativa).
REQ 83/2021 CCJ	Dagoberto Nogueira	PDT	Requer a inclusão de participantes em Audiência Pública sobre a Reforma Administrativa (PEC nº 32/2020).
REQ 84/2021 CCJ	Pompeo de Mattos	PDT	Requer a inclusão de participante em audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para debater a PEC nº 32, de 2020 (Reforma Administrativa).
REQ 86/2021 CCJ	Paulo Teixeira	PT	Requer a realização de audiência pública para debater a PEC nº 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa
REQ 87/2021 CCJC	Luis Miranda	DEM	Em aditamento ao requerimento nº 6/2021, requer a inclusão de nomes para a audiência pública.

REQ 90/2021 CCJ	Léo Moraes	PODE	Requer a realização de audiência pública desta Comissão para debater sobre os impactos da PEC 32 de 2020, que trata da Reforma Administrativa no serviço público.
REQ 91/2021 CCJ	Paulo Teixeira	PT	Requeiro a Vossa Excelência, com base nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para debater a PEC n. 32/2020 em tramitação na presente Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
REQ 92/2021 CCJ	Paulo Teixeira	PT	Requeiro a Vossa Excelência, com base nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para debater a PEC n. 32/2020 em tramitação na presente Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
REQ 93/2021 CCJ	Paulo Teixeira	PT	Requeiro a Vossa Excelência, com base nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para debater a PEC n. 32/2020 em tramitação na presente Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

REQ 94/2021 CCJ	Paulo Teixeira	PT	Requeiro a Vossa Excelência, com base nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para debater a PEC n. 32/2020 em tramitação na presente Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
REQ 95/2021 CCJ	José Guimarães	PT	Requeiro a Vossa Excelência, com base nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para debater a PEC n. 32/2020 em tramitação na presente Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
REQ 96/2021 CCJ	José Guimarães	PT	Requeiro a Vossa Excelência, com base nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para debater a PEC n. 32/2020 em tramitação na presente Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
REQ 97/2021 CCJ	José Guimarães	PT	Requeiro a Vossa Excelência, com base nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para debater a PEC n. 32/2020 em tramitação na presente Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

REQ 99/2021 CCJ	Margarete Coelho	PP	Requer a inclusão do Sr. Guilherme Carvalho, para a audiência pública referente à PEC 32/2020 - Reforma Administrativa.
REQ 100/2021 CCJ	Walney Queiroz	PDT	Requer a inclusão de participante em audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para debater a PEC nº 32, de 2020 (Reforma Administrativa)
REQ 108/2021 CCJC	Darci de Matos	PSD	Requer a inclusão de convidado nas Audiências Públicas para discutir a PEC 32/2020.



Deputada Bia Kicis e Deputado Lucas Redecker

12 de maio

Aumento de penas para quem furto ou roubar durante pandemia

O Projeto de Lei nº 643/2020, de autoria do Deputado Junio Amaral (PSL-MG), estabelece uma qualificadora para o crime de furto cometido em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública ou desastre, incluindo acidentes automobilísticos.

De acordo com o texto, a pena é aumentada de um terço até a metade se a subtração for de bem, insumo ou equipamento médico, hospitalar, terapêutico, sanitário ou

vacinal, durante estado de calamidade pública, epidemia ou pandemia declarados pelas autoridades competentes.

O relatório do Deputado Lucas Redecker (PSDB-RS) foi pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e dos projetos apensados com substitutivo.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Reuniões virtuais de condomínios

O Projeto de Lei nº 548/2019, de autoria da Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), visa a permissão de assembleia de condôminos e votação por meio eletrônico ou por outra forma de coleta, se necessário.

O Relator da matéria, Deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), se posicionou pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos PL 548/2019 e dos apensados, e no mérito, pela aprovação na forma de um substitutivo, em anexo.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

18 de maio

Título da matéria

O Deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) apresentou o Requerimento de nº 113/2021 que requer a realização de audiência pública para discutir sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 96/ 2019 que “Inclui o §19 no art. 166 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária relativa à manutenção e desenvolvimento do ensino.”

A proposta foi aprovada com a inclusão de convidados a pedido da Deputada Maria do Rosário (PT-RS).

19 de maio

Oficial para fiscalizar liberdade condicional

O Projeto de Lei nº 1.596/2019, de autoria do Deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO), acrescenta o §3º ao art. 132 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal).

De acordo com o projeto, o oficial de liberdade condicional deverá comunicar imediatamente ao juiz da execução o descumprimento, pelo condenado, dos requisitos exigidos para recebimento do benefício.

O Parecer do Relator, Deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), foi pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

A proposta foi aprovada nesta Comissão



24 de maio

Deputado Carlos Jordy

Criação de Subcomissão Especial para Assuntos Penais

Foi aprovado o Requerimento 115/2021, de autoria do Deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), para a criação de Subcomissão Especial para Assuntos Penais.

A Subcomissão teve duração de 90 dias e apreciou as proposições pendentes de deliberação que tratem de Direito Penal, Direito Processual Penal e de Execução Penal.

A subcomissão foi composta por quinze membros titulares, indicados pelos partidos, considerando a

proporcionalidade acrescida de mais uma vaga, a ser preenchida em revezamento partidário.

Foram eleitos para a presidência da Comissão, o Deputado Guilherme Derrite (PP-SP), e para a vice-presidência, o Deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG). Como Relator da Subcomissão, foi escolhido o Deputado Carlos Jordy.



Deputado Darci de Matos;

25 de maio

Reforma Administrativa

A Comissão analisou a admissibilidade da PEC 32/2020, Reforma Administrativa, de autoria do Executivo.

Foram 8 Audiências Públicas, com 45 convidados ouvidos, entre especialistas, juristas, representantes do setor produtivo e dos trabalhadores do serviço público.

A primeira Audiência Pública teve um cunho de abertura solene, com a participação do secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Caio Paes de Andrade, e a penúltima Audiência Pública recebeu, virtualmente, o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Em 17 de maio, o Relator, Deputado Darci de Matos (PSD-SC), apresentou o parecer pela aprovação da proposta e a retirada de dois itens. Um pedido de vista adiou a votação do texto.

Em 24 de maio, o Relator apresentou novo parecer prevendo a supressão de novos itens. Já em 25 de maio, encerrou-se a discussão da matéria e o colegiado aprovou sua admissibilidade com 39 votos favoráveis e 26 contrários.



Deputado Pedro Lupion



Deputado Evair de Melo

26 de maio

Prestação de serviços de telecomunicações por cooperativas

O Projeto de Lei nº 8.824/2017, do Deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), altera a Lei Geral de Telecomunicações e a lei que tratou da privatização do serviço móvel celular, para assegurar a prestação dos serviços de telecomunicações por cooperativas.

Segundo o Relator do projeto, Deputado Pedro Lupion (DEM-PR), o que se busca com a proposta é a queda dos preços para o consumidor, “O objetivo de que

as cooperativas possam operar também os sistemas de telecomunicações é baratear. É dar mais eficiência, deixar mais barato e, efetivamente, apresentar novas opções ao mercado”, defendeu.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Criação de Banco de dados Nacional de criminosos

O Projeto de Lei nº 3705/2019, de autoria do Deputado Lucas Redecker (PSDB-RS), cria o Cadastro Nacional da Persecução Penal - CNPP, a ser compartilhado por órgãos de segurança pública em todo o País e manterá informações dos registros de ocorrências, dos inquéritos policiais, das denúncias oferecidas pelo Ministério Público, do processo penal instaurado, da condenação e da execução da pena, assim como do estabelecimento penitenciário em que o condenado cumprirá a sanção.

A proposta estabelece que deverão estar presentes no registro o número de protocolo, o nome completo, os documentos e informações pessoais, a identificação biométrica, a fotografia, as impressões digitais, o perfil genético, os dados do crime e do processo. Pelo projeto, o cadastro deverá ser atualizado constantemente e que as informações sejam sigilosas, com algumas exceções.

A manifestação favorável ao projeto do Relator, Deputado Kim Kataguirí (DEM-SP), foi aprovada nesta Comissão.

27 de maio Redações finais

PDL 308/2019

PDL 325/2019

PDL 387/2019

PL 7797/2010

PL 2971/2011

PL 76/2019

PL 1234/2019

PL 1901/2019

PL 2522/2019

PL 6900/2017



Deputada Bia Kicis

Acordo de cooperação educacional entre Brasil e Mongólia

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 466/2019 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprova o texto do Acordo de cooperação educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia, assinado em Brasília, em 21 de setembro de 2015, nos termos da retificação de enumeração apresentada pelo Poder Executivo na Mensagem nº 140, de 2019.

A proposta foi aprovada nesta Comissão, tendo como Relator o Deputado Eduardo Cury (PSDB-SP).

Acordo entre Brasil e o Reino do Bahrein sobre serviços aéreos

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 697/2019 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Bahrein sobre serviços aéreos, assinado no Bahrein, em 14 de novembro de 2018.

O Relator deste projeto foi o Deputado Eduardo Cury (PSDB-DP). A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Convenção relativa à transferência de pessoas condenadas

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 768/2019 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprova o texto da Convenção relativa à transferência de pessoas condenadas, assinado em Estrasburgo, em 21 de março de 1983.

O Relator deste projeto foi o Deputado Eduardo Cury (PSDB-DP). A proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Subtenente Gonzaga

Acordo entre Brasil e Líbano sobre cooperação em matéria de defesa

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 770/2019 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre cooperação em matéria de defesa, assinado em Beirute, em 14 de dezembro de 2018.

O Relator deste projeto foi o Deputado Eduardo Cury (PSDB-DP). A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Ceilândia - DF

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 435/2019 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária do P Sul (Adicops) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade,

serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Ceilândia, Distrito Federal.

O Parecer da Relatora, Deputada Bia Kicis (PSL-DF), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Sobradinho - DF

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 462/2019 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró-Vida de Sobradinho para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Sobradinho, Distrito Federal.

O Parecer da Relatora, Deputada Bia Kicis (PSL-DF), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Lúcio Mosquini

Licenciamento de infraestruturas de telecomunicações em áreas urbanas

O Projeto de Lei nº 8.518/2017, dos Deputados Vitor Lippi (PSDB-SP) e Odorico Monteiro (PSB-CE), altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, disciplinando o licenciamento temporário para a instalação de infraestruturas de telecomunicações em áreas urbanas.

O Parecer do Relator, Deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), com complementação de voto, foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

deste, do Projeto de Lei nº 4.566/2019, apensado, do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano e do Substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, com subemendas de redação

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Inelegibilidade de agente público com contas rejeitadas

O Projeto de Lei Complementar nº 9/2021, do Deputado Lucio Mosquini (MDB-RO), busca disciplinar a inelegibilidade decorrente da rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas, por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo no caso de condenação exclusiva à pena de multa.

O Parecer do Relator, Deputado Enrico Misasi (PV-SP), foi pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação. A proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputados Guilherme Derrite, Carlos Jordy, Bia Kicis, Cabo Junio Amaral e Daniel Silveira

31 de maio

Homicídio e lesão corporal de criança e adolescente como qualificadora (Lei Rhuan)

O Projeto de Lei nº 3.492/2019, de autoria dos Deputados Carla Zambelli (PSL-SP), Bia Kicis (PSL-DF), Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e Ottaci Nascimento (SOLIDARI-RR), altera o Código Penal, para prever o homicídio e lesão corporal de criança e adolescente como circunstância qualificadora do crime de homicídio

e da lesão corporal e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o homicídio contra criança e adolescente e para impor ideologia de gênero no rol dos crimes hediondos.

Segundo a justificação da proposta, “Há crescente escalada da violência contra crianças no Brasil, como exemplos, o menino Rhuan Maycon da Silva Castro, de 9 anos de idade, barbaramente seviciado, torturado, emasculado, a fim de fazê-lo transgênero; depois, assassinado e tendo o corpo esquartejado, para ter sua história apagada deste mundo, tudo essa barbárie praticada por sua genitora e sua companheira, no Distrito Federal;”

O texto aprovado foi o substitutivo do Relator, Deputado Pedro Lupion (DEM-PR), que acatou diversas

modificações sugeridas pelos colegas Deputados a fim de tornar hediondo e punir com mais rigor o assassinato, a violência sexual e a lesão corporal perpetrada contra crianças e adolescentes, aumentando dos atuais 40 para 50 anos o tempo de cumprimento máximo das penas privativas de liberdade.

Após grande mobilização dos autores e Relator, o projeto foi aprovado ainda dentro do mês de maio, quando ocorre a campanha que reforça a proteção no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, intitulado Maio Laranja.



Deputada Bia Kicis



Deputado Marcos Pereira e Deputado Darci de Matos

Benefícios tributários para setor de tecnologia

A Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2021, do Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG) e outros, busca reestabelecer o equilíbrio existente hoje entre as duas Leis de Informática, diminuindo os preços ao consumidor, gerando renda e empregos e garantindo a manutenção de recursos essenciais para manter viva nossa pesquisa em inovações tecnológicas aplicadas à indústria.

A proposta altera a Emenda à Constituição nº 109, que prevê corte de ao menos 10% anuais desse tipo de benefício para que, no prazo de 8 anos, o total das desonerações não ultrapasse 2% do PIB.

O Parecer do Relator, Deputado Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE), foi pela admissibilidade. A proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Silvio Costa Filho



JUNHO



10 de junho

Deputada Bia Kicis e Deputada Greyce Elias

Projeto que impede a criminalização do Homeschooling

O Projeto de Lei 3262/2019, de autoria das Deputadas Bia Kicis (PSL/DF), Chris Tonietto (PSL/RJ) e Caroline de Toni (PSL/SC), modifica o Código Penal para deixar claro que a pena prevista para o crime de abandono intelectual não se aplica a pais ou responsáveis que ofertam a modalidade de educação domiciliar.

Segundo a ANED, no Brasil, atualmente, temos cerca de 7.500 famílias praticando a educação domiciliar

e aproximadamente 15.000 estudantes entre 4 e 17 anos, dados também da ANED.

Sabendo disso, a Comissão levou em consideração esta realidade e assumiu a responsabilidade de prover para as famílias que adotam a educação domiciliar o resguardo legal necessário para que possam continuar a exercê-lo.

Com a relatoria da Deputada Greyce Elias (AVANTE-MG) a proposta foi aprovada com alterações.



Deputado Hiran Gonçalves

Política nacional de atenção à oncologia pediátrica

O Projeto de Lei nº 3.921/2020, do Deputado Bibó Nunes (PSL-RS), institui a Política nacional de atenção à oncologia pediátrica para promover a melhoria das condições de assistência à saúde das crianças e adolescentes com câncer infanto-juvenil; promover o tratamento universal e integral às crianças e aos adolescentes, priorizando o diagnóstico precoce; garantir o acesso a rede de regulação, preferencialmente, aos centros habilitados; e garantir o acesso a rede de apoio assistencial.

O Relator, Deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), apresentou parecer favorável e citou que o desenvolvimento da doença é mais rápido que na população adulta, e sua detecção, mais difícil.

A proposta ainda define que a Política Nacional de Oncologia Pediátrica deverá abranger tanto o SUS quanto o sistema de saúde suplementar e cria um conselho consultivo para o setor.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Ponte Governador Lucídio Portella

O PL 1803/2021, de autoria da Deputada Margarete Coelho (PP-PI) e de relatoria do Deputado Hiran Gonçalves (PP-RR), denomina “Ponte Governador Lucídio Portella” a ponte sobre o Rio Parnaíba na cidade de Santa Filomena, região sul do Estado do Piauí.

A proposta foi aprovada com alterações nesta Comissão.



Deputada Chris Tonietto



Deputado Enrico Misasi

16 de junho

Decisão coordenada em processos administrativos

O Projeto de Lei nº 9.431/2017, de autoria do Senador Antônio Anastasia (PSDB-MG), acrescenta o Capítulo XI-A à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para dar mais rapidez aos trâmites quando a decisão depender da manifestação de vontade de diversas instituições do poder público, e ocorrerá nos casos em que haja discordância entre os envolvidos ou quando o assunto tiver relevância que justifique a atuação conjunta de vários setores da administração pública.

O relatório do Deputado Enrico Misasi (PV-SP) foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Intimação judicial por aplicativo de mensagens

O Projeto de Lei nº 1.595/2020, do Senador Tasso Jereissat (PSDB-CE), altera o Código de Processo Civil, para prever a intimação eletrônica por meio de aplicativo de mensagens multiplataforma.

A intimação será considerada cumprida se houver confirmação de recebimento da mensagem no prazo de 24 horas de seu envio. Caso não haja confirmação de recebimento no prazo, deverá ser feita outra intimação.

O Parecer do Relator, Deputado Enrico Misasi (PV-SP), foi pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e dos Projetos de Lei nºs 8.401/2017, 8.773/2017, 4.647/2019, 5.134/2020, 9.443/2017, 5.349/2020 e 7.527/2017, apensados, com substitutivo de técnica legislativa.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.



23 de junho

Deputada Bia Kicis

Marco Temporal das terras indígenas

O Projeto de Lei nº 490/2007, do Deputado Homero Pereira (PR-MT), altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.

Ressalte-se que o projeto busca consolidar em lei a tese do marco temporal, ao considerar como terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas brasileiros apenas aquelas que, na promulgação da Constituição de 1988, eram simultaneamente habitadas em caráter permanente e utilizadas para suas atividades produtivas.

Dessa forma, a ausência da comunidade indígena na área pretendida em 5 de outubro de 1988 impede o direito à terra, salvo em caso de conflito possessório, fato que deverá ser devidamente comprovado.

O substitutivo do Deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA) proíbe a ampliação de terras indígenas já demarcadas e considera nulas demarcações que não atendam aos preceitos estabelecidos pelo texto.

Por último, o texto destaca que o usufruto dos índios não se sobrepõe ao interesse da política de defesa e soberania nacional.

Este foi um projeto de muita repercussão nacional. A polarização sobre o mérito da matéria tomou o protagonismo da CCJC. A presidência da Comissão recebeu representantes do povo indígena para ouvir o que tinham a falar.

Mesmo diante de todos os esforços da presidência da Comissão, houve, no dia 22/06/2021, um confronto entre os índios e os policiais (legislativos e militares) que faziam a proteção da Câmara dos Deputados.

Lamentavelmente, três agentes foram feridos - um policial legislativo, um policial militar e um profissional da área administrativa da Câmara - por flechadas. Dois deles precisaram ser levados para o hospital para passarem por uma cirurgia de retirada da flecha.

A sessão da Comissão precisou ser encerrada, pois foi necessário o uso de gás lacrimogêneo para dispersar aqueles que estavam desordenando os arredores da Casa, colocando em risco a segurança dos servidores que lá estavam.

Diante deste cenário, o Presidente da Casa, Deputado Arthur Lira, cogitou tirar a matéria da Comissão e levar para apreciação no Plenário da Câmara. No entanto,

o senso de cumprimento do dever e a convicção da importância do projeto fizeram com que, com resiliência e firmeza, a presidência da CCJC levasse adiante a votação do projeto.

Sendo assim, foi aprovado o Parecer do Relator, referente ao Projeto de Lei 490/07, e as treze outras propostas que tramitam em conjunto, ressalvados os destaques que ficaram para serem votados em outra reunião.

29 de junho

Destaques do PL 490/2007

Neste dia foram apreciados os destaques ao parecer do Projeto de Lei nº 490/2007 que altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.

Os destaques 1, 2 e 3 foram de autoria do PT. O destaque 4 foi de autoria do PCdoB. Os destaques 5 e 7 foram de autoria do PDT. Os destaques 6 e 8 foram de autoria do PSB.

Todos os destaques foram rejeitados; desta forma, ficou mantido o texto do Relator.



Deputado Diego Garcia



Deputado Felipe Francischini

30 de junho

Estatuto para trabalhadores celetistas em cooperativas

O Projeto de Lei nº 537/2019, do Deputado Baleia Rossi (MDB-SP), dispõe sobre o Estatuto Profissional dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas, e dá outras providências.

O texto prevê, para os trabalhadores contratados pelas cooperativas, jornada de trabalho de oito horas diárias e 44 semanais. Regras feitas em acordo, individual ou coletivo, podem mudar a carga semanal de trabalho. Já

o piso salarial da categoria será fixado em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

O Relator, Deputado Felipe Francischini (PSL/PR), apresentou parecer pela constitucionalidade da matéria. O projeto foi aprovado nesta Comissão.

Dia Nacional de conscientização e enfrentamento à fibromialgia

O Projeto de Lei nº 8.808/2017, de autoria da Senadora Ana Amélia (PP-RS), institui o Dia Nacional de conscientização e enfrentamento à fibromialgia, a ser celebrado anualmente no dia 12 de maio.

O relatório do Deputado Diego Garcia (PODE-PR) foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A proposta foi aprovada.



Deputado Giovanni Cherini



JULHO



Deputado Aureo Ribeiro



Deputado Herculano Passos

01 de julho

Semana Nacional da Adoção

O Projeto de Lei nº 10.728/2018, de autoria do Deputado Herculano Passos (MDB-SP), institui a “Semana Nacional da Adoção”.

A Deputada Erika Kokay (PT-DF) pediu a palavra e ressaltou que “O projeto busca estimular durante uma semana discussões sobre a adoção. Adotar significa assegurar à criança e ao adolescente o direito à família, bem como favorecer o processo de adoção e trabalhar na agilidade do Estado, para que a adoção se concretize.”

O Relator, Deputado Diego Garcia (PODE-PR), afirmou em seu parecer que “a adoção é uma das formas de garantir o direito à convivência familiar e comunitária, que é um dos pilares da sociedade e que é consagrado, conforme demonstrado, na Constituição da República e no ordenamento brasileiro.” manifestou-se pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Viaduto Antônio de Pádua Perosa

O Projeto de Lei nº 1.269/2019, de autoria do Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), denomina "Viaduto Antônio de Pádua Perosa", o viaduto localizado no KM 71 da BR-153, no perímetro urbano do Município de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo.

O Parecer do Relator, Deputado Geninho Zuliani (DEM-SP), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Capital Nacional do Mergulho

O Projeto de Lei nº 2.529/2019, do Deputado Gutemberg Reis (MDB-RJ), confere ao Município de Arraial do Cabo, no Estado do Rio de Janeiro, o título de Capital Nacional do Mergulho.

O Parecer do Relator, Deputado Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE-RJ), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

13 de julho

Recurso Deputada Flor de Lis

O Relator do recurso 32/2021, Deputado Gilson Marques (NOVO/SC), apresentou parecer contrário ao recurso da Deputada Flordelis (PSD/RJ) contra a decisão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

A então Deputada Flordelis foi acusada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro de ser a mandante do assassinato do marido.

O Deputado Gilson Marques disse que a defesa, em vez de contestar seu parecer, optou por alegar fatos estranhos ao texto. "Nós nem sequer precisaríamos de tantos fatos, tantas provas para avaliarmos a falta de decoro e a cassação de mandato. A defesa fez uma construção imaginativa acusando diversos Parlamentares de preconceito, misoginia etc. Esse voto e a decisão dessa reunião independem, não têm relação nenhuma com o sexo, com a cor, com a religião, e muito menos do endereço da representada e onde ela foi morar depois", disse o Relator.

O recurso foi rejeitado nesta Comissão.



Deputado Gilson Marques



Deputada Bia Kicis e Deputado Gilson Marques

Obrigatoriedade de informações aos pais de recém-nascidos com microcefalia

O Projeto de Lei nº 3.219/2019, da Deputada Edna Henrique (PSDB-PB), visa obrigar os serviços de saúde a fornecerem informações, aos pais de recém-nascidos com microcefalia, deficiências e doenças raras, sobre serviços referenciais e especializados para a condição da criança.

O Deputado Diego Garcia (PODEMOS-PR) ressaltou que "...demora-se, principalmente no caso das

crianças com doenças raras, muitas vezes, para fechar o diagnóstico. E, ao retardar o fechamento do diagnóstico dessas crianças, geram-se sequelas irreversíveis na vida delas."

Com Parecer do Relator, Deputado Darci de Matos (PSD-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Projeto de Lei nº 817/2019, apensado, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Subtenente Gonzaga

14 de julho

Medidas para prevenção a usuários e dependentes de drogas

O Projeto de Lei nº 2.114/2019, do Deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), altera os arts. 60 e 62 da Lei nº 11.343, de 2006, que prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

O Deputado Fábio Henrique (PDT-SE) foi designado Relator, e proferiu seu parecer pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal ao projeto. O parecer foi aprovado.

Garantia de pagamento de honorários periciais

O Projeto de Lei nº 3.914/2020 altera as Leis nº 13.463, de 06 de julho de 2017, e nº 13.876, de 20 de setembro de 2019, para dispor sobre o pagamento de honorários periciais.

Seus autores são os Deputados Hiran Gonçalves - PP/RR, Fábio Trad - PSD/MS, Charles Evangelista - PSL/MG, Eduardo Bismarck - PDT/CE e outros.

Um dos motivos é garantir a continuidade do pagamento dos honorários, uma vez que a lei atualmente estabelece o pagamento por um prazo de dois anos, que termina em setembro.

A proposta estabelece que, a partir de 2022, nas ações em que o INSS figure como parte, o autor da ação, qualquer que seja o rito ou procedimento adotado, deverá antecipar o pagamento do valor estipulado para a realização da perícia médica, exceto a pessoa que, cumulativamente, for beneficiário de assistência judiciária gratuita e, comprovadamente, pertencer à família de baixa renda. Neste caso,

o ônus da antecipação do pagamento da perícia fica com o Poder Executivo.

Após apreciação do relatório do Deputado Darci de Matos (PSD/SC) - pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo - foram apresentados três destaques, de autoria do PT.

A Comissão deliberou e rejeitou os três destaques, aprovando o Parecer do Relator.

Dia Nacional da Natação

O Projeto de Lei nº 5.514/2019, do Deputado Luiz Lima (PSL-RJ), institui o Dia Nacional da Natação, a ser celebrado anualmente no dia 2 de agosto, com o propósito de divulgar os benefícios do esporte em geral e incentivar a prática da natação e comemorar suas grandes conquistas na história esportiva brasileira.

O relatório do Deputado Daniel Freitas (PSL/SC) foi apreciado e a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Danilo Forte

Novas regras para multas no CADE

O Projeto de Lei nº 9.238/2017, de autoria do Deputado Hugo Leal (PSB-RJ), dispõe sobre a vantagem auferida como critério para imposição de multas no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

De acordo com o texto, a multa de 0,1% a 20% do faturamento bruto terá que levar em consideração a efetiva duração da infração no mercado relevante. Ou seja: se a infração tiver durado três anos, o valor da multa terá que considerar todos esses anos, e não apenas o

último ano. Em caso de reincidência, as multas serão aplicadas em dobro.

O texto aprovado foi o substitutivo apresentado pelo Relator, Deputado Danilo Forte (PSDB-CE), ao Projeto de Lei 9238/17, do Deputado Hugo Leal (PSD-RJ). A proposta já havia sido aprovada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços. Como o projeto tramitou em caráter conclusivo, poderá seguir ao Senado,



Deputado Eduardo Cury

15 de julho

Redações finais:

PDL 462/2019

PL 8.598/2017

PL 8824/2017

PL 548/2019

Emenda de Banimento à Convenção de Basileia

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 696/2019 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprova o texto da Emenda de Banimento à Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito, adotada durante a Terceira Reunião da Conferência das Partes, em Genebra, entre os dias 18 e 22 de setembro de 1995.

Após ouvir o Parecer do Relator, Deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputados Lucas Redecker, Bia Kicis e Coronel Tadeu



Deputado Léo Moraes

Acordo entre Brasil e Grão-Ducado de Luxemburgo sobre serviços aéreos

O Projeto de Decreto Legislativo nº 146/2021, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, visa o "Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo sobre serviços aéreos, assinado em Brasília, em 22 de novembro de 2018".

O Relator, Deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), manifestou-se pela constitucionalidade, juridicidade

e técnica legislativa. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Ponte Travessia Paixão Côrtes

O Projeto de Lei nº 2.568/2019, do Deputado Sanderson (PSL-RS), atribui o nome de "Travessia Paixão Côrtes" à segunda ponte sobre o Rio Guaíba na BR-290, no Município de Porto Alegre/RS.

O Relator, Deputado Lucas Redecker (PSDB-RS), apresentou parecer pela constitucionalidade do texto. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Ponte Rondon-Roosevelt

O Projeto de Lei nº 3.049/2015, do Senador Odacir Soares (PP-RO), denomina Ponte Rondon-Roosevelt a ponte sobre o Rio Madeira que liga a BR-364, no Estado de Rondônia, à BR-319, no Estado do Amazonas, entre os Municípios de Porto Velho - RO e de Humaitá - AM.

O Relator, Deputado Léo Moraes (PODE-RO), apresentou parecer pela constitucionalidade da proposta. O texto tramitou em caráter conclusivo e foi aprovado na Comissão.



Deputado Antonio Brito

Publicação de informações sobre empresas beneficiadas por renúncia fiscal

O Projeto de Lei Complementar nº 162/2019, do Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para permitir à Fazenda Pública confirmar informação prestada por beneficiário de ação ou programa que acarrete despesa pública e divulgar incentivo ou benefício tributário de natureza setorial cujos beneficiários sejam pessoas jurídicas.

Após ouvir o Parecer da Relatora, Alê Silva (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Mês nacional de radiodifusão comunitária no Município de Limeira

O Projeto de Decreto Legislativo nº 291/2015, de autoria da Comissão de Ciência e

Tecnologia, Comunicação e Informática, aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária dos Movimentos Sociais de Limeira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Limeira, Estado de São Paulo.

O Parecer do Relator, Deputado Paulo Teixeira (PT-SP), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Associação comunitária de radiodifusão de Samambaia

O Projeto de Decreto Legislativo nº 335/2019, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de radiodifusão de Samambaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Samambaia, Distrito Federal.

O Parecer do Relator, Deputado Dagoberto Nogueira (PDT-MS), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputada Bia Kicis e Deputado Marcos Pereira



Deputado Dr. Sinval Malheiros

Combate ao câncer de cabeça e pescoço

O Projeto de Lei nº 400/2019, do Deputado Dr. Sinval Malheiros (PODE-SP, institui o mês de julho como mês nacional de combate ao câncer de cabeça e pescoço.

Segundo estimativas do Inca, o câncer de cabeça e pescoço - que inclui câncer de boca, laringe e demais sítios dessa região - é, hoje, o segundo mais frequente entre os homens no Brasil, atrás somente do câncer de próstata

A proposta já havia sido aprovada pela Câmara em 2018, mas houve uma mudança feita pelo Senado, e o projeto precisou ser apreciado novamente pela Câmara dos Deputados.

O Relator da matéria, Deputado Diego Garcia (PODE-PR), recomendou a aprovação da emenda do Senado. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Associação de radiodifusão e jornalismo comunitário popular de Samambaia

O Projeto de Decreto Legislativo nº 463/2019, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de radiodifusão e jornalismo comunitário popular de Samambaia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Samambaia, Distrito Federal.

O Parecer do Relator, Deputado Luis Miranda (DEM-DF), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Outorga de permissão à Rangel & Luz Ltda.

O PDL nº 251/2021, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, aprova o ato que outorga permissão à Rangel & Luz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul.

O Parecer do Relator, Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Dia Nacional dos desbravadores

O Projeto de Lei nº 3.936/2019, do Deputado Tadeu Alencar (PSB-PE), institui o Dia Nacional dos desbravadores na data de 20 de setembro.

O Relator, Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), apresentou parecer pela constitucionalidade da proposta, que foi aprovada por esta Comissão.



AGOSTO



03 de agosto

Deputado Aureo Ribeiro



Senadora Ana Amélia

Marco legal para pesquisa clínica em seres humanos

O Projeto de Lei nº 7.082/2017, da Senadora Ana Amélia (PP-RS), dispõe sobre a pesquisa clínica com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica com Seres Humanos.

O objetivo é assegurar direitos e princípios éticos na relação entre patrocinador da pesquisa, pesquisador e paciente e, ao mesmo tempo, conferir agilidade na análise e no registro de medicamentos no País.

O Relator da proposta na CCJC, Deputado Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), recomendou a aprovação de substitutivo já aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família ao projeto. Ele, no entanto, apresentou subemendas que alteraram o texto.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.



04 de agosto

Deputado Diego Garcia

Regulação de convocação para prestação de informações

A Proposta de Emenda à Constituição nº 290/2000, do Deputado Luiz Antonio Fleury (PTB-SP), prevê a regulamentação de convocação de Ministros de Estado, titular de órgão vinculado à Presidência da República, dirigentes da administração direta, indireta, de entidade reguladora ou de serviço público pelo Congresso Nacional.

A proposta aprovada nesta Comissão tinha um projeto apensado que ampliou o rol de possíveis

convocados para, por exemplo, dirigentes de agências reguladoras; dirigentes de entidades da administração indireta e fundacional, de empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos; e reitores de universidades federais.

O Parecer do Relator, Deputado Diego Garcia (PODE-PR), foi pela admissibilidade desta e propostas apensadas.



Deputada Margarete Coelho

Gratuidade em segunda via de documentos a idosos

O Projeto de Lei nº 10.538/2018, do Deputado Beto Rosado (PP-RN), acrescenta dispositivo ao Estatuto do Idoso.

A gratuidade da emissão dos documentos ficará condicionada à apresentação de boletim de ocorrência policial e à solicitação da segunda via do documento no prazo de 60 dias contados da data de comunicação de perda, extravio ou de ocorrência do furto ou roubo.

A gratuidade não se aplica a passaportes, documentos de identificação emitidos pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e por conselhos profissionais, e a documentos de identificação funcional emitidos por órgãos públicos.

A Relatora na CCJC, Deputada Margarete Coelho (PP-PI), apresentou parecer pela constitucionalidade do texto. A proposta foi aprovada nesta Comissão.



Mudança nos quóruns de deliberação de sócios

O Projeto de Lei nº 4.498/2016, do Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), altera os quóruns de deliberação dos sócios previstos no Código Civil.

Segundo o texto, a designação de administradores não sócios depende da aprovação de, no mínimo, 2/3 dos sócios, antes da integralização do capital. Atualmente, o Código Civil estabelece a aprovação unânime dos sócios.

A proposta também trata da destituição do sócio administrador, que passará a requerer aprovação dos

quotistas que correspondam a, no mínimo, mais da metade do capital social.

O Parecer da Relatora, Deputada Margarete Coelho (PP-PI), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.

A proposta foi aprovada.

Padronização na publicação dos Diários Oficiais

O Projeto de Lei nº 10.481/2018, do Deputado Roberto de Lucena (PODE-SP), prevê que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem observar norma única de padronização de suas publicações oficiais, a ser estabelecida pela autoridade federal responsável, conforme regulamentação.

Foi aprovado o substitutivo do Deputado Kim Kataguirí (DEM-SP), com alterações de redação, ao Projeto de Lei 10481/18, do Deputado Roberto de Lucena (Pode-SP).

05 de agosto

Convenção para evitar a dupla tributação para impostos sobre a renda

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 217/2021 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprova o texto do Protocolo de Emenda à Convenção entre o Brasil e a Suécia para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre a renda, assinado em São Paulo, em 19 de março de 2019.

Após Parecer do Relator, Deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Redações finais:

PDL 435/2019

PL 3921/2020

Comenda Cultural Abdias do Nascimento

O Projeto de Resolução nº 321/2018, do Deputado André Figueiredo (PDT-CE), institui na Câmara dos Deputados a Comenda Cultural Abdias do Nascimento, que será outorgada anualmente a três personalidades pela Comissão de Cultura da Câmara.

A indicação de candidato, acompanhada do respectivo currículo e justificativa, será encaminhada por membro da Comissão de Cultura ou por liderança partidária.

O Relator, Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), apresentou parecer favorável à proposta, que foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Jorge Solla

Dia Nacional de prevenção ao AVC

O Projeto de Lei nº 3.309/2015, do Deputado Jorge Solla (PT-BA), institui o Dia Nacional de prevenção ao AVC, a ser celebrado no dia 29 de outubro de cada ano.

A Relatora, Deputada Erika Kokay (PT-DF), apresentou uma emenda para retirar do texto a previsão de que o Poder Executivo regulamentasse a futura lei e a proposta foi aprovada.

Rodovia Presidente Joao Goulart

O Projeto de Lei nº 4.261/2012, do Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), denomina “Rodovia Presidente João Goulart” o trecho da rodovia BR-153 compreendido entre a cidade de Cachoeira do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, e a cidade de Marabá, no Estado do Pará.

Após Parecer do Relator, Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada.

Associação Virgolandense Comunitária Cultural

O PDL nº386/2019, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, aprova o ato que autoriza a Associação Virgolandense Comunitária Cultural, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.

O Parecer da Relatora, Deputada Angela Amin (PP-SC), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A proposta foi aprovada nesta Comissão.



Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Estrela

O PDL nº 246/2021, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, aprova o ato que autoriza a ACCCE - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Estrela - a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul.

O Parecer do Relator, Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Associação Cultural Bem FM

O PDL nº 262/2021, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Bem FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Pedro D'Aldeia, Estado do Rio de Janeiro.

O Parecer do Relator, Deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

10 de agosto

Inclusão de quesito cor ou raça nos registros e cadastros do SUS

O Requerimento nº 133/2021, de autoria do Deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), diz respeito a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 7.103, de 2014, que modifica a Lei nº 12.288, de 2010 (Estatuto da Igualdade Social), para incluir o quesito cor ou raça nos prontuários, registros e cadastramentos individuais no Sistema de Informação em Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Requerimento foi aprovado nesta Comissão.



Deputado José Medeiros



Deputado Darci de Matos

Tratamento humanitário para mulheres presas

O Projeto de Lei nº 5.654/2016, da Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para assegurar tratamento humanitário à mulher em trabalho de parto, bem como assistência integral à sua saúde e à do nascituro, promovida pelo poder público, e para vedar a utilização de algemas em mulheres durante o trabalho de parto.

O texto aprovado nesta Comissão foi o substitutivo do Deputado Diego Garcia (Pode-PR) ao projeto do Senado. O projeto original proibia a utilização de algemas em mulheres desde o início até o encerramento do trabalho de parto, mas essa previsão foi retirada por Garcia, pois a Lei 13.434/17 já estabeleceu essa proibição.



Deputado Sérgio Vidigal



Deputada Margarete Coelho

Atendimento policial especializado ininterrupto a vítimas de violência doméstica

O Projeto de Lei nº 42/2015, do Deputado Sergio Vidigal (PDT-ES), prevê o reconhecimento do direito de acesso ao atendimento policial especial ininterrupto como direito fundamental da mulher.

A proposta inclui artigo na Lei Maria da Penha para estabelecer que é direito fundamental da mulher

o atendimento policial especializado previsto na lei, ininterruptamente, em todos os dias da semana.

A Relatora, Deputada Margarete Coelho (PP-PI), apresentou parecer pela constitucionalidade do texto, que foi aprovado pela Comissão.



Deputado Léo Moraes

Pagamento antecipado de transporte a oficiais de justiça

O PL 2.584/2019, de autoria do Deputado Gustavo Fruet (PDT-PR), altera o Código de Processo Civil e a Lei de Execução Fiscal, obrigando a Fazenda Pública a antecipar o pagamento das despesas com o transporte dos oficiais de justiça em diligências por ela requeridas em processos cíveis ou de execução fiscal.

O Relator, Deputado Léo Moraes (Pode-RO), apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa com emenda que altera apenas a redação.

“Não nos parece justo que os oficiais de justiça devam arcar com os custos necessários à execução de atos processuais, notadamente em face da numerosa quantidade de ações e execuções propostas pela Fazenda Pública, que, muitas vezes, só alcançam o seu término após um longo decurso de tempo”, disse o Relator.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

]



Deputado David Soares

11 de agosto

Obrigatoriedade de notificação da ofendida em casos de violência doméstica

O Projeto de Lei nº 5.872/2019, do Deputado David Soares (DEM-SP), altera o art. 21 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para estabelecer a obrigatoriedade de notificação prévia e pessoal da ofendida acerca dos atos processuais relativos ao agressor, notadamente aqueles relativos à saída da prisão, ao cumprimento ou à extinção da pena ou à concessão de qualquer benefício ou progressão de regime de cumprimento da pena privativa

de liberdade, nos casos de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Após Parecer do Relator, Deputado Fábio Trad (PSD-MS), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

12 de agosto

Capital Nacional da Moda Tricô

O Projeto de Lei nº 3.229/2015, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), confere ao Município de Monte Sião - MG o título de “Capital Nacional da Moda Tricô” com justificativa de ser a melhor alternativa para a comunidade local garantir a recriação, permanência e continuidade do tricô, em sua acepção histórica e cultural, visto que o tricô foi sagrado em Lei Municipal como Patrimônio Cultural Imaterial.

Após Parecer do Relator, Deputado Patrus Ananias (PT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Chico Xavier como herói da pátria

O Projeto de Lei nº 2.224/2019, do Deputado Franco Cartafina (PP-MG), inscreve o nome de Francisco Cândido Xavier no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Após Parecer da Relatora, Deputada Erika Kokay (PT-DF), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Divinolândia de Minas

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 245/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de radiodifusão Terra - ACRAT - a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Divinolândia de Minas, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Alê Silva (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

17 de agosto

Redação final:

PL 3914/2020

Obrigatoriedade de classificação de produtos vegetais

O Projeto de Lei nº 1.666/2015 altera a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, para dispensar da obrigatoriedade de classificação os produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico adquiridos pelo Poder Público ao amparo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Seus autores são Afonso Florence (PT-BA), Adelmo Carneiro Leão (PT-MG), Daniel Almeida (PCdoB-BA) e outros.

Após Parecer do Relator, Deputado Patrus Ananias (PT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas e da Emenda da Comissão de Finanças e Tributação, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Major Vitor Hugo

18 de agosto

Convenção sobre o crime cibernético

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 255/2021 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprova o texto da Convenção sobre o Crime Cibernético, celebrada em Budapeste, em 23 de novembro de 2001.

Com 48 artigos, a Convenção define as medidas que cada país deve tomar para combater os crimes cibernéticos, como a elaboração de legislação penal e processual específica para estes tipos de infrações.

Entre os delitos que deverão ser incluídos estão a violação de dados, violação de direitos autorais, fraude informática e interferência em sistemas.

Após Parecer do Relator, Deputado Vitor Hugo (PSL-GO), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Sílvio Costa Filho

Espaço para produção independente no rádio e na televisão

O Projeto de Lei nº 5.479/2019, do Deputado Alex Santana (PDT-BA), altera a Lei n. 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a transferência, comercialização e cessão do tempo de programação para a produção independente. O conteúdo independente fica sujeito à mesma exigência constitucional de cumprir finalidade educativa e cultural.

O texto estabelece ainda que as emissoras serão responsabilizadas por eventuais irregularidades na

programação. E veda às concessionárias e permissionárias transferir, comercializar e ceder a gestão total ou parcial da execução do serviço de radiodifusão.

Após Parecer do Relator, Deputado Sílvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas de redação, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Código QR em processos judiciais eletrônicos

O Projeto de Lei nº 1.643/2021 é de autoria do Deputado Geninho Zuliani (DEM-SP) e de relatoria do Deputado Kim Kataguiri (DEM-SP) nesta Comissão.

A proposta permitirá a utilização de QR code nos processos judiciais eletrônicos auxiliando os advogados, com a possibilidade de anexar provas, eletronicamente, com apenas o escaneamento da barra bidimensional pela câmera de um celular, acessando facilmente o link do processo.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

19 de agosto

Caminhada no Dia Mundial da Água

O Projeto de Lei nº 10.330/2018, do Deputado João Daniel (PT-SE), inclui a Caminhada da Água como evento ambiental comemorativo do Dia Mundial da Água.

Após Parecer do Relator, Deputado Alencar Santana Braga (PT-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a proposta foi aprovada com alterações nesta Comissão.

Redação final:

PL 1269/2019

PL 2529/2019

PL 5514/2019

PL 1803/2021

4 de agosto

Autorização de compra de imóveis rurais por empresa de capital japonês

Os Projetos de Decreto Legislativo de Autorização do Congresso Nacional nº 157/2021 e 158/2021 da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural autorizam a Celulose Nipo-Brasileira S.A. – CENIBRA, empresa brasileira equiparada a estrangeira, a adquirir o imóvel rural que especifica.

As duas propostas, que tiveram parecer favorável do Relator, Deputado Reinhold Stephanes Junior (PSD-PR) foram aprovadas nesta Comissão.



Deputada Maria do Rosário



Deputada Erika Kokay

Revisão na Lei de Ensino da Marinha

O Projeto de Lei nº 5.010/2020, do Poder Executivo, altera a Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre o ensino na Marinha.

O objetivo é incluir cursos voltados para praças no Sistema de Ensino Naval; ampliar o rol de cursos de interesse para a Marinha; atualizar metodologias; e ajustar a faixa etária para ingresso no Colégio Naval e na Escola Naval.

As modificações buscam adequar o texto aos adicionais de habilitação previstos na reestruturação da

carreira, que estabeleceu percentuais desses adicionais em razão dos cursos realizados com aproveitamento pelo militar.

O Relator, Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), apresentou parecer favorável ao projeto do Poder Executivo e ao substitutivo aprovado em julho pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Uso de gás de cozinha em motores em geral

O Projeto de Lei nº 4.217/2019, do Deputado Felício Laterça (PSL-RJ), revoga o inciso II do art. 1º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, que acaba com a proibição de uso do gás liquefeito de petróleo (GLP) – gás de cozinha – em motores em geral, incluindo os de veículos, saunas, caldeiras e aquecimento de piscinas.

A proposta já foi aprovada anteriormente pela Comissão de Minas e Energia e recebeu parecer favorável do Relator, Deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), e foi aprovada nesta Comissão.

Obrigatoriedade de cães farejadores na vigilância agropecuária de portos e aeroportos

O Projeto de Lei nº 6.028/2019, do Deputado Neri Geller (PP-MT), torna obrigatório o uso de cães farejadores na fiscalização agropecuária em portos, aeroportos e postos de fronteira.

De acordo com o projeto, cabe ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento arcar com as despesas.

O Parecer da Relatora, Deputada Bia Kicis (PSL-DF), foi favorável ao substitutivo aprovado pela Comissão de Agricultura, que ainda determina penalidades para viajantes provenientes do exterior que ingressarem no Brasil com produtos de interesse agropecuário de uso proibido, controlado, restrito ou de risco. O parecer foi aprovado pela Comissão.

Obrigatoriedade de juiz consultar cadastros estaduais e nacional para adoção

O Projeto de Lei nº 5.547/2013, da Deputada Flávia Moraes (PDT-GO), altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O ECA já prevê a inscrição de crianças e pais nos cadastros estaduais e nacional, mas não obriga o Judiciário a consultar o sistema antes do processo de adoção.

O texto aprovado foi o substitutivo da Deputada Margarete Coelho (PP-PI) ao projeto.



Deputada Sheridan

25 de agosto

Condenados por crimes contra crianças, mulheres e idosos inelegíveis

O Projeto de Lei Complementar nº 367/2017, do Senador Cristovam Buarque (PPS-DF), que torna inelegível quem for condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, por praticar ou concorrer para crime de submissão de criança ou de adolescente à prostituição ou à exploração sexual.

O período de inelegibilidade vai desde a condenação até o transcorrer do prazo de oito anos após o cumprimento da pena.

O relatório da Deputada Shéridan (PSDB-RR) foi pela aprovação do substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, com subemenda, que passou a fazer referência aos estatutos e à Lei Maria da Penha.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Convenção partidária online

O Projeto de Lei nº 2.197/2020, das Deputadas Margarete Coelho (PP-PI) e Soraya Santos (PL-RJ), busca a permissão de convenção partidária online.

Segundo o texto, as convenções precisam seguir a certificação de todos os requisitos exigidos na legislação eleitoral e em estatutos dos partidos.

O Relator, Deputado Geninho Zuiliani (DEM-SP), apresentou parecer favorável à proposta, que foi aprovada pela Comissão.



Deputado Soraya Santos

Serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tonantins – AM

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 309/2019 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Artística e Cultural de Tonantins para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tonantins, Estado do Amazonas.

O Parecer do Relator, Deputado Delegado Pablo (PSL-AM), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campinas – SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 241/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Shekina a executar, pelo prazo

de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

O Parecer do Relator, Deputado Luiz Philippe de Orleanse Bragança (PSL-SP), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aguaí – SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 298/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa de Aguaí a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aguaí, Estado de São Paulo.

O Parecer do Relator, Deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cajamar - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 265/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cajamar, Estado de São Paulo.

O Parecer do Relator, Deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Passarela Hermínio Pertel

O Projeto de Lei nº 10.579/2018, da Deputada Norma Ayub (DEM-ES), denomina "Passarela Hermínio Pertel" a passarela construída sobre a Rodovia Governador Mário Covas (BR-101), na localidade de Guatemala, pertencente ao Município de Ibirapu, no Estado do Espírito Santo.

O Relator, Deputado Geninho Zuliani (DEM-SP), apresentou parecer pela constitucionalidade da proposta, que foi aprovado pela Comissão.

31 de agosto

Parcelamento de precatórios

O Deputado Fábio Trad (PSD-MS) apresentou o Requerimento nº 135/2021, a fim de requerer a realização de audiência pública para debater a PEC nº 23/2021, a PEC dos precatórios.

Da mesma forma, foi apresentado o Requerimento nº 137/2021, de autoria dos Deputados Maria do Rosário (PT-RS), Paulo Teixeira (PT-SP), Alencar Santana Braga (PT-SP) e outros, para realização de audiência pública para debater a constitucionalidade da PEC nº 23, de 2021.

Ambas as propostas foram aprovadas nesta Comissão.



SETEMBRO



Deputada Bia Kicis e Deputado Darci de Mattos

01 de setembro

Requerimentos PEC dos precatórios e para audiência pública da PEC nº 23

O Relator da PEC dos Precatórios, Deputado Darci de Mattos (PSD-SC), apresentou seu parecer pela admissibilidade da proposta (PEC 23/21).

O Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP), que presidia a reunião, retirou a PEC de pauta e colocou em votação apenas dois requerimentos para a realização de audiências públicas para debater o assunto.

O Requerimento nº 139/2021, do Deputado Darci de Mattos (PSD-SC), pedia a realização de audiência pública.

Já o Requerimento nº 140/2021, de autoria do Deputado Fábio Trad (PSD-MS), requeria adendo ao Requerimento nº 135.

Ambas as propostas foram aprovadas na Comissão.



Deputado Eduardo Cury

Acordo entre Brasil e Emirados Árabes Unidos sobre troca e proteção mútua de informação classificada e material

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 330/2021, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, teve relatório favorável do Deputado Eduardo Cury (PSDB-SP).

A proposta aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes

Unidos sobre troca e proteção mútua de informação classificada e material, assinado em Abu Dhabi, em 27 de outubro de 2019.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Major Vitor Hugo

Tratado entre Brasil e Suíça sobre a transferência de pessoas condenadas

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 332/2021 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional teve como Relator o Deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO).

A proposta aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça sobre a transferência de pessoas condenadas, celebrado em Brasília, em 23 de novembro de 2015.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Acordo de cooperação no âmbito da defesa entre Brasil e Argélia

O PDL de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 333/2021, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, teve como Relator o Deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), que apresentou seu parecer pela aprovação do texto do acordo de cooperação no âmbito da defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Argelina Democrática e Popular, assinado em Brasília/Argel, em 12 de dezembro de 2018.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Inelegível quem furar a fila de vacinação

O Projeto de Lei Complementar nº 77/2021, do Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), visa tornar inelegíveis, por oito anos, aqueles que burlarem diretrizes de plano de vacinação para obterem para si, ou para terceiros, acesso indevido à imunização.

O texto aprovado foi o substitutivo do Relator, Deputado Daniel Freitas (PSL-SC), que fez apenas ajustes técnicos na proposta que foi aprovada nesta Comissão.

Exportação de livros e conjuntos bibliográficos brasileiros

O Projeto de Lei nº 10.531/2018, de autoria da Deputada Flávia Morais (PDT-GO), amplia a proteção ao patrimônio bibliográfico nacional.

O texto que foi aprovado é o substitutivo do Relator, Deputado Enrico Misasi (PV-SP), ao projeto, em que o termo “patrimônio” foi modificado para “bens culturais”, seguindo recomendação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O Relator também retirou a previsão de que o Iphan regulasse a saída temporária do patrimônio bibliográfico e iconográfico brasileiro do País, para fins de interesse cultural.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

08 de setembro

Prorrogação de incentivo de ICMS para comércio e segmento agropecuário

O Projeto de Lei Complementar nº 5/2021, do Deputado Efraim Filho (DEM-PB), permite a prorrogação, por até 15 anos, das isenções, dos incentivos

e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) destinados à manutenção ou ao incremento das atividades comerciais, desde que o beneficiário seja o real remetente da mercadoria.

A Relatora, Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA-DF), deu parecer favorável à proposta, que foi aprovada pela Comissão.

Aviação agrícola no combate a incêndio florestal

O Projeto de Lei nº 4.629/2020, do Senador Carlos Fávaro (PSD-MT), dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e sobre o emprego da aviação agrícola no País, para incluir o uso da aviação agrícola nas diretrizes e políticas governamentais de combate a incêndios florestais.

O Relator, Deputado José Medeiros (PODE-MT), apresentou parecer favorável à proposta, que foi aprovada nesta Comissão.



Deputada Paula Belmonte

Voto dos jovens que prestam serviço militar obrigatório

A Proposta de Emenda Constitucional nº 94/2019 permite o alistamento eleitoral e o voto dos jovens que estejam prestando o serviço militar obrigatório (conscritos). Atualmente, além dos conscritos, a Constituição só proíbe o alistamento eleitoral de estrangeiros.

A proposta é do Deputado Coronel Chrisóstomo (PSL-RO). O Relator, Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), avaliou que a matéria preenche os critérios constitucionais, jurídicos e de técnica legislativa exigidos.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Rodovia Dr Fábio André Koff

O Projeto de Lei nº 10.241/2018, do Deputado Giovani Cherini (PR-RS), denomina "Rodovia Dr Fábio André Koff" a BR-448, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Relator, Deputado Lucas Redecker (PSDB-RS) apresentou seu relatório pela aprovação. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Política de incentivo para a cadeia produtiva do côco

O Projeto de Lei nº 10.788/2018, do Deputado Evair de Melo (PP-ES), institui a política nacional de incentivo à cocoicultura de qualidade. O objetivo da proposta é elevar a produtividade, a competitividade e a sustentabilidade da produção brasileira de côco.

O projeto foi relatado pelo Deputado Marcelo Aro (PP-MG), que apresentou seu parecer pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Aeroporto Carmelo Jordão

O Projeto de Lei nº 341/2019, da Deputada Soraya Santos (PR-RJ), teve como Relatora a Deputada Margarete Coelho (PP-PI). O projeto visa denominar "Aeroporto de Angra dos Reis / Rio de Janeiro - Carmelo Jordão" o aeroporto da cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Maria Lenk, Patrona da Natação Brasileira

O Projeto de Lei nº 1.743/2019, do Deputado Chico D'Angelo (PDT-RJ), declara Maria Lenk "Patrona da Natação Brasileira". Maria Lenk (1915-2007) é considerada a maior nadadora brasileira de todos os tempos.

O relatório do Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) foi aprovado nesta Comissão.

15 de setembro – Pautas consensuais

Pena máxima do crime de usura ou agiotagem triplicada

O Projeto de Lei nº 593/1999, do Poder Executivo, triplica a pena máxima do crime de usura ou agiotagem, com o objetivo de coibi-lo.

O texto aprovado é um substitutivo apresentado pelo Relator, Deputado Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR), aos projetos de lei 593/99, do Poder Executivo; 2328/07, da Comissão de Legislação Participativa; e 5032/19, do Deputado José Nelto (Pode-GO).

Durante a votação, foi rejeitado o PL 1.738/99, que estava apensado, mas o projeto foi aprovado nesta Comissão.

Incentivo à produção de cosméticos artesanais

O Projeto de Lei nº 7.816/2017, do Senador Cidinho Santos (PR-MT), altera a Lei da Vigilância Sanitária a fim de dispensar registro aos cosméticos e aos produtos destinados à higiene pessoal produzidos artesanalmente.

Por sugestão da Relatora, Deputada Adriana Ventura (NOVO-SP), o texto aprovado foi o substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei 7816/17, do Senado, que originalmente dispensa a saboaria artesanal da vigilância sanitária.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Título de capital da moda infantil para Gaspar – SC

O Projeto de Lei nº 4.319/2019 denomina a cidade de Gaspar, no Estado de Santa Catarina, "Capital Nacional da Moda Infantil". A proposta, do Deputado Rogério Peninha Mendonça (MDB-SC), recebeu parecer pela aprovação do Relator, Deputado Darci de Matos (PSD-SC).

De acordo com dados da Prefeitura de Gaspar, a indústria têxtil no município emprega cerca de 8 mil pessoas de forma direta e é responsável por quase 40% do PIB local.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputada Adriana Ventura

Suspensão dos prazos de validade de concursos públicos

O Projeto de Lei nº 1.676/2020, do Deputado Professor Israel Batista (PV-DF), busca assegurar aos servidores de órgãos e entidades da administração pública federal, a suspensão do prazo de validade dos concursos públicos, enquanto perdurar período de emergência ou calamidade pública.

O Relator foi o Deputado Coronel Tadeu (PSL-SP). O texto aprovado é o substitutivo aprovado anteriormente pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço

Público aos Projetos de Lei 1676/20, do Deputado Professor Israel Batista (PV-DF), e 3439/20, da Deputada Rejane Dias (PT-PI), que tramitam em conjunto.

A proposta foi aprovada nesta Comissão

Emissão de duplicata e fatura em aluguel de móveis e imóveis

O Projeto de Lei nº 4.092/2019, dos Deputados Alcides Rodrigues (PATRIOTA-GO) e Gilson Marques (NOVO-SC), altera a Lei das Duplicatas, que atualmente não prevê a emissão de faturas e duplicatas sobre aluguéis. Atualmente, a lei garante apenas a emissão para os que se dedicam à prestação de serviços.

O texto aprovado é o substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços aos projetos de lei 4092/19, que teve como Relatora, a Deputada Adriana Ventura (Novo-SP).



Deputado Professor Israel



16 de setembro

Deputado Darci de Matos

PEC dos Precatórios

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analisou os aspectos constitucionais e jurídicos da PEC 23/2021, chamada de PEC dos Precatórios, de autoria do Executivo.

O Ministério da Economia avaliou que, se aprovada ainda em 2021, poderão ser parcelados 47 precatórios, gerando economia de R\$22,7 bilhões no próximo ano (2022).

Em 30 de agosto, o Relator da matéria, Deputado Darci de Matos (PSD-SC), apresentou seu primeiro parecer

pela admissibilidade. Já em 9 de setembro ocorreu uma Audiência Pública com a presença de representantes de entidades pró e contra a proposta.

Em 13 de setembro, o Relator apresentou seu segundo parecer pela admissibilidade e o proferiu na reunião deliberativa da comissão no dia seguinte. Naquele dia (13/09/2021), a presidente da comissão, Deputada Bia Kicis, concedeu vistas coletivas.

Em 16 de setembro, o colegiado aprovou a admissibilidade com 32 votos favoráveis e 26 contrários.



Deputada Carol De Toni

21 de setembro

Requerimento para audiência pública sobre nomeação dos Ministros do STF

O Requerimento nº 146/2021, de autoria da Deputada Caroline de Toni (PSL/SC), requer a realização de audiência pública na Comissão para debater a PEC nº 225, de 2019.

A PEC 225/2019, de autoria do Deputado Paulo Ganime (NOVO-RJ), visa alterar os requisitos para escolha de vagas e estabelecer mandato para os Ministros dos Tribunais Superiores.

Busca-se mudança do processo de escolha, no qual não só o Chefe do Poder Executivo, mas também do Poder Legislativo e o Poder Judiciário participem do processo de escolha destes Ministros.

O Requerimento foi aprovado nesta Comissão.

22 de setembro

Permissão para municípios parcelarem débitos previdenciários em 20 anos

A PEC nº 15/2021, de autoria do Deputado Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE), determina que os Municípios poderão parcelar seus débitos previdenciários em 240 parcelas, excepcionalmente em 2021.

O texto prevê o parcelamento em até 240 prestações mensais, com descontos de 60% em multas e encargos, de 80% em juros e de 50% em honorários advocatícios.

O Relator, Deputado Hiran Gonçalves (PP-RR), recomendou a aprovação da proposta. O relatório foi aprovado nesta Comissão.



Deputada Bia Kicis



Senador Antônio Anastasia

Manutenção de nacionalidade do brasileiro que obtém outra nacionalidade

A PEC nº 16/2021, do Senador Antônio Anastasia (PSD-MG), altera a Constituição Federal para acabar com a perda automática da nacionalidade brasileira em razão da mera aquisição de outra nacionalidade. Inclui, também, a exceção para situações de apátridas e acrescenta a possibilidade de a pessoa requerer a perda da própria nacionalidade.

A PEC estabelece ainda que “a renúncia da nacionalidade não impede o interessado de readquirir sua

nacionalidade brasileira originária”, sem a necessidade de um processo de naturalização

O projeto recebeu parecer favorável da Relatora, Deputada Bia Kicis (PSL-DF), que foi aprovado nesta Comissão

Incentivos para combustível sustentável de aviação

O Projeto de Lei 9.321/17, do Senado, estabelece o Programa Nacional de Bioquerosene para o incentivo à pesquisa e o fomento da produção de energia à base de biomassas, visando a sustentabilidade da aviação brasileira.

O Relator, Deputado Delegado Pablo (PSL-AM), recomendou a aprovação da matéria. A análise na Comissão ficou restrita aos aspectos constitucionais, jurídicos e de técnica legislativa e foi aprovada.

Parque Nacional Marinho do Arvoredo

O PL 4198/2012, de autoria do Deputado Rogério Peninha (PMDB-SC), visa recategorizar a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, criada pelo Decreto nº 99.142, de 12 de março de 1990, em Parque Nacional Marinho do Arvoredo e dá outras providências.

O Parecer do Relator, Deputado Darci de Matos (PSD-SC), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas.

O parecer foi aprovado, ressalvados os destaques.

23 de setembro

Redação final:

PDC 291/2015

PDL 335/2019

PDL 386/2019

PDL 463/2019

PDL 246/2021

PDL 251/2021

PDL 262/2021

PL 8808/2017

PL 9238/2017

PL 10728/2018

PL 537/2019

PL 2568/2019

PL 3219/2019

PL 3936/2019

Projetos de Decreto Legislativo de concessão, renovação e permissão de Rádio/TV

Acerca das associações específicas de cada localidade, em projetos da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, foram aprovadas ou renovadas as autorizações de execução, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária nos Municípios:

Maragogipe, Bahia (383/2019);

Campanha, Minas Gerais (384/2019)

Gama, Distrito Federal (436/2019)

Campestre de Goiás, Goiás (437/2019)

Palmácia, Ceará (439/2019)

Varginha, Minas Gerais (440/2019)

Afrânio, Pernambuco (441/2019)

Bom Conselho, Pernambuco (442/2019)

Alvorada do Norte, Goiás (443/2019)

Ribeirão, Pernambuco (444/2019)

Jequitibá, Minas Gerais (445/2019)

Porto da Folha, Sergipe (446/2019)

Simolândia, Goiás (450/2019)

Luís Eduardo Magalhães, Bahia (464/2019)

Lábrea, Amazonas (513/2019)

Borba, Amazonas (514/2019)

Cruz Alta, Rio Grande do Sul (242/2021)

Monte Santo do Tocantins, Tocantins (248/2021)

Rolândia, Paraná (264/2021)

Salvador, Bahia (279/2021)

Monte Alegre, Rio Grande do Norte (281/2021)

São Francisco de Paula, Minas Gerais (323/2021)

Itaberá, São Paulo (324/2021)

Fronteira, Minas Gerais (326/2021)

Ipanema, Minas Gerais (327/2021)

Altaneira, Ceará (360/2021)

Antônio Dias, Minas Gerais (361/2021)

Verdelândia, Minas Gerais (367/2021)

Abreu e Lima, Pernambuco (373/2021)

Pedrinhas Paulista, São Paulo (389/2021)

Junqueirópolis, São Paulo (393/2021)

Recife, Pernambuco (394/2021)

Japoatã, Sergipe (400/2021)

Marilândia, Espírito Santo (410/2021)

Romaria, Minas Gerais (418/2021)

Encruzilhada do Sul, Rio Grande do Sul (429/2021)

Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul (443/2021)

Marialva, Paraná (468/2021)

Virmond, Paraná (470/2021)

Girau do Ponciano, Alagoas (478/2021).

As propostas tiveram como Relatores os Deputados Paulo Teixeira (PT-SP), Dagoberto Nogueira (PDT-MS), Angela Amin (PP-SC), Luis Miranda (DEM-DF), Pompeo de Mattos (PDT-RS), Carlos Jordy (PSL-RJ), Bia Kicis (PSL-DF) e Fernanda Melchionna (PSOL-RS).

Todos foram aprovados nesta Comissão.

Capital Nacional do Frio

O Projeto de Lei nº 1.389/2019, confere ao Município de Urupema, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional do Frio.

A proposta, apresentada pelo Senador Esperidião Amin (PP-SC), recebeu parecer favorável do Relator, Deputado Darci de Matos (PSD-SC).

A análise na CCJ ficou restrita aos aspectos constitucionais, jurídicos e de técnica legislativa da matéria e foi aprovada.

Estímulo à criação de bibliotecas públicas

O Projeto de Lei nº 11.157/2018 visa incluir, na Política Nacional do Livro, medidas de estímulo à criação, manutenção e atualização de bibliotecas públicas e escolares.

O projeto, do Deputado Diego Garcia (PODE-PR), detalha que as verbas serão destinadas às bibliotecas públicas sob responsabilidade do respectivo ente.

A Relatora, Deputada Alê Silva (PSL-MG), recomendou a aprovação do projeto nos aspectos constitucionais, jurídicos e de técnica legislativa da proposta.

O relatório foi aprovado nesta Comissão.

28 de setembro

Requerimentos sobre a PEC 225/2019

Os Requerimentos nº 149/2021, nº 150/2021, nº 151/2021, de autoria dos Deputados Rui Falcão (PT-SP), Maria do Rosário (PT-RS) e Joenia Wapichana (REDE-RR), respectivamente, buscam o aditamento do Requerimento nº 146/2021, da Deputada Caroline de Toni, que visa a realização de audiência pública, destinada a debater a PEC nº 225, de 2019 para inclusão de convidados. Todos os Requerimentos foram aprovados nesta Comissão.

O Deputado Diego Garcia (PODE-PR) apresentou o Requerimento nº 153/2021 para a criação da Subcomissão Especial para os Direitos das Crianças e dos Adolescentes. A Deputada Maria do Rosário (PT-RS) se manifestou favorável ao requerimento. “Crianças e adolescentes são prioridade sempre, independentemente de governo. A Constituição precisa ser cumprida.”.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputadas Adriana Ventura



Paula Belmonte

Cobrança de IPTU quando imóvel público for utilizado por particular

A Proposta de Emenda à Constituição nº 193/19, que autoriza a União, os Estados e os Municípios a instituírem impostos sobre imóveis que estejam sendo utilizados por particulares com fins privados foi aprovada nesta Comissão.

A autora, Deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF), disse: “Hoje, por exemplo, aqui no DF, muitas das vezes há um imóvel que não é usado pelo poder federal.

Ele é alugado para terceiros. A isenção fiscal não é para o Estado. É para quem está alugando. Mas é diferente, quando a Justiça Federal aluga um prédio particular, a Justiça pagar IPTU”.

A Relatora, Deputada Adriana Ventura (Novo-SP), apresentou parecer favorável à proposta, e foi aprovado nesta Comissão.



Deputado Lafayette de Andrada

Requerimentos sobre reprodução humana assistida no Brasil

O Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) apresentou o Requerimento nº 136/2021 buscando a realização de audiência pública a fim de debater as normas para a realização de procedimentos de reprodução humana assistida no Brasil.

A partir disso, o Deputado Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS-MG) apresentou o Requerimento nº 142/2021 que visa o aditamento do Requerimento

nº 136/2021 para inclusão de convidado em Audiência Pública.

Ambas propostas foram aprovadas nesta Comissão.

O Deputado Pompeo de Mattos, ao pedir a palavra, ressaltou que os nomes indicados eram “respeitados, nomes qualificados, nomes que têm a acrescentar, nomes que têm expertise, experiência, capacidade, qualidade, como efetivamente a nossa CCJ precisa para fazer esses debates, que são relevantes, porque isso é importante.”.

Doação de 20 caminhões do Exército ao Paraguai

O Projeto de Lei nº 9.007/17, do Poder Executivo, autoriza o Governo brasileiro a doar 20 viaturas operacionais MBB 1418 revitalizadas ao Exército paraguaio. As doações serão feitas ao país vizinho em cumprimento a acordos bilaterais de cooperação com as Forças Armadas das nações amigas.

O Relator, Deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), recomendou a aprovação do projeto. O relatório foi aprovado nesta Comissão

29 de setembro

Relatório final da Subcomissão Especial para Assuntos Penais

Foi aprovado, nesta Comissão, o Relatório Final da Subcomissão Especial para Assuntos Penais, que propôs mudanças na legislação para endurecer penas de determinados crimes, além de dificultar a progressão de regime e as “saidinhas” para presos.

30 de setembro

Requerimentos para realização de audiências públicas

O Requerimento nº 117/2021, de autoria do Deputado João Campos (REPUBLICANOS-GO), visa audiência pública para debater a instituição do Dia Nacional do Pastor.

Redação final:

PDL 245/2021

PL 3229/2015

PL 3309/2015

PL 4498/2016

PL 10481/2018

PL 10538/2018

Projetos de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV

Foram aprovadas ou renovadas as autorizações de execução, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária nos Municípios:

Placas, Pará (324/2019)

Montividiu, Goiás (276/2021)

São Simão, Goiás (282/2021)

Mutunópolis, Goiás (299/2021)

Rianópolis, Goiás (305/2021)

Catanduvas, Paraná (315/2021)

Santarém Novo, Pará (317/2021)

Inhumas, Goiás (320/2021)

Remanso, Bahia (348/2021)

General Carneiro, Paraná (349/2021)

Muaná, Pará (353/2021)

Mercês, Minas Gerais (356/2021)

Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais (362/2021)

Vassouras, Rio de Janeiro (364/2021)

Botuporã, Bahia (365/2021)

Luz, Minas Gerais (370/2021)

Salgueiro, Pernambuco (391/2021)

Monte Santo de Minas, Minas Gerais (395/2021)

Valentim Gentil, São Paulo (396/2021)

Lebon Régis, Santa Catarina (404/2021)

Cananéia, São Paulo (406/2021)

Congonhas, Minas Gerais (407/2021)

Firminópolis, Goiás (408/2021)

Araraquara, São Paulo (412/2021)

Goiás, Goiás (414/2021)

Iracemápolis, São Paulo (420/2021)

Cândido Mota, São Paulo (421/2021)

Três Fronteiras, São Paulo (422/2021)

Guaraniaçu, Paraná (430/2021)

Jaboticabal, São Paulo (431/2021)

Santa Cruz do Capibaribe, Pernambuco (433/2021)

Ribeirão Branco, São Paulo (434/2021)

Aruanã, Goiás (435/2021)

Boituva, São Paulo (446/2021)

Potirendaba, São Paulo (453/2021)

Bady Bassitt, São Paulo (455/2021)

São Miguel Arcanjo, São Paulo (458/2021)

Guapó, Goiás (459/2021)

Colinas do Tocantins, Tocantins (464/2021)

Caiapônia, Goiás (473/2021)

Engenheiro Caldas, Minas Gerais (475/2021)

Iapu, Minas Gerais (479/2021)

Santos Dumont, Minas Gerais (482/2021)

Carmo do Rio Verde, Goiás (86/2019).

As propostas tiveram como Relatores os Deputados Paulo Teixeira (PT-SP), Dagoberto Nogueira (PDT-MS), Angela Amin (PP-SC), Luis Miranda (DEM-DF), Pompeo de Mattos (PDT-RS), Carlos Jordy (PSL-RJ), Bia Kicis (PSL-DF) e Fernanda Melchionna (PSOL-RS).

Todos foram aprovados nesta Comissão



Deputado Filipe Barros

Acordo entre Brasil e Guyana

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 569/2019 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprova o texto do Acordo sobre serviços aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativa da Guiana, assinado em Brasília, em 28 de junho de 2017.

Com Parecer do Relator, Deputado Filipe Barros (PSL-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Novos limites para o Parque Nacional da Serra dos Órgãos

O Projeto de Lei nº 8.823/2017, do Deputado Hugo Leal (PSD-RJ), redefine os limites do Parque Nacional da Serra dos Órgãos e estabelece outras providências.

O objetivo é incorporar novas áreas com cobertura florestal íntegra e excluir outras ocupadas há décadas.

A Relatora na CCJ, Deputada Christiane de Souza Yared (PL-PR), se manifestou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Ponte Dom Moacyr Grechi

O Projeto de Lei nº 3.704/2019 denomina “Dom Moacyr Grechi” a Ponte sobre do Rio Abunã, que interliga os Estados de Rondônia e Acre, localizada na BR-364.

A autoria é do Deputado Mauro Nazif (PSB-RO) e foi aprovada por recomendação da Relatora, Deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC).



Deputada Carol De Toni

Acordo entre Brasil e Emirados Árabes Unidos

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 203/2021 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e os Emirados Árabes Unidos, assinado em Brasília, em 15 de março de 2019.

Com Parecer do Relator, Deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Acordo entre Brasil e Malawi

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 938/2018 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Malawi sobre o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico, assinado em Lilongwe, em 10 de maio de 2017.

Com Parecer do Relator, Deputado Filipe Barros (PSL-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Tratado entre Brasil e Marrocos

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 379/2021 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprova o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Brasília, em 13 de junho de 2019.

Com Parecer do Relator, Deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, a proposta foi aprovada nesta Comissão.





OUTUBRO



Deputadas Gleisi Hoffmann e Erika Kokay



Senador Magno Malta

05 de outubro

Criação do Serviço de Inteligência Penitenciária

O Projeto de Lei nº 2.563/2003, de autoria do Senador Magno Malta (PR-ES), altera a Lei de Execução Penal, para estabelecer as atribuições do serviço de inteligência penitenciária.

O texto aprovado na Comissão foi o substitutivo do Relator, Deputado Kim Kataguirí (DEM-SP), e estabelece que a atividade de inteligência penitenciária “é o exercício permanente e sistemático de ações especializadas

para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais na esfera dos sistemas penitenciários, basicamente orientadas para produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para subsidiar os tomadores de decisão, para o planejamento e execução de políticas e de ações para prever, prevenir, neutralizar e reprimir atos criminosos”.

Reserva biológica transformada em Parque Nacional Marinho do Arvoredo

O Projeto de Lei nº 4.198/2012, dos Deputados Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC) e Esperidião Amin (PP-SC), recategoriza a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, e estabelece que seja administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que deverá adotar as medidas necessárias à sua efetiva implantação e proteção.

O Relator, Deputado Darci de Matos (PSD-SC), apresentou parecer pela constitucionalidade do texto, que foi aprovado nesta Comissão.

07 de outubro

Redação final:

PDL 309/2019

PDL 241/2021

PDL 265/2021

PDL 298/2021

PL 10330/2018

PL 2584/2019

PL 5872/2019

PL 6028/2019

PL 5010/2020

Serviço de radiodifusão no Município de Dois Vizinhos - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 358/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural de Dois Vizinhos para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Diego Garcia (PODE-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputada Angela Amin

Serviço de radiodifusão no Município de Tarauacá - AC

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 405/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores do Bairro Bento Marques - COHAB - para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tarauacá, Estado do Acre.

Após Parecer da Relatora, Deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), pela constitucionalidade,

juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Caconde - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 452/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento Cultural e Turístico de Caconde para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caconde, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Mirabela – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 494/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Mirabela para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mirabela, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Alê Silva (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Indianópolis – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 502/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Indianova - FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Indianópolis, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Alê Silva (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Nepomuceno – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 522/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de radiodifusão de Nepomuceno para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nepomuceno, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Pinheirinho (PP-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputada Christiane Yared



Deputado Pinheirinho

Serviço de radiodifusão no Município de Porto União - SC

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 525/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Porto União para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina.

Após Parecer da Relatora, Deputada Ângela Amin (PP-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de João Pinheiro - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 535/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática prova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Shalon para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Pinheirinho (PP-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Tamarana - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 539/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Artística Amigos de Tamarana para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tamarana, Estado do Paraná.

Após Parecer da Relatora, Deputada Christiane de Souza Yared (PL-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Camanducaia - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 542/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária América para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito

de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Camanducaia, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Alê Silva (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Claraval - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 543/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Claraval para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Claraval, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Alê Silva (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Inconfidentes – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 557/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de radiodifusão de Inconfidentes para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Inconfidentes, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Alê Silva (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Guarará – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 585/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à ACAC – Associação Comunitária de Apoio à Cidadania – para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão

comunitária no Município de Guarará, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Patrus Ananias (PT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Pradópolis – SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 572/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Pradopolense de Apoio Educação e Cultura – APAEC – para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pradópolis, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Geninho Zuliani (DEM-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputada Alê Silva



Deputado Eduardo Cury

Serviço de radiodifusão no Município de Brodowski - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 598/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Portinari Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Brodowski para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brodowski, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Santa Teresa - ES

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 579/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Teresense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo.

Após Parecer da Relatora, Deputada Ângela Amin (PP-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Iguatemi - MS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 629/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Esperança de Iguatemi - ACEI - para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iguatemi, Estado do Mato Grosso do Sul.

Após Parecer da Relatora, Deputada Ângela Amin (PP-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Araguatins - TO

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 580/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária TOP FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão

comunitária no Município de Araguatins, Estado do Tocantins.

Após Parecer da Relatora, Deputada Ângela Amin (PP-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Goiabeira - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 597/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitária Rádio Lebermann FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Goiabeira, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Pinheirinho (PP-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Ibatiba - ES

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 602/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Liberdade FM 92,1 para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibatiba, Estado do Espírito Santo.

Após Parecer da Relatora, Deputada Ângela Amin (PP-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Renascença - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 631/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Artístico de Renascença - ACCAR - para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de

radiodifusão comunitária no Município de Renascença, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Paulo Martins (PSC-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Alexandria - RN

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 632/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Cidadania FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alexandria, Estado do Rio Grande do Norte.

Após Parecer da Relatora, Deputada Ângela Amin (PP-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Paulo Eduardo Martins



Andre Porciuncula (Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura), Deputada Bia Kicis, Mário Frias (Secretário Especial de Cultura) e Felipe Carmona (Secretário de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual da Cultura)

Compositor como profissão artística

O Projeto de Lei nº 4.308/2012, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, dispõe sobre o exercício da profissão de compositor. O Dia do Compositor Brasileiro é celebrado anualmente em 7 de outubro.

Segundo o texto, o compositor é o autor de obras musicais, com ou sem letra, que sejam expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, conhecido ou que se invente no futuro.

O Secretário Especial da Cultura, Mário Frias, foi à Comissão acompanhar a sessão. “Muitas vezes uma

canção nos remete a um amor, a uma amizade, a um momento da vida que a gente quer preservar, e a música faz essa conexão, esse link, como poucas manifestações artísticas, na minha opinião”, disse o Secretário.

Após Parecer da Relatora, Deputada Maria do Rosário (PT-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Projeto de Lei nº 5.985/2013, apensado, com emenda saneadora da inconstitucionalidade e injuridicidade, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputada Bia Kicis e o Embaixador de Israel, Daniel Zonshine

13 de outubro

Acordo entre Brasil e Israel sobre questões relacionadas à defesa

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 228/2021 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre cooperação em questões relacionadas à defesa, assinado em Jerusalém, em 31 de março de 2019.

O acordo prevê o intercâmbio de tecnologias, treinamento, pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e mobilização.

Com Parecer da Relatora, Deputada Bia Kicis (PSL-DF), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Instalada Subcomissão sobre direitos de crianças e adolescentes

Foi instalada a Subcomissão Especial que trata de estudos sobre os direitos da criança e do adolescente. Além de promover estudos na área dos direitos e da proteção das crianças e dos adolescentes com o objetivo de apresentar proposições legislativas, a Subcomissão deverá discutir propostas pendentes de análise na CCJ que tratem do tema.

A Deputada Caroline de Toni (PSL-SC) foi eleita presidente da Subcomissão, e a Deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF) Vice-Presidente. O Deputado Diego Garcia (Pode-PR) foi designado como Relator.

14 de outubro

Capital Nacional do Churrasco

O Projeto de Lei nº 2.436/2019, de autoria da Senadora Ana Amélia (PP-RS), confere ao Município de Lagoa Vermelha, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Churrasco.

O Relator, Deputado Hiran Gonçalves (PP-RR), apresentou parecer pela constitucionalidade da proposta,

que tramitou em caráter conclusivo e, portanto, poderá seguir para sanção presidencial, a menos que haja um recurso para votação pelo Plenário da Câmara.

Requerimento de audiência pública

A Deputada Maria do Rosário (PT-RS) apresentou o Requerimento de nº 159/2021 que visa “a realização de audiência pública para tratar do PL 2781/2015, que aumenta a pena de infração relativa à publicidade enganosa ou abusiva quando dirigida à criança”.

O Requerimento foi aprovado nesta Comissão.

Redação final:

PDL 10579/2018



Deputado Hiran Gonçalves



Deputado Dr. Frederico



Deputado Fred Costa

Semana nacional de conscientização sobre o TDAH

O Projeto de Lei nº 4.254/2019, de autoria do Deputado Fred Costa (PATRIOTA-MG), institui a semana nacional de conscientização sobre o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH).

A semana deverá ser realizada no período que abrange o dia 1º de agosto. O objetivo é promover a conscientização sobre a importância do diagnóstico e tratamento precoces.

“Essa é uma causa justa porque, infelizmente, só quem possui crianças em casa com o TDAH,

principalmente nesse momento de pandemia, em que as suas atividades ficaram restritas, sabe como não está fácil a vida dessas crianças e desses pais”, defendeu o Relator, Deputado Dr. Frederico (PATRIOTA-MG).

O Relator da proposta, Deputado Dr. Frederico (Patriota-MG), apresentou parecer pela constitucionalidade do texto, e foi aprovado nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Guimarães-MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 436/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Trabalhadores de Guimarães para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guimarães, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Marcelo Aro (PP-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Severiano de Almeida – RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 439/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Amigos de Severiano de Almeida para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão

comunitária no Município de Severiano de Almeida, Estado do Rio Grande do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Giovani Cherini (PL-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Mogi Mirim – SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 450/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Nova Missão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Paruá - MA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 454/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Santa Luzia do Paruá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Luzia do Paruá, Estado do Maranhão.

Após Parecer do Relator, Deputado Edilázio Júnior (PSD-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de São José das Palmeiras - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 488/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Educativa de São José das Palmeiras para executar, pelo prazo de dez anos,

sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Pedro Lupion (DEM-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Nova Campina - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 489/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Artística Desportiva e de Comunicação Social Nova Campina para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Campina, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Luiz Philippe de Orleans Bragança

Serviço de radiodifusão no Município de São Bento – MA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 491/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Desportiva de São Bento para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Bento, Estado do Maranhão.

Após Parecer do Relator, Deputado Edilázio Júnior (PSD-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Campestre- MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 500/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Conselho Comunitário de radiodifusão de Campestre para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão

comunitária no Município de Campestre, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Marcelo Aro (PP-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Planaltina de Goiás – GO

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 501/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Positiva FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Planaltina de Goiás, Estado de Goiás.

Após Parecer da Relatora, Deputada Bia Kicis (PSL-DF), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Augusto Pestana - RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 504/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cadeado para o Desenvolvimento Cultural e Artístico de Augusto Pestana para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Augusto Pestana, Estado do Rio Grande do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Giovani Cherini (PL-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Laranjal Paulista - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 509/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização

outorgada à Associação Comunitária, Educativa, Cultural e Artística Dinâmica da Cidade de Laranjal Paulista para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Paço do Lumiar - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 520/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Cultural e Comunitária Luminense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paço do Lumiar, Estado do Maranhão.

Após Parecer do Relator, Deputado Edilázio Júnior (PSD-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Galiléia - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 529/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Acultural de Galiléia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Marcelo Aro (PP-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Campinas- SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 532/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação e Rádio Comunitária do Bairro São Bernardo - Campinas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campinas, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Mariópolis- PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 534/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Equipe Canal 8 para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mariópolis, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Diego Garcia (PODE-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Marcelo Aro

Serviço de radiodifusão no Município de Goianésia - GO

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 538/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Boa Nova de Goianésia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Goianésia, Estado de Goiás.

Após Parecer da Relatora, Deputada Bia Kicis (PSL-DF), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de São Gonçalo - RJ

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 555/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Aliança para executar, pelo prazo de dez anos,

sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Após Parecer do Relator, Deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Rio Novo do Sul - ES

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 556/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo.

Após Parecer do Relator, Deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Borborema - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 558/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Cultural e Social Borboremense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Borborema, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Pirapetinga - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 559/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para o

Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Carambeí - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 560/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e de Comunicação Comunitária de Carambeí para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carambeí, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Reinhold Stephanes Júnior (PSD-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Ribeirão Pires – SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 564/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Serrana para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Divinolândia – SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 568/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Verde Vale de Rádio, Educação e Cultura da Cidade de Divinolândia para executar, pelo

prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Divinolândia, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Belo Horizonte – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 576/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural, Artística e Produção de radiodifusão do Bairro Cidade Nova para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Marcelo Aro (PP-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Coronel Tadeu

Serviço de radiodifusão no Município de Itapemirim - ES

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 577/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária do Bairro Santo Antônio FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito.

Após Parecer do Relator, Deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Gouveia - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 586/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Kobu FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Gouveia, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Mauro Lopes (MDB-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Santo Inácio - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 587/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Santo Inácio para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Inácio, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Filipe Barros (PSL-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Serro - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 592/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Serrana de radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serro, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Pinheirinho (PP-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de São Pedro da Aldeia - RJ

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 603/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Vida de Promoção Social para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro.

Após Parecer da Relatora, Deputada Chris Tonietto (PSL-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Janiópolis - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 604/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Convivência Artística e Cultural de Janiópolis para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Janiópolis, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Reinhold Stephanes Junior (PSD-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Arinos - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 616/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Educativa e Cultural Arinense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Arinos, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Marcelo Aro (PP-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Niterói - RJ

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 624/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Serra da Tiririca FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão

comunitária no Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Após Parecer do Relator, Deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Francisco Sá - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 625/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural dos Moradores e Amigos do Bairro São Jorge para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Marcelo Freitas

Serviço de radiodifusão no Município de Santo Antônio do Monte - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 628/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Santo Antônio do Monte para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Alê Silva (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Guapiaçu - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 671/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Educadora de Comunicação Comunitária para executar, pelo prazo

de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guapiaçu, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Geninho Zuliani (DEM-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Palestina - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 672/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social - Palestina - para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palestina, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Geninho Zuliani (DEM-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Jamari - RO

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 689/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Bairro Novo Horizonte para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Candeias do Jamari, Estado de Rondônia.

Após Parecer do Relator, Deputado Léo Moraes (PODE-RO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Piraúba - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 699/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Bairro Granja Aurimar, para executar, pelo

prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Piraúba, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de São Felipe d'Oeste - RO

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 726/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária Migrantes São Felipe - ARCOMI SF - para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Felipe d'Oeste, Estado de Rondônia.

Após Parecer do Relator, Deputado Léo Moraes (PODE-RO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Chupinguaia – RO

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 733/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa Cidade FM de Chupinguaia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia.

Após Parecer do Relator, Deputado Léo Moraes (PODE-RO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Acordo sobre serviços aéreos entre Brasil e Sri Lanka

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 145/2021 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprova o texto do Acordo sobre serviços aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da

República Democrática Socialista do Sri Lanka, assinado em Colombo, em 6 de dezembro de 2017.

Após Parecer do Relator, Deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Acordo sobre assuntos aduaneiros entre Brasil e México

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 216/2021 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos sobre Cooperação e Assistência Administrativa Mútua em assuntos aduaneiros, assinado em Puerto Vallarta, Jalisco, México, em 23 de julho de 2018.

Após Parecer do Relator, Deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Léo Moraes

Acordo sobre segurança social entre Brasil e Moçambique

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 384/2021 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprova o texto do Acordo de segurança social entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique, assinado em Maputo, em 11 de maio de 2017.

Após Parecer do Relator, Deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Acordo sobre cooperação e facilitação de investimentos entre Brasil e Guiana

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 610/2021 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprova o texto do Acordo de cooperação e facilitação de investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana, assinado em Brasília, em 13 de dezembro de 2018.

Após Parecer do Relator, Deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Pontal - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 249/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pró-Cultura e Comunicação de Pontal do Paraná (Nova FM - Rádio Comunitária) a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Filipe Barros (PSL-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Entre-Ijuís - RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 280/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Entre Ijuís para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Entre-Ijuís, Estado do Rio Grande do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Giovani Cherini (PL-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Santa Maria de Jetibá - ES

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 302/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de radiodifusão comunitária de Santa Maria de Jetibá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de

radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo.

Após Parecer do Relator, Deputado Giovani Cherini (PL-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Franco de Rocha - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 303/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Estação de Franco da Rocha para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Belo Horizonte - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 310/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Loyola de radiodifusão comunitária para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Marcelo Aro (PP-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Tabatinga - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 316/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária, Cultural e Beneficente - Centenário - para executar, pelo prazo

de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tabatinga, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Miguelópolis - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 322/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Prestadora de Serviços à Comunidade Miguelopolense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Miguelópolis, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputada Margarete Coelho

Serviço de radiodifusão no Município de Jaguariúna - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 325/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Jaguariúna para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguariúna, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Kim Kataguirí (DEM-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Santa Mariana - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 352/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Santa Mariana para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Mariana, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Reinhold Stephanes Junior (PSD-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Cantagalo - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 371/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores de Cantagalo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cantagalo, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Filipe Barros (PSL-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 386/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Ecológica Santo Antônio-ACESA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Filipe Barros (PSL-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de São Pedro – SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 397/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Arte, Cultura e Informação de São Pedro (ACARCISP) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade,

serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Pedro, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Pompeia – SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 398/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pompeia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pompeia, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Cafelândia - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 413/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Amigos Cafelândia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cafelândia, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Filipe Barros (PSL-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Murutinga do Sul - SP

Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 425/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Atividade para executar, pelo prazo

de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município Murutinga do Sul, estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Ouro Branco - RN

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 426/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação Manairama para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Branco, Estado do Rio Grande do Norte.

Após Parecer do Relator, Deputado Rafael Motta (PSB-RN), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Éder Mauro



Deputado Júlio Delgado

19 de outubro

Obrigação de oferta de língua espanhola no ensino médio

O Projeto de Lei n  3.380/2015, do Senador Rom rio (PSB-RJ), altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educa o Nacional, para dispor sobre os currículos da educa o básica.

O texto trata, entre outros temas, do ensino da língua espanhola nas escolas. O Relator alterou o texto, conferindo caráter optativo à oferta do idioma no ensino fundamental.

Já no caso do ensino médio, a base nacional comum curricular deverá incluir o estudo da língua inglesa e da língua espanhola, e poderá haver a oferta de outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

A Comissão aprovou Parecer do Relator, Deputado Júlio Delgado (PSB-MG), e as 58 propostas que tramitam em conjunto.



Deputado Hugo Leal

Modificações legislativas em crimes contra a Administração Pública

O Anteprojeto nº 5/2021, da Subcomissão Especial para Assuntos Penais, altera os artigos 312, 315, 316, 329, 330 e 333 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), com vistas a aprimorar os crimes contra a Administração Pública.

A proposta trata sobre os crimes de peculato, emprego irregular de verbas ou rendas públicas, concussão, resistência, desobediência e corrupção ativa.

Após manifestação do Relator, Deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), com a apresentação das alterações acordadas, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Requerimento por audiência pública sobre Crimes de Trânsito

O Requerimento nº 154/2021, de autoria do Deputado Hugo Leal (PSD-RJ), busca a realização de audiência pública para discutir as propostas de alteração do Capítulo XIX – dos Crimes de Trânsito – do Código de Trânsito Brasileiro, conforme Projeto de Lei nº 600, de 2019, de autoria do Senador Fabiano Contarato, e seus apensados.

O Requerimento foi aprovado.



Deputado José Medeiros e Deputado Carlos Jordy

20 de outubro

Aumento de penas para crime de homicídio e qualificadoras

Anteprojeto nº 2/2021, da Subcomissão Especial para Assuntos Penais, a fim de aprimorar os referidos tipos penais.

A proposta se refere aos crimes contra a pessoa, especialmente quanto aos crimes contra a vida e às lesões corporais, aumentando a pena mínima para o crime de homicídio simples, de seis a vinte anos de reclusão, para reclusão de oito a vinte anos.

O texto aprovado também inclui algumas qualificadoras ao crime de homicídio, passando a ter pena de 12 a 30 anos.

Segundo o Relator, Deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), o objetivo é evitar que uma pessoa sentenciada à pena mínima por homicídio possa começar a cumprir a sentença já no regime semiaberto.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputada Perpétua Almeida

PEC sobre plano de saúde para servidores da Sucam

A Proposta de Emenda à Constituição nº 101/2019, de autoria do Deputado Mauro Nazif (PSB-RO), acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a concessão de Plano de Saúde aos servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - SUCAM, que manusearam o inseticida dicloro-difenil-tricloroetano - DDT - e outros inseticidas do grupo organoclorado admitidos até 31 de dezembro de 1988.

O pesticida foi banido do País depois da constatação do seu alto nível de toxicidade. A substância deixou de ser usada no combate a endemias em 1998.

Para construir acordo, a Relatora da matéria na CCJ, Deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), retirou da proposta extensão do benefício ao cônjuge e aos dependentes naturais do servidor enquanto vivo.

A proposta foi aprovada nesta Comissão, com emenda.

22 de outubro

Redação final:

PL 7816/2017

PL 341/2019

PL 4319/2019

PL 1676/2020

Campanha Junho Verde

O Projeto de Lei nº 1.070/2021, de autoria do Deputado Jaques Wagner (PT-BA), visa instituir a Campanha Junho Verde, com ações de conscientização sobre a importância da conservação dos ecossistemas e dos seres vivos, além do controle da poluição e da degradação de recursos naturais.

O texto aprovado é o substitutivo da Relatora, Deputada Angela Amin (PP-SC), que une a proposta do Senado a outro projeto da Câmara sobre o mesmo tema (PL 2.257/20).

Capital Nacional do Chamamé

O Projeto de Lei nº 4.528/2019, de autoria do Deputado Fábio Trad (PSD-MS), confere ao Município de

Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, o título de Capital Nacional do Chamamé.

O Relator do projeto, Deputado Darci de Matos (PSD-SC), acrescentou, em seu parecer, que, em dezembro de 2020, a UNESCO declarou o chamamé Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Além disso, manifestou-se pela constitucionalidade, juridicidade, com substitutivo de técnica legislativa.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Ingazeira - PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 247/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão, Cultura e Esportes Sebastião Morais - ACESMO - a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ingazeira, Estado de Pernambuco.

Após Parecer do Relator, Deputado Tadeu Alencar (PSB-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Darci de Matos

Serviço de radiodifusão no Município de São Caetano do Sul - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 259/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Logos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo.

Após Parecer da Relatora, Deputada Adriana Ventura (NOVO-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Floresta - PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 277/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de radiodifusão de Floresta a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço

de radiodifusão comunitária no Município de Floresta, Estado de Pernambuco.

Após Parecer do Relator, Deputado Tadeu Alencar (PSB-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Brejão - PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 357/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Manoel Paes para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brejão, Estado de Pernambuco.

Após Parecer do Relator, Deputado Tadeu Alencar (PSB-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Escada - PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 263/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Escada, Estado de Pernambuco.

Após Parecer do Relator, Deputado Tadeu Alencar (PSB-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Pacaembu - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 403/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores do Bairro Esplanada de Pacaembu (AMBEP) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço

de radiodifusão comunitária no Município de Pacaembu, Estado de São Paulo.

Após Parecer da Relatora, Deputada Adriana Ventura (NOVO-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Feira Nova - PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 415/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Feira Nova para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Feira Nova, Estado de Pernambuco.

Após Parecer do Relator, Deputado Tadeu Alencar (PSB-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Jupi – PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 533/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que autoriza a Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jupi, Estado de Pernambuco.

Após Parecer do Relator, Deputado Tadeu Alencar (PSB-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Pirajuí – SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 627/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Logos a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Coração de Jesus – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 703/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Assistência Comunitária de Coração de Jesus para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coração de Jesus, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Tadeu Alencar

Serviço de radiodifusão no Município de Bofete - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 652/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Rádio Comunitária Associação Joni Braga Educação Arte & Cultura Rádio Nova Bofete - RNB - FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bofete, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Jarinu - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 654/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito

de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jarinu, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Medianeira - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 679/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Educacional e Cultural Interativa para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Medianeira, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Reinhold Stephanes Junior (PSD-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Camaragibe - PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 681/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade Rádio Comunitária Camará FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Camaragibe, Estado de Pernambuco.

Após Parecer do Relator, Deputado Tadeu Alencar (PSB-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Nova Olímpia - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 698/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Nova Olímpia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço

de radiodifusão comunitária no Município de Nova Olímpia, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Diamante do Norte - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 705/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Diamante do Norte para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Diamante do Norte, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



26 de outubro

Deputado Carlos Jordy

Modificações nas regras para progressão de regime

O Anteprojeto nº 6/2021, da Subcomissão Especial para Assuntos Penais, altera os arts. 1º, 2º, 59, 112, 122 e 123 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.

O Relator, Deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), apresentou mudanças e acrescentou dispositivos para garantir que o preso tenha cumprido mais tempo de sua pena antes de ter o direito à progressão.

Tais regras já foram alteradas recentemente, pelo chamado "Pacote Anticrime" (Lei 13.964/19), o que gerou discordâncias entre Deputados sobre uma nova modificação.

Foram apresentados três destaques, de autoria do PT. No entanto, todos foram rejeitados por votação simbólica, mantendo-se o texto proposto pelo Relator.



Deputado Kim Kataguiri

Uso irregular dos fundos partidário e eleitoral como improbidade administrativa

O Projeto de Lei nº 536/2020, da Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA/DF), visa caracterizar como ato de improbidade administrativa a utilização irregular dos Fundos Partidário e Eleitoral.

A principal modificação foi a inclusão dos itens enriquecimento ilícito e lesão ao erário, pois a proposta original citava apenas a violação a princípios da administração pública.

Com Parecer do Relator, Deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Requerimento de convidado para audiência pública sobre o Código de Trânsito Brasileiro

A Deputada Joenia Wapichana (REDE-RR) apresentou o Requerimento nº162/2021, a fim de incluir no Requerimento nº154/2021 um convidado na audiência pública destinada a discutir as propostas de alteração do Capítulo XIX - dos Crimes de Trânsito - do Código de Trânsito Brasileiro, constante do Projeto de Lei 600 de 2019.

O Requerimento foi aprovado nesta Comissão.



Deputada Carol De Toni

27 de outubro

Depoimento antecipado das vítimas de crimes sexuais

O Projeto de Lei nº 3.290/2020, de autoria do Deputado Vitor Hugo (PSL-GO), insere o art. 225-A no Código Penal Brasileiro, Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para permitir a ampliação da utilização da prova antecipada nos casos de crime contra a dignidade sexual.

O texto aprovado foi o substitutivo da Deputada Caroline de Toni (PSL-SC), que retirou a previsão de

que as oitivas das testemunhas também fossem feitas antecipadamente.

Após parecer com complementação de voto da Relatora, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, foi aprovado com substitutivo.



Deputada Carmen Zanotto



Deputado Luis Miranda

Obrigação de divulgação da lista de espera por vagas em escolas e creches a

O Projeto de Lei n  335/2019, da Deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC), visa determinar ao poder público a obrigação de divulgar a lista de espera, por vagas, nos estabelecimentos de Educação Básica de suas redes de ensino.

O Relator da proposta na Comissão, Deputado Luis Miranda (DEM-DF), apresentou parecer pela aprovação tanto do texto original, da Deputada Carmen Zanotto

(Cidadania-SC), quanto do substitutivo já aprovado pela Comissão de Educação, que estabelece que a escola deve informar os critérios utilizados para elaborar a lista, fazendo apenas ajustes técnicos a ambos os textos.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

28 de outubro

Redações finais:

PL 10241/2018

PL 1743/2019

PL 1643/2021

Obrigação de declaração anual de quitação de débitos do condomínio

O Projeto de Lei nº 451/2020, do Deputado Charles Fernandes (PSD-BA), altera o Código Civil para acrescentar entre as competências do síndico de condomínio a obrigação de dar anualmente aos condôminos a quitação do ano em que se antecede.

O texto aprovado foi o substitutivo do Relator, Deputado Luis Miranda (DEM-DF).

Serviço de radiodifusão no Município de Brejo Santo - CE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 311/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e

Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Brejo Santo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brejo Santo, Estado do Ceará.

Após Parecer do Relator, Deputado Capitão Wagner (PROS-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Anchieta - ES

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 318/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Benevente de Moradores para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Anchieta, Estado do Espírito Santo.

Após Parecer da Relatora, Deputada Greyce Elias (AVANTE-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Itupeva - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 319/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à ACCS - Associação Cultural e Comunicação Social - para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itupeva, Estado de São Paulo.

Após Parecer da Relatora, Deputada Greyce Elias (AVANTE-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Córrego Danta - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 368/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Movimentos Populares de Córrego Danta para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão

comunitária no Município de Córrego Danta, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Greyce Elias (AVANTE-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Iguatu- CE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 369/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Iguatu para o Desenvolvimento e Assistência Social (FIDA) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iguatu, Estado do Ceará.

Após Parecer do Relator, Deputado Capitão Wagner (PROS-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Redenção - CE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 411/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Beneficente Rosal da Liberdade para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Redenção, Estado do Ceará.

Após Parecer do Relator, Deputado Capitão Wagner (PROS-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Mucambo - CE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 419/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Mucambo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de

radiodifusão comunitária no Município de Mucambo, Estado do Ceará.

Após Parecer do Relator, Deputado Capitão Wagner (PROS-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Hidrolândia - CE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 424/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores de Nova Hidrolândia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Hidrolândia, Estado do Ceará.

Após Parecer do Relator, Deputado Capitão Wagner (PROS-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Capitão Wagner

Serviço de radiodifusão no Município de Angical – BA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 427/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de radiodifusão comunitária de Angical para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Angical, Estado da Bahia.

Após Parecer do Relator, Deputado Leur Lomanto Júnior (DEM-BA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Belo Oriente – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 428/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Centro de Assistência Social e Educacional John F. Kennedy (CASE) para executar, pelo

prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Greyce Elias (AVANTE/MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Paraipaba – CE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 438/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Popular de Paraipaba para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Paraipaba, Estado do Ceará.

Após Parecer do Relator, Deputado Capitão Wagner (PROS-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Tupi Paulista - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 445/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social de Tupi Paulista para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tupi Paulista, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Guilherme Derrite (PP-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Jitaúna - BA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 469/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Jitaúna

para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jitaúna, Estado da Bahia.

Após Parecer do Relator, Deputado Leur Lomanto Júnior (DEM-BA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Independência - CE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 480/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de radiodifusão de Independência para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Independência, Estado do Ceará.

Após Parecer do Relator, Deputado Capitão Wagner (PROS-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Capitão Enéas - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 493/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores do Bairro Morada do Sol para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capitão Enéas, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Alê Silva (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Contagem - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 510/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Vitória de radiodifusão - ACVR - para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão

comunitária no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Greyce Elias (AVANTE-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Cruz - CE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 512/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade de Amparo e Educação a Infância de Cruz para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cruz, Estado do Ceará.

Após Parecer do Relator, Deputado Capitão Wagner (PROS-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Banabuiú - CE



O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 519/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores e Pescadores da Vila Mariano, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Banabuiú, Estado do Ceará.

Após Parecer do Relator, Deputado Capitão Wagner (PROS-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Acopiara - CE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 526/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade Beneficente Francisca Alves de Almeida para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Acopiara, Estado do Ceará.

Após Parecer do Relator, Deputado Capitão Wagner (PROS-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de São Luís do Curu - CE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 527/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de radiodifusão do Vale do Curu para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Luís do Curu, Estado do Ceará.

Após Parecer do Relator, Deputado Capitão Wagner (PROS-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Dores de Campos - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 540/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Amigos de Dores de Campos - ASCAD - para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dores de Campos, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Alê Silva (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Campo do Meio - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 548/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e

Cultura - Rádio Comunitária Interlagos - para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo do Meio, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Greyce Elias (AVANTE-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Monte Sião - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 566/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Montessionense de radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monte Sião, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Franco Cartafina (PP-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Igaratinga - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 575/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Projeto Vida para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Igaratinga, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Greyce Elias (AVANTE-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Guarda Mor - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 582/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Boa Nova FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guarda Mor, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Alê Silva (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Sabará - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 600/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Radiodifusão de Carvalho de Brito para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sabará, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Greyce Elias (AVANTE-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Franco Cartafina

Serviço de radiodifusão no Município de Dourado - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 601/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Dourado para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dourado, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Guilherme Derrite (PP-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Terra Roxa - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 605/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente de Difusão Cultural e Comunitária Betel de Terra Roxa para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço

de radiodifusão comunitária no Município de Terra Roxa, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Guilherme Derrite (PP-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de São Simão - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 606/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Simonense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Simão, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Guilherme Derrite (PP-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Leopoldo - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 619/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de radiodifusão de Pedro Leopoldo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Greyce Elias (AVANTE-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Arealva - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 620/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Solidariedade de Arealva

para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Arealva, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Marmeleiro - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 649/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Marmeleiro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marmeleiro, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Filipe Barros (PSL-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Guaratuba - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 650/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Alternativa FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaratuba, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Filipe Barros (PSL-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Jacanga - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 651/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Educadora Campo Verde para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jacanga, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Ouro Preto - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 655/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Ecológica de Ouro Preto para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Alê Silva (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Filipe Barros

Serviço de radiodifusão no Município de Itarema - CE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 660/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itarema, Estado do Ceará.

Após Parecer do Relator, Deputado Capitão Wagner (PROS-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Imbituva - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 662/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Ondas de Paz FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Imbituva, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Filipe Barros (PSL-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Vera Cruz do Oeste - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 664/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Educativa de Vera Cruz do Oeste - ACEVE - para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vera Cruz do Oeste, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Filipe Barros (PSL-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Itanhandu - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 666/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Itanhanduense de radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itanhandu, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Alê Silva (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Cascavel - CE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 674/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Assistencial dos Moradores da Boa Vista para executar, pelo prazo de dez anos,

sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cascavel, Estado do Ceará.

Após Parecer do Relator, Deputado Capitão Wagner (PROS-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Brotas de Macaúbas - BA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 688/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Novo Amanhecer - ACNA - para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brotas de Macaúbas, Estado da Bahia.

Após Parecer do Relator, Deputado Leur Lomanto Júnior (DEM-BA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Várzea Nova – BA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 704/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Várzea Nova para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Várzea Nova, Estado da Bahia.

Após Parecer do Relator, Deputado Leur Lomanto Júnior (DEM-BA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Quissamã – RJ

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 706/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária A Voz de Quissamã

para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro.

Após Parecer do Relator, Deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Machado – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 707/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de radiodifusão Nova Machado para Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Machado, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Greyce Elias (AVANTE-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Leur Lomanto Júnior

Serviço de radiodifusão no Município de Andradina - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 714/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social MetrÓpole para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Andradina, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Barão de Cocais - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 715/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de radiodifusão comunitária São João do Morro para executar, pelo prazo de dez anos,

sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Greyce Elias (AVANTE-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Porteiras - CE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 718/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade de Assistência ao Idoso e Comunidades de Porteiras - SAICP - para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porteiras, Estado do Ceará.

Após Parecer do Relator, Deputado Capitão Wagner (PROS-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Ribeira do Pombal - BA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 719/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação Social de Ribeira do Pombal para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeira do Pombal, Estado da Bahia.

Após Parecer do Relator, Deputado Leur Lomanto Júnior (DEM-BA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Cajuru - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 722/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização

outorgada à Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA - para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Alê Silva (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de São Tiago - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 731/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária União de São Tiago para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Tiago, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Alê Silva (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Serviço de radiodifusão no Município de Magalhães de Minas – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 737/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Coutense de radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão

comunitária no Município de Couto de Magalhães de Minas, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Alê Silva (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Dia do Policial Legislativo

O Projeto de Lei nº 6.012/2019, do Senador Dário Berger (MDB-SC), institui o Dia do Policial Legislativo a ser celebrado anualmente em 23 de junho.

O Relator da proposta, Deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), frisou que a data foi escolhida em referência a episódio de 1798, na Revolução Francesa, quando uma tentativa de cerceamento dos trabalhos do parlamento levou à criação do poder de polícia Parlamentar naquele país.

O texto recebeu parecer pela constitucionalidade do Relator e a proposta foi aprovada.



Deputada Bia Kicis



NOVEMBRO



Deputada Alê Silva



Deputado Elias Vaz

03 de novembro

Possibilidade de testamentos digitais

O Projeto de Lei nº 5.820/2019, do Deputado Elias Vaz (PSB-GO), dá nova redação ao Código Civil, buscando modernizar as formas de apresentação de testamentos.

Para a Relatora, Deputada Alê Silva (PSL-MG), “as disposições do projeto são dignas de elogios, ao trazerem para dentro do Código Civil as possibilidades tecnológicas que ampliam o raio de atuação do cidadão.”

O texto aprovado foi o substitutivo da Relatora, que incluiu item para prever, entre as possibilidades

de testamentos, o digital. É possível que a pessoa com deficiência utilize a Língua Brasileira de Sinais (Libras) ou qualquer maneira de comunicação oficial, compatível com a limitação que apresenta.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.



04 de novembro

Deputado Rubens Bueno e Deputado Christino Aureo

Política de desenvolvimento sustentável em microbacias hidrográficas

O Projeto de Lei nº 4.778/2019, de autoria do Deputado Christino Aureo (PP-RJ), institui a Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas e dá outras providências.

O Parecer do Relator, Deputado Rubens Bueno (CIDADANIA-PR), foi pela aprovação da proposta com emendas, e das Emendas da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Entre as modificações apresentadas pelo Relator está a retirada de parágrafo que estabelecia que a política deveria ser efetivada em âmbito nacional por órgão competente da administração pública federal, sendo gradualmente descentralizada mediante a transferência disciplinada em convênio, de encargos e recursos para os governos dos Estados, do DF e dos Municípios.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Abreu e Lima -PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 449/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Chã de Cruz a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco.

O Parecer do Relator, Deputado Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Itaqui - RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 456/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Liberdade FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaqui, Estado do Rio Grande do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Lucas Redecker (PSDB-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de São Pedro do Butiá - RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 462/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação do Movimento de Desenvolvimento Social e Radiocomunicação da Cidade de São Pedro do Butiá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Pedro do Butiá, Estado do Rio Grande do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Lucas Redecker (PSDB-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Dianópolis - TO

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 511/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Dianopolina de radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dianópolis, Estado do Tocantins.

Após Parecer do Relator, Deputado Delegado Pablo (PSL-AM), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Russas - CE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 517/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rio Jaguaribe para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Russas, Estado do Ceará.

Após Parecer do Relator, Deputado Delegado Pablo (PSL-AM), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Cametá - PA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 523/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Filhos e Amigos de Cametá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cametá, Estado do Pará.

Após Parecer do Relator, Deputado Delegado Pablo (PSL-AM), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Serviço de radiodifusão no Município de Angelândia - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 524/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Bom Samaritano para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Angelândia, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Patrus Ananias (PT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Cachoeira Alta - GO

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 563/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Cachoeira Alta - GO para executar, pelo prazo de dez

anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cachoeira Alta, Estado de Goiás.

Após Parecer do Relator, Deputado Vitor Hugo (PSL-GO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Garanhuns - PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 565/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Monte Sinai FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Garanhuns, Estado de Pernambuco.

Após Parecer do Relator, Deputado Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Igarapava - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 584/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Igarapava para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Igarapava, Estado de São Paulo.

Após Parecer da Relatora, Deputada Renata Abreu (PODE-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Petrolina - PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 588/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que autoriza a Associação de radiodifusão comunitária Vila Rajada a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço

de radiodifusão comunitária no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Após Parecer do Relator, Deputado Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Sertãozinho - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 594/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária do Alto do Ginásio para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sertãozinho, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Abadia de Goiás - GO

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 615/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Abadia de Goiás para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Abadia de Goiás, Estado de Goiás.

Após Parecer do Relator, Deputado Vitor Hugo (PSL-GO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Barros Cassal - RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 626/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Barros Cassal - ASCOBAC - para executar, pelo prazo de dez anos,

sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barros Cassal, Estado do Rio Grande do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Lucas Redecker (PSDB-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Autazes - AM

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 630/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Autazes, Estado do Amazonas.

Após Parecer do Relator, Deputado Delegado Pablo (PSL-AM), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Lucas Redecker

Serviço de radiodifusão no Município de Anicuns - GO

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 656/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária, Cultural e Ecológica Rio dos Bois para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Anicuns, Estado de Goiás.

Após Parecer do Relator, Deputado Vitor Hugo (PSL-GO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Humaitá - AM

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 657/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Humaitá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de

radiodifusão comunitária no Município de Humaitá, Estado do Amazonas.

Após Parecer do Relator, Deputado Delegado Pablo (PSL-AM), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Munhoz de Mello - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 673/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Novos Caminhos de Munhoz de Mello para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Munhoz de Mello, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Reinhold Stephanes Junior (PSD-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Propriá - SE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 675/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Imaculada Conceição para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Propriá, Estado de Sergipe.

Após Parecer da Relatora, Deputada Ângela Amin (PP-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Ibimirim - PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 677/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Sertão FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão

comunitária no Município de Ibimirim, Estado de Pernambuco.

Após Parecer do Relator, Deputado Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Ourinhos - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 682/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Ágape de Ourinhos para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ourinhos, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Torrinha - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 684/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Comunitária e Social Ajuda Fraterna para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Torrinha, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Itambé - PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 685/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à RC FM - Rádio Comunitária de Itambé - para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itambé, Estado de Pernambuco.

Após Parecer do Relator, Deputado Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Santa Maria - RN

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 691/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria / RN (ACCCSM-RN) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Norte.

Após Parecer da Relatora, Deputada Ângela Amin (PP-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Silvio Costa Filho

Serviço de radiodifusão no Município de Campos Belos – GO

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 692/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação do Bairro Setor Aeroporto de Campos Belos para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campos Belos, Estado de Goiás.

Após Parecer do Relator, Deputado Vitor Hugo (PSL-GO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Boa Vista da Aparecida – PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 693/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Desenvolvimento

Cultural e Artístico de Boa Vista da Aparecida para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Jales – SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 694/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Moriah (Moriah FM) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jales, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Serra Azul - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 696/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Serrazulense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Serra Azul, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Chapadão do Céu - GO

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 697/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Constelação Associação Cultural para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chapadão do Céu, Estado de Goiás.

Após Parecer do Relator, Deputado Vitor Hugo (PSL-GO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Liberato Salzano - RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 710/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Educativa Cultural Salzanense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Liberato Salzano, Estado do Rio Grande do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Lucas Redecker (PSDB-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Jussara - GO

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 711/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Clube da Vida - Vida FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jussara, Estado de Goiás.

Após Parecer do Relator, Deputado Vitor Hugo (PSL-GO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Morro Redondo - RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 723/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural de Morro Redondo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão

comunitária no Município de Morro Redondo, Estado do Rio Grande do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Lucas Redecker (PSDB-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Almino Afonso - RN

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 735/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte.

Após Parecer da Relatora, Deputada Angela Amin (PP-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Major Vitor Hugo

Serviço de radiodifusão no Município de Italva - RJ

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 756/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Mão Amiga para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Italva, Estado do Rio de Janeiro.

Após Parecer do Relator, Deputado Christino Aureo (PP-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Cristalina - GO

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 761/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores Comunidade Cristalinense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cristalina, Estado de Goiás.

Após Parecer do Relator, Deputado Vitor Hugo (PSL-GO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Pompéu - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 764/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente e Cultural Dona Joaquina de Pompéu para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pompéu, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Pinheirinho (PP-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



09 de novembro

Sugestões de emendas à Lei Orçamentária Anual

SOR 1/2021 visa a inclusão de despesa para a construção de unidades operacionais e administrativas da Polícia Rodoviária Federal, de autoria do Deputado Rafael Motta (PSB/RN), no valor de R\$380.000.000,00.

SOR 2/2021 visa a inclusão de despesa para o aprimoramento da infraestrutura da Polícia Federal, do Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT/BA), no valor de R\$100.000.000,00.

SOR 3/2021 visa a inclusão de despesa para a articulação de política pública sobre drogas, no valor de R\$280.000.000,00.

Por fim, a SOR 4/2021 requer a inclusão de despesa para o desenvolvimento de políticas de segurança pública, prevenção e enfrentamento à criminalidade, ambas do Deputado Rafael Motta (PSB/RN), no valor de R\$650.000.000,00.



Deputada Bia Kicis e Deputado João Campos

10 de novembro

Audiência Pública para debater a Instituição do Dia Nacional do Pastor

Foi aprovado o Requerimento nº 117 de 2021, de autoria do Deputado João Campos (REPUBLICANOS/GO), para a realização de Audiência Pública para debater a instituição do Dia do Pastor.

“O Dia do Pastor é celebrado em todo o Brasil e precisamos definir esta data tão importante. Quero também dizer que, em nome da nossa Associação, que está presente não só em todo o Brasil, mas também no exterior,

em especial no interior, somos gratos por este momento. Parabenizo esta Casa, que sempre se preocupou em fazer o correto. Em nome da nossa Associação, agradeço por isso.”, disse o Pastor Sr. Elias Castro Castilho.

A Audiência Pública foi presidida pela Presidente da Comissão, Deputada Bia Kicis, e também pelo autor do Requerimento.



Deputado Orlando Silva

12 de novembro

Debate sobre mudança no Estatuto da Igualdade Racial

Em 04 de agosto de 2021, em reunião deliberativa da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, foi aprovado o Requerimento nº 133 de 2021, de autoria do Deputado Orlando Silva (PCdoB/SP), para a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei 7.103 de 2014, que modifica o Estatuto da Igualdade Racial para incluir o quesito cor ou raça nos prontuários, registros e cadastramento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Realizada em 12 de novembro, a Audiência Pública foi presidida pelo autor do requerimento e também Relator do projeto, que ressaltou a importância de se realizar o debate no mês de novembro, quando se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado no dia 20.



17 de novembro

Deputado Marcelo Freitas

Prorrogação de desoneração da folha de pagamento até 2023

O Projeto de Lei nº 2.541/2021, dos Deputados Efraim Filho (DEM-PB) e Delegado Nogueira (PDT-MS), altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o prazo da contribuição previdenciária sobre a receita bruta, para alguns setores.

O parecer com complementação de voto do Relator, Deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), foi pela

constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, com substitutivo, assim como pela constitucionalidade e injuridicidade da Emenda nº 4 apresentada e pela inconstitucionalidade e injuridicidade das demais emendas apresentadas.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

18 de novembro**Redação final:**

PDL 86/2019

PDL 383/2019

PDL 384/2019

PDL 436/2019

PDL 437/2019

PDL 439/2019

PDL 440/2019

PDL 441/2019

PDL 442/2019

PDL 443/2019

PDL 444/2019

PDL 445/2019

PDL 446/2019

PDL 450/2019

PDL 464/2019

PDL 513/2019

PDL 514/2019

PDL 242/2021

PDL 248/2021

PDL 264/2021

PDL 276/2021

PDL 279/2021

PDL 281/2021

PDL 282/2021

PDL 299/2021

PDL 305/2021

PDL 315/2021

PDL 365/2021

PDL 320/2021

PDL 367/2021

PDL 323/2021

PDL 370/2021

PDL 324/2021

PDL 373/2021

PDL 326/2021

PDL 389/2021

PDL 327/2021

PDL 391/2021

PDL 348/2021

PDL 393/2021

PDL 349/2021

PDL 394/2021

PDL 356/2021

PDL 395/2021

PDL 358/2021

PDL 396/2021

PDL 360/2021

PDL 400/2021

PDL 361/2021

PDL 404/2021

PDL 362/2021

PDL 405/2021

PDL 364/2021

PDL 406/2021

PDL 407/2021

PDL 408/2021

PDL 410/2021

PDL 412/2021

PDL 414/2021

PDL 418/2021

PDL 420/2021

PDL 421/2021

PDL 422/2021

PDL 429/2021

PDL 430/2021

PDL 431/2021

PDL 433/2021

PDL 434/2021

PDL 435/2021

PDL 443/2021

PDL 446/2021

PDL 452/2021

PDL 453/2021

PDL 455/2021

PDL 458/2021

PDL 459/2021

PDL 464/2021

PDL 468/2021

PDL 470/2021

PDL 473/2021

PDL 475/2021

PDL 478/2021

PDL 479/2021

PDL 482/2021

PDL 494/2021

PDL 502/2021

PDL 522/2021

PDL 525/2021

PDL 535/2021

PDL 539/2021

PDL 542/2021

PDL 543/2021

PDL 557/2021

PDL 572/2021

PDL 579/2021

PDL 580/2021

PDL 585/2021

PDL 597/2021

PDL 598/2021

PDL 602/2021

PDL 629/2021

PDL 631/2021

PDL 632/2021

PL 5547/2013

PL 9007/2017

PL 10788/2018

Regime jurídico mais gravoso para o crime de pedofilia

O Projeto de Lei nº1.776/2015, de autoria do Deputado Paulo Freire (PR-SP), visa incluir no rol de crimes hediondos os crimes de pedofilia.

Segundo o Relator, Deputado Léo Moraes (PODE-RO), “Os crimes de natureza sexual cometidos contra crianças e adolescentes são fortemente repudiados em nosso País e na comunidade internacional, tendo em vista o caráter extremamente repulsivo e depravado desse tipo de comportamento, que recai sobre vítimas indefesas, cuja condição peculiar de pessoas em desenvolvimento limita sua capacidade de compreensão e de defesa. Logo, faz-se necessário endurecer o tratamento penal dispensado aos autores dos crimes relacionados à pedofilia, de forma a desestimular a prática dessas condutas”.

O parecer foi pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 5322/2016, do PL 2007/2019, do PL 2337/2019, do PL 1048/2021, do PL 4928/2019, do PL 6138/2019, do PL 3134/2020, do PL 5326/2020, do PL 5618/2020, do PL 1130/2020, do PL 1252/2021, do PL 4315/2020 e do PL 219/2021, apensados, com substitutivo; e pela constitucionalidade, juridicidade,

má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL 5132/2019, apensado.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Sustentação oral ao impetrante de habeas corpus

O Projeto de Lei nº 4.514/2012, da Deputada Professora Dorinha (DEM-TO), garante a sustentação oral pelo advogado nas sessões de julgamento, em instância judicial ou administrativa.

Pelo texto, o advogado terá prazo de, pelo menos, 15 minutos para essa argumentação. Ainda conforme a proposta, deverá haver prazo mínimo de cinco dias entre a data da publicação da pauta ou intimação até a sessão de julgamento perante tribunal ou órgão colegiado.

O Relator do projeto, Deputado Fábio Trad (PSD-MS) apresentou seu substitutivo, que foi aprovado nesta Comissão.

O Relator, Deputado Lucas Vergílio (Solidariedade-GO), apresentou parecer pela constitucionalidade deste projeto e do substitutivo já aprovado pela Comissão de Trabalho da Câmara. A proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Luizão Goulart

Criação de cadastro nacional de animais domésticos

O Projeto de Lei nº 3.720/2015, de autoria do Deputado Carlos Gomes (PRB-RS), determinou a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos e foi aprovado nesta Comissão na forma do substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, conforme sugestão do Relator Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR).

De acordo com o texto aprovado, o cadastro não poderá conter dados de animais que se destinam

à produção agropecuária para produtos ou serviços. O Cadastro Nacional de Animais Domésticos será disponibilizado para acesso público pela rede mundial de computadores.

As informações fornecidas ao cadastro são de responsabilidade do declarante, que poderá incorrer em sanções penais e administrativas quando total ou parcialmente falsas, enganosas ou omissas.

Acordo entre Brasil e Paraguai sobre localidades fronteiriças vinculadas

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 765/2019, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que trata do acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai sobre localidades fronteiriças vinculadas, assinado em Brasília, em 23 de novembro de 2017, teve parecer favorável do Relator, Deputado Filipe Barros (PSL-PR).

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Antônio Prado – RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 537/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Clóvis Manica para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no

Município de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Giovani Cherini (PL-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Morrinhos – GO

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 561/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Fundação de Assistência Social Betuel para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Morrinhos, Estado de Goiás.

Após Parecer do Relator, Deputado Vitor Hugo (PSL-GO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Ibiúna - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 581/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ibiúna a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibiúna, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Gilson Marques (NOVO-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Restinga Seca - RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 661/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Farol do Saber para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Giovani Cherini (PL-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Guarani das Missões - RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 668/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Dom Zigmund Felinski para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Giovani Cherini (PL-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Juazeiro - BA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 676/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Liberdade FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Juazeiro, Estado da Bahia.

Após Parecer do Relator, Deputado Zé Neto (PT-BA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Boqueirão do Leão - RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 690/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Arauto Cultural de Boqueirão do Leão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no

Município de Boqueirão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul.

Após Parecer da Relatora, Deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Cabo Frio - RJ

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 708/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Centro Cultural Nossa Senhora da Assunção para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

Após Parecer da Relatora, Deputada Chris Tonietto (PSL-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Ribeirão Claro - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 712/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores da Vila Gavioli de Ribeirão Claro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Diego Garcia (PODE-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Quatro Pontes - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 720/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural 03 de

Novembro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Quatro Pontes, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Diego Garcia (PODE-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Fontoura Xavier - RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 724/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada ao Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Fontoura Xavier para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Fontoura Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Pompeo de Mattos

Serviço de radiodifusão no Município de Farroupilha - RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 728/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que autoriza a Associação Comunitária de radiodifusão Caravaggio a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Surubim - PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 729/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Surubinense de radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão

comunitária no Município de Surubim, Estado de Pernambuco.

Após Parecer do Relator, Deputado Pastor Eurico (PATRIOTA-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Itaguajé - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 732/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Itaguajé para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaguajé, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Diego Garcia (PODE-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Canoinhas - SC

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 755/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Santa Cruz de Canoinhas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.

Após Parecer do Relator, Deputado Gilson Marques (NOVO-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Mauá da Serra - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 758/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada ao Conselho Comunitário de Desenvolvimento

Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM - para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mauá da Serra, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Diego Garcia (PODE-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Monte Carmelo - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 762/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Carmelitana para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Lincoln Portela (PL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Curitiba - SC

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 765/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Maria Rosa FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Curitiba, Estado de Santa Catarina.

Após Parecer da Relatora, Deputada Angela Amin (PP-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Rio Novo - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 766/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rionovense de radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão

comunitária no Município de Rio Novo, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Marcelo Aro (PP-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Três Rios - RJ

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 768/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cantagalense de radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.

Após Parecer do Relator, Deputado Chico D'Angelo (PDT-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Chico D'Angelo

Serviço de radiodifusão no Município de Laranjeiras do Sul - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 771/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Base Vila São Francisco para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Rio de Janeiro - RJ

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 772/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a permissão

outorgada à Rádio Mundo Jovem S/S Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Após Parecer do Relator, Deputado Chico D'Angelo (PDT-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de São Miguel do Guaporé - RO

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 785/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à ACOVERMA - Associação Comunitária Verdes Matas - para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia.

Após Parecer do Relator, Deputado Léo Moraes (PODE-RO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Caxias do Sul - RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 786/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação de radiodifusão comunitária de Caxias do Sul para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Cândido Abreu - PA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 787/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização

outorgada à Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cândido Abreu, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Pedro Lupion (DEM-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Pancas - ES

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 796/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Unidos Para Comunicação Boa Nova em Pancas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pancas, Estado do Espírito Santo.

Após Parecer da Relatora, Deputado Angela Amin (PP-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Herval – RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 808/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade Hervalense de Artes e Recreação para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Herval, Estado do Rio Grande do Sul.

Após Parecer da Relatora, Deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Vinhedo – SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 811/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico do Bairro da Capela para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vinhedo, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Guilherme Derrite (PP-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Oliveira – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 812/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Batistana de radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Oliveira, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Franco Cartafina (PP-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Guilherme Derrite

Serviço de radiodifusão no Município de Constantina - RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 805/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Constantina - Rádio FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Constantina, Estado do Rio Grande do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Giovani Cherini (PL-RS) pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Nova Europa - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 813/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Itaquerê de

Comunicação de Nova Europa - ITA - para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Europa, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Geninho Zuliani (DEM-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Itanhomi - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 814/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Religiosa e Recreativa de Itanhomi para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itanhomi, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Lincoln Portela (PL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputada Bia Kicis e Deputada Chris Tonietto

23 de novembro

Redução na idade de aposentadoria obrigatória de Ministros do STF

Revogação da PEC da Bengala

A Proposta de Emenda nº 159/2019, de autoria da Deputada Bia Kicis (PSL-DF), altera o art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal, revoga a Emenda Constitucional nº 88, de 2015, PEC da Bengala, e o art. 100 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para fixar em 70 anos a idade para aposentadoria compulsória dos servidores públicos.

A aposentadoria dos Ministros aos 75 anos de idade não proporciona à administração pública qualquer benefício considerável, além de ser extremamente prejudicial para a carreira da magistratura, que deixa de ser oxigenada.

O Parecer da Relatora, Deputada Chris Tonietto (PSL-RJ), foi pela admissibilidade da proposta, que foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Cacá Leão



Deputado Filipe Barros

Idade máxima de 70 anos para nomeação em tribunais

A Proposta de Emenda nº 32/2021, do Deputado Cacá Leão (PP-BA), altera a Constituição Federal para elevar para setenta anos a idade máxima para a escolha e nomeação de membros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais, do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal de Contas da União.

O Parecer do Relator, Deputado Filipe Barros (PSL-PR) foi pela admissibilidade, tendo sido aprovada nesta Comissão.

Pautar as duas propostas, que se opõem, foi um compromisso da Presidente da Comissão, Deputada Bia Kicis (PSL-DF). Caberá aos Deputados, nas próximas instâncias de análise, definir qual texto prevalecerá.



Deputada Bia Kicis, Deputada Carol De Toni e Senador Eduardo Girão

24 de novembro

Dia Nacional do Espiritismo

O Projeto de Lei nº 3.789/2019, do Senador Eduardo Girão (PODE-CE), cria o Dia Nacional do Espiritismo, a ser celebrado anualmente em 18 de abril.

A data escolhida foi em homenagem ao dia de lançamento da obra “O Livro dos Espíritos”, de Allan Kardec, em Paris, em 1857.

Segundo a Relatora da proposta, Caroline de Toni (PSL-SC), que proferiu parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, “o espiritismo é uma

doutrina voltada para o aperfeiçoamento moral do homem, acredita na existência de um Deus único, na possibilidade de comunicação útil com os espíritos através de médiuns e na reencarnação como processo de crescimento espiritual e de justiça divina”.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Carlos Jordy

Aumento das penas para furto e roubo

O Anteprojeto nº 3/2021 da Subcomissão Especial para assuntos Penais altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – a fim de aumentar as penas dos crimes de furto e roubo quando houver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional do agente.

Apesar de furtos e roubos representarem a maior parte dos delitos que diariamente vitimam os brasileiros, o índice de notificação e de solução desses crimes é

baixíssimo, ao mesmo tempo em que se verifica alto grau de reiteração em relação a essas condutas, provavelmente motivado pela ausência de repressão adequada, a incutir no delinquente verdadeira sensação de impunidade.

O Parecer do Relator, Deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), foi aprovado com alterações, ressalvados os destaques.



Deputada e atual Ministra-chefe da SEGOV, Flávia Arruda

Supressão de áreas da Floresta Nacional de Brasília

O Projeto de Lei nº 2.776/2020, da Deputada Flávia Arruda (PL-DF), desafeta áreas da Floresta Nacional de Brasília.

A criação da Floresta Nacional de Brasília-Flona - teve o objetivo de promover o manejo de uso múltiplo e de forma sustentável dos recursos naturais renováveis, além da proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade do Cerrado.

No entanto, nas áreas 2 e 3 da Floresta Nacional foi instalado pelo GDF o Assentamento Rural 26 de

Setembro, que abriga atualmente população de 10 mil habitantes, desamparada de serviços públicos básicos.

Houve Parecer da Relatora, Deputada Bia Kicis (PSL-DF), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, dos Projetos de Lei nº 2.808/2020 e 160/2021, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Luiz Philippe de Orleans Bragança

Mudança no sistema tributário nacional

A Proposta de Emenda à Constituição nº 7/2020, do Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), altera o Sistema Tributário Nacional e cria três classes de impostos – sobre renda, consumo e propriedade.

Esses impostos poderão ser cobrados, ao mesmo tempo, por União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

O Relator da proposta, Deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), apresentou parecer favorável ao texto apresentado, e suprimiu o item que tornava voluntárias as contribuições ao Sistema S (como Sesi, Senai e Senac), pois segundo o

Relator, a modificação tendia a abolir direitos e garantias individuais.

Entre outros pontos, o texto determina a extinção de praticamente todos os tributos atuais, como ICMS e IPVA (estaduais), ISS e IPTU (municipais) e IPI, PIS/Pasep e Cofins (federais).

Também deixariam de ser cobrados impostos sobre exportações, contribuições previdenciárias sobre folha de pagamentos, salário-educação e contribuições de intervenção no domínio econômico (Cides).

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Atendimento prioritário a pessoas com mobilidade reduzida

O Projeto de Lei nº 1.855/20, do Senador Irajá (PSD-TO), altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, para garantir às pessoas com mobilidade reduzida o atendimento prioritário em órgãos públicos, bancos e estabelecimentos em geral.

O Relator, Deputado Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE), apresentou parecer pela aprovação do projeto, com alguns ajustes técnicos, e de substitutivo já aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

25 de novembro

Redação Final

PDL 324/2019

PDL 249/2021

PDL 280/2021

PDL 302/2021

PDL 303/2021

PDL 310/2021

PDL 316/2021

PDL 317/2021

PDL 322/2021

PDL 352/2021

PDL 353/2021

PDL 371/2021

PDL 386/2021

PDL 397/2021

PDL 398/2021

PDL 413/2021

PDL 425/2021

PDL 426/2021

PDL 534/2021

PDL 436/2021

PDL 538/2021

PDL 439/2021

PDL 555/2021

PDL 450/2021

PDL 556/2021

PDL 454/2021

PDL 558/2021

PDL 488/2021

PDL 559/2021

PDL 489/2021

PDL 560/2021

PDL 491/2021

PDL 564/2021

PDL 500/2021

PDL 568/2021

PDL 501/2021

PDL 576/2021

PDL 504/2021

PDL 577/2021

PDL 509/2021

PDL 586/2021

PDL 520/2021

PDL 587/2021

PDL 529/2021

PDL 592/2021

PDL 604/2021

PDL 616/2021

PDL 624/2021

PDL 625/2021

PDL 671/2021

PDL 672/2021

PDL 689/2021

PDL 699/2021

PDL 726/2021

PDL 733/2021

PL 4198/2012

PL 10531/2018

PL 3704/2019

Rodovia “Desembargador Federal Leomar Amorim”

O Projeto de Lei nº 4.363/16, do Deputado Hildo Rocha (MDB-MA), denomina “Desembargador Federal Leomar Amorim” o trecho da rodovia BR-222 entre o cruzamento com a BR-135 e o Município de Chapadinha (MA).

A proposta recebeu parecer favorável do Relator, Deputado Rubens Pereira Junior (PCdoB-MA), e foi aprovada nesta Comissão.

Calendário turístico oficial do Brasil

O Projeto de Lei nº 10.777/18, do Deputado Hildo Rocha (MDB-MA), cria o Calendário turístico oficial do Brasil, para reunir em um só documento todos os eventos turísticos oficiais de municípios do País, mesmo os que não ocorram todos os anos, para incentivar o turismo e o desenvolvimento local.

A Relatora, Deputada Bia Kicis (PSL-DF), apresentou parecer favorável ao texto. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Prazo para Governo definir projeto na Zona Franca de Manaus

O Projeto de Lei nº 1.077/19, do Deputado Capitão Alberto Neto (PRB-AM), altera o Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, para estabelecer prazo máximo para análise de proposta de um Processo Produtivo Básico – PPB – de empresas interessadas em receber os incentivos da Zona Franca de Manaus (ZFM).

O Relator, Deputado Luis Miranda (DEM-DF), apresentou parecer pela aprovação deste projeto e da emenda aprovada pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia, fazendo apenas ajustes técnicos no texto.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Dia Nacional da pessoa com visão monocular

O Projeto de Lei nº 940/21, da Deputada Luisa Canziani (PTB-PR), e outro institui o Dia Nacional da pessoa com visão monocular, a ser celebrado anualmente em 5 de maio.

A Relatora, Deputada Bia Kicis (PSL-DF), apresentou parecer favorável ao texto, que tramitou em caráter conclusivo. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Mudança nos limites do Parque Nacional da Serra do Itajaí

O Projeto de Lei nº 292/20, do Poder Executivo, altera os limites do Parque Nacional da Serra do Itajaí, localizado no Município de Botuverá, Estado de Santa Catarina, para permitir a implantação da barragem de contenção de cheias no Rio Itajaí-Mirim.

O Relator, Deputado Darci de Matos (PSD-SC), apresentou parecer favorável ao texto, apenas com ajustes técnicos, que foi aprovado nesta Comissão.

Acordo Brasil e Paraguai sobre localidades fronteiriças vinculadas

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 765/2019, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, teve parecer favorável do Relator, Deputado Filipe Barros (PSL-PR).

A Comissão aprovou o texto, que foi assinado em Brasília, em 23 de novembro de 2017.



Deputado Luís Miranda

Acordo relativo ao trânsito dos eerviços aéreos internacionais

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 256/2021 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional teve parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Relator, Deputado Eduardo Cury (PSDB-SP).

A Comissão aprovou o texto do acordo relativo ao trânsito dos serviços aéreos Internacionais, feito em Chicago, Estados Unidos da América, em 7 de dezembro de 1944.

Acordo-quadro sobre o estabelecimento da Aliança Solar Internacional

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 271/2021 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional teve parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Relator, Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR).

A Comissão aprovou o texto do Acordo-Quadro sobre o estabelecimento da Aliança Solar Internacional

(ASI), assinado em Nova Delhi, República da Índia, em 15 de novembro de 2016.

Serviço de radiodifusão no Município de Carmo de Minas - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 750/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Radiodifusão Sintonia Carmo de Minas FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Carmo de Minas, Estado de Minas Gerais.

Após apresentação de parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Relator, Deputado Júlio Delgado (PSB-MG), a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Acordo entre Brasil e Grão Ducado de Luxemburgo sobre troca e proteção mútua de informação classificada

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 385/2021 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Relator, Deputado Reinhold Stephanes Junior (PSD-PR).

Esta Comissão aprovou o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Grão Ducado de Luxemburgo sobre troca e proteção mútua de informação classificada, assinado em Nova York, em 25 de setembro de 2018.

Protocolos à Convenção de Aviação Civil Internacional

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 329/2021, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, teve parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Relator, Deputado Eduardo Cury (PSDB-SP).

A Comissão aprovou os textos dos Protocolos à Convenção de Aviação Civil Internacional, adotados por ocasião da 39ª Assembleia da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), em Montreal, Canadá, em 06 de outubro de 2016.

Acordo entre Brasil e Áustria em Cooperação Científica e Tecnológica

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 483/2021, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Relator, Deputado Eduardo Cury (PSDB-SP).

A Comissão aprovou o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Áustria em Cooperação Científica e Tecnológica, assinado em Viena, em 19 de junho de 2019.

Serviço de radiodifusão no Município de Monte Azul Paulista – SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 730/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para Cidadania e Desenvolvimento Social de Monte Azul Paulista para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo.

Após apresentação de parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Relator, Deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Iturama – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 846/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação de radiodifusão comunitária

Pérola do Triângulo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Iturama, Estado de Minas Gerais.

Após apresentação de parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Relator, Deputado Pinheirinho (PP-MG), a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Correntes – PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 734/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação de radiodifusão para Comunicações Comunitária do Sítio Areias do Município das Correntes para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Correntes, Estado de Pernambuco.

Após apresentação de parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Relator, Deputado Pastor Eurico (PATRIOTA-PE), a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Nova Era – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 790/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de radiodifusão Dr. José Baptista Filho para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Era, Estado de Minas Gerais.

Após apresentação de parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Relator, Deputado Júlio Delgado (PSB-MG), a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Taquaritinga do Norte – PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Rádio/TV nº 390/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Taquaritinga do

Norte para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco.

Após apresentação de parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Relator, Deputado Pastor Eurico (PATRIOTA-PE), a proposta foi aprovada nesta Comissão.



DEZEMBRO



Deputada Bia Kicis e Deputado Carlos Jordy

01 de dezembro

Aumento de penas no Código Penal

O texto principal do Anteprojeto nº 3/2021, da Subcomissão Especial para Assuntos Penais, aumenta em dois terços as penas dos crimes de furto e roubo quando houver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional do agente.

Ao receber críticas da Oposição, o Relator da proposta, Deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), rebateu “O que nós estamos fazendo é simplesmente plasmar no nosso Código Penal algo que já acontece em outros

diplomas legais, como o Código de Processo Penal, e na jurisprudência, para fazer com que aquele que tem conduta profissional, contumaz, para a prática do furto e do roubo tenha uma pena maior. Nesse caso, ele não está fazendo um furto famélico, ele não faz um furto em estado de necessidade: ele tem uma prática profissional, ele se utiliza dessa prática para furtar, para obter coisa alheia”, argumentou.

A proposta foi aprovada nesta Comissão.



Enfrentamento ao abuso e à exploração de crianças e adolescentes

O Projeto de Lei nº 420/2020, de autoria do Deputado Fernando Borja (AVANTE-MG), instituiu o mês “Maio Laranja” dedicado a ações de enfrentamento ao abuso e à exploração de crianças e adolescentes.

O Relator, Deputado Delegado Pablo (PSL-AM), apresentou parecer favorável à proposta.. A proposta foi aprovada nesta Comissão

Relatório Final da Subcomissão Especial de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente

Com manifestação favorável do Relator, o Relatório 2/2021, da Subcomissão foi aprovado, bem como os projetos de lei sugeridos pelo Relator.



Deputada Fernanda Melchionna



Deputado Coronel Tadeu

Mudanças no Código de Processo Penal Militar

O Projeto de Lei nº 9.436/2021 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional alterou dispositivos do Código de Processo Penal Militar, bem como revogou o artigo 90-A da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

A proposta tem por objetivo dar continuidade às discussões travadas por ocasião de eventos anteriores à proposta, com o intuito de que as mudanças a serem implementadas aproximem esse diploma legal de suma

relevância aos ditames constitucionais mais caros ligados ao respeito dos direitos e garantias fundamentais.

O Relator da proposta, Deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), apresentou Complementação de Voto pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação com substitutivo.

Foi aprovado o parecer, com complementação de voto, ressalvados os destaques, contra os votos das Deputadas Fernanda Melchionna e Érika Kokay.



Deputada Adriana Ventura

Regras para concessão de gratuidade da Justiça

O Projeto de Lei nº 5.900/2016, do Deputado Paes Landim (PTB-PI) alterou o art. 99, do Código de Processo Civil.

O substitutivo apresentado pela Deputada Adriana Ventura (Novo-SP) estabelece requisitos para o pedido de gratuidade, como a insuficiência de recursos por parte do requerente; estar dispensado de apresentar declaração do Imposto de Renda; ser beneficiário de programa social do Governo; ou ter renda mensal de até três salários.

A Relatora acrescentou a possibilidade de o requerente ser mulher vítima de violência doméstica que faça uso de serviços de defensoria pública ou assistência judiciária gratuita; ou estar representado em juízo pela defensoria pública.

Além disso, apresentou uma complementação de voto, a pedido da Deputada Joenia Wapichana (Rede-RR), prevendo a possibilidade de concessão do pedido de gratuidade às comunidades indígenas.

O projeto foi aprovado nesta Comissão.

Reunião de ações judiciais em caso de “demanda opressiva”

O Projeto de Lei nº 90/2021, do Deputado Paulo Ramos (PDT-RJ), estabeleceu regras para reunião de ações judiciais em face de demandas opressivas.

De relatoria do Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), o parecer foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa à proposta, que foi aprovada nesta Comissão.

02 de dezembro

Redações finais

PDL 247/2021

PDL 259/2021

PDL 277/2021

PDL 297/2021

PDL 325/2021

PDL 357/2021

PDL 363/2021

PDL 403/2021

PDL 415/2021

PDL 532/2021

PDL 533/2021

PDL 603/2021

PDL 627/2021

PDL 628/2021

PDL 652/2021

PDL 654/2021 -

PDL 679/2021

PDL 681/2021

PDL 698/2021

PDL 703/2021

PDL 705/2021

PL 11157/2018

PL 4254/2019

PL 710/2020

PL 2541/2021

Serviço de radiodifusão no Município de Lagoa Vermelha - RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 283/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Lagoense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Lucas Redecker (PSDB-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Sertanópolis - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 437/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária de Sertanópolis para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sertanópolis, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Pedro Lupion (DEM/PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e apresentação da redação final, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputada Greyce Elias

Estrada Senador Murilo Badaró

O Projeto de Lei nº 916/2021, de autoria da Deputada Greyce Elias (AVANTE-MG), denominou “Estrada Senador Murilo Badaró” o trecho rodoviário da BR 367 que liga os Municípios Minas Novas/MG e Araçuaí/MG.

A Relatora da proposta, Deputada Alê Silva (PSL-MG), apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do texto, que foi aprovado nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Araújos – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 463/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária de Araújos - ACCA - para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Araújos, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), pela constitucionalidade,

juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Nazareno – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 495/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores do Bairro Rosário para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nazareno, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Felixlândia – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 503/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rosa de Saron – ACRS para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Felixlândia, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Patos de Minas – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 521/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Civil Filantrópica Asilo Vila do

Sol para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Greyce Elias (AVANTE-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Rio Preto – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 531/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada ao Centro Social Educacional e Cultural de Rio Preto – MG para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Preto, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Lindoeste – PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 541/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Lindoeste para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lindoeste, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Pedro Lupion (DEM-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Três Marias – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 678/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Sociedade de Ação Comunitária Canaã para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Três Marias, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Japonvar – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 687/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Japonvar para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Japonvar, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Capitão Alberto Neto

Serviço de radiodifusão no Município de São Gotardo – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 713/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à ASVIP - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula - para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Gotardo, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Greyce Elias (AVANTE-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Jaguaribe – CE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 736/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente e Social

de Nova Floresta para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguaribe, Estado do Ceará.

Após Parecer do Relator, Deputado Capitão Wagner (PROS-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Manari – PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 738/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Manari - PE para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Manari, Estado de Pernambuco.

Após Parecer do Relator, Deputado Tadeu Alencar (PSB-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Pedro Lupion

Serviço de radiodifusão no Município de Guaraci – SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 739/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Guaraci para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Guaraci, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Gameleira – PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 748/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Nossa Senhora da Penha para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito

de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Gameleira, Estado de Pernambuco.

Após Parecer do Relator, Deputado Tadeu Alencar (PSB-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Salinas – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 754/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de radiodifusão de Salinas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salinas, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Pedro Leopoldo – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 769/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Radiodifusores e Movimento Popular de Rádio Comunitária de Pedro Leopoldo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Júlio Delgado (PSB-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de São Lourenço – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 770/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização

outorgada à Associação Comunitária Alternativa de radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Lourenço, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Bueno Brandão – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 775/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente de Bueno Brandão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Greyce Elias (AVANTE-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Caucaia – CE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 782/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Maria Pinto para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caucaia, Estado do Ceará.

Após Parecer do Relator, Deputado Capitão Wagner (PROS-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Passa Quatro – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 783/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Popular Passaquatreense Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar, pelo

prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Alê Silva (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de São José do Belmonte – PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 788/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Comunitária - ACRC - para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco.

Após Parecer do Relator, Deputado Tadeu Alencar (PSB-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputada Bia Kicis e Deputado Coronel Tadeu

Serviço de radiodifusão no Município de Juruáia – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 791/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores de Juruáia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Juruáia, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Prata – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 794/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pratense Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão

comunitária no Município de Prata, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Greyce Elias (AVANTE-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Limoeiro – PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 802/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que autoriza a Associação dos Moradores da Comunidade São Francisco de Assis da Pirauíra a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Limoeiro, Estado de Pernambuco.

Após Parecer do Relator, Deputado Tadeu Alencar (PSB-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Petrolina – PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 810/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de radiodifusão Nova Descoberta a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Após Parecer do Relator, Deputado Tadeu Alencar (PSB-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Agrestina – PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 815/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão

comunitária no Município de Agrestina, Estado de Pernambuco.

Após Parecer do Relator, Deputado Tadeu Alencar (PSB-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Coqueiral – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 817/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Serviços Radiofônicos Coqueiral para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Coqueiral, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Mauro Lopes (MDB-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Piedade do Rio Grande – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 830/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de radiodifusão Alto do Rio Grande para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Piedade do Rio Grande, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Alê Silva (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Campo Alegre – SC

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 832/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária

de Campo Alegre para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina.

Após Parecer da Relatora, Deputada Ângela Amin (PP-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Bom Sucesso – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 833/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Comunidade de Jesus para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Greyce Elias (AVANTE-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputada Greyce Elias

Serviço de radiodifusão no Município de Baependi – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 834/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Baependiana de radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Baependi, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Júlio Delgado (PSB-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Bela Cruz – CE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 835/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente dos Moradores de Correguinho - ABEMOC - para executar, pelo prazo

de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bela Cruz, Estado do Ceará.

Após Parecer do Relator, Deputado Capitão Wagner (PROS-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Tapira – PA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 839/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Artística de Tapira para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tapira, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Pedro Lupion (DEM-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Manhumirim – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 841/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de radiodifusão Para Desenvolvimento Artístico e Cultural de Manhumirim para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Manhumirim, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Lima Campos – MA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 844/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização

outorgada à Associação Comunitária Cultural Lima Campense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lima Campos, Estado do Maranhão.

Após Parecer do Relator, Deputado Edilázio Júnior (PSD-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Colina – SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 845/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Colina para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Colina, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Geninho Zuliani (DEM-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Lages – SC

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 849/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lages, Estado de Santa Catarina.

Após Parecer da Relatora, Deputada Ângela Amin (PP-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Barra do Corda – MA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 857/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Barra-Cordense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra do Corda, Estado do Maranhão.

Após Parecer do Relator, Deputado Edilázio Júnior (PSD-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Ressaquinha – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 860/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Canjamba para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ressaquinha, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Franco Cartafina (PP-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Edilázio Júnior

Serviço de radiodifusão no Município de São José de Ribamar – MA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 861/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Ribamarense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São José de Ribamar, Estado do Maranhão.

Após Parecer do Relator, Deputado Edilázio Júnior (PSD-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Santa Margarida – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 865/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização

outorgada à Associação Cultural de Santa Margarida para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Margarida, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Lincoln Portela (PL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Imperatriz – MA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 871/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural, Terapêutica e Ambiental de Imperatriz para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão.

Após Parecer do Relator, Deputado Edilázio Júnior (PSD-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Ibiapina – CE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 874/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Menores Carentes de Ibiapina para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibiapina, Estado do Ceará.

Após Parecer do Relator, Deputado Capitão Wagner (PROS-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Veranópolis – RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 880/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada ao Conselho Comunitário de radiodifusão de Veranópolis para executar, pelo prazo de dez anos,

sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Veranópolis, Estado do Rio Grande do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Giovani Cherini (PL-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de São João do Oriente – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 887/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de São João do Oriente a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João do Oriente, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Greyce Elias (AVANTE-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Pindaré Mirim – MA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 888/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Dehoniana para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pindaré Mirim, Estado do Maranhão.

Após Parecer do Relator, Deputado Edilázio Júnior (PSD-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de São Luís – MA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 892/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Solidariedade para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

Após Parecer do Relator, Deputado Edilázio Júnior (PSD-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Umburatiba – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 899/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que autoriza a Arcumb - Associação de radiodifusão comunitária de Umburatiba (Rádio Umburana FM) - a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Umburatiba, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Carlos Sampaio



Deputado Aureo Ribeiro

07 de dezembro

Empresas precisam divulgar razão social, CNPJ e e-mail em site

O Projeto de Lei nº 5.470/2009, do Deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), obriga as pessoas jurídicas de direito privado a fazer constar, de suas páginas da internet, sua razão social, seu número no registro junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ - e endereço da sede e sucursais.

O Relator na comissão, Deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), apresentou parecer pela

constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto, mas apresentou emendas ao texto original.

Um das emendas excluiu a previsão de punição para membros do Judiciário, do Executivo e do Ministério Público que, no exercício de suas funções, tomassem conhecimento de sites que não contêm as informações exigidas e deixassem de comunicar por escrito aos órgãos competentes. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Mudanças no Código de Processo Penal Militar

Após aprovação do parecer do PL 9436/2017, foram apreciados os oito destaques ao projeto.

O Destaque 2 foi de autoria do PSOL, que foi rejeitado; os Destaques 3 e 4 foram de autoria do PT, que foram rejeitados; o Destaque 5 foi de autoria do NOVO, que ficou prejudicado em razão da rejeição do Destaque 2; e os Destaques 6 e 8 foram de autoria do PDT, que foram rejeitados.

Desta forma, o Parecer do Relator, Deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), foi aprovado nesta Comissão.

Recursos do fundo partidário para participação política das mulheres

A Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2021, de autoria do Senador Carlos Fávaro (PSD-MT), busca a imposição aos partidos da aplicação de recursos do fundo partidário na promoção e difusão da participação política das mulheres.

A PEC também prevê a aplicação de recursos desse fundo e do fundo de financiamento de campanha e a divisão do tempo de propaganda gratuita no rádio e na

televisão no percentual mínimo de 30% (trinta por cento) para candidaturas femininas.

Com parecer pela admissibilidade do Deputado Darci de Matos (PSD-SC), a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Acordo para Cooperação em Ciência e Tecnologia entre Brasil Israel

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 233/2021 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprovou, com Parecer do Relator, Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, o Acordo para Cooperação em Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, assinado em Jerusalém, em 31 de março de 2019.



Deputado Enrico Misasi

Juízes passam a analisar pareceres de Câmara e Senado no controle de constitucionalidade

O Projeto de Lei nº 2.585/2021, da Deputada Margarete Coelho (PP-PI), definiu como fundamento essencial da decisão em controle de constitucionalidade a apreciação dos argumentos desenvolvidos nos pareceres aprovados pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara e do Senado.

Segundo a autora “É preciso dar voz ao Poder que elabora as leis. É preciso ouvir os argumentos dos

legisladores, compreender as suas razões, o que tiveram em consideração ao conceber determinado dispositivo.”.

O Relator, Deputado Enrico Misasi (PV-SP), apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação. A proposta foi aprovada nesta Comissão.



08 de dezembro

Deputado Paulo Teixeira

Direito e responsabilidades dos pacientes

O Projeto de Lei nº 5.559/2016, de autoria dos Deputados Pepe Vargas (PT-RS), Chico D'Ângelo (PT-RJ) e Henrique Fontana (PT-RJ), dispõe sobre os direitos dos pacientes.

A justificativa da proposta traz o entendimento de que o Brasil possui leis estaduais e normas infralegais sobre os direitos dos usuários, porém não há nenhuma norma que atribua titularidade de direitos aos pacientes.

A proposta foi aprovada com Parecer do Relator, Deputado Paulo Teixeira (PT-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.559/2016, com emenda, e pela constitucionalidade, injuridicidade e má técnica da Emenda nº 5 da Comissão de Seguridade Social e Família.



Deputado Otávio Leite

Programa *Tax Free*

O Projeto de Lei Complementar nº 353/2017, de autoria do Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), instituiu o Programa "Tax Free" para promover a restituição, a turistas estrangeiros quando de sua saída do país, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para os Programas PIS/Pasep, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação sobre Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS).

As regras gerais de funcionamento do programa serão definidas pelo Governo Federal, incluindo, por exemplo, o valor mínimo de gastos para adesão ao Tax Free.

O Relator, Deputado Lucas Redecker (PSDB-RS), recomendou a aprovação da matéria na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Finanças e Tributação. Para neutralizar os efeitos sobre a arrecadação, o texto determina que o Executivo deva incluir a previsão de renúncia fiscal na proposta de lei orçamentária. A proposta foi aprovada nesta Comissão.

Possibilidade de mudança de folga semanal por motivo religioso

O Projeto de Lei nº 3.346/2019, de autoria do Deputado Wolney Queiroz (PDT-PE), altera o art. 67 da CLT para assegurar prestação alternativa ao empregado, em virtude de escusa de consciência, quando o seu dia de guarda religioso coincidir com o dia de trabalho e dá outras providências.

O texto aprovado foi o substitutivo do Relator, Deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que estabeleceu que a mudança deve ser acordada com o empregador, sem perdas ou ônus para o empregado. Além disso, o texto permite a escolha do dia de descanso e autoriza o empregado a compensar o período não trabalhado por meio de acréscimo de horas diárias ou de turnos.

O Relator também acolheu no novo texto mudanças promovidas pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, como a que garante ao empregado o direito de utilizar, no local de trabalho, adereço associado ao seu credo, salvo se houver incompatibilidade ou impedimento legalmente justificável.

09 de dezembro

Redação final

PDL 311/2021

PDL 318/2021

PDL 319/2021

PDL 368/2021

PDL 369/2021

PDL 411/2021

PDL 419/2021

PDL 424/2021

PDL 427/2021

PDL 428/2021

PDL 438/2021

PDL 445/2021

PDL 449/2021

PDL 456/2021

PDL 462/2021

PDL 469/2021

PDL 480/2021

PDL 493/2021

PDL 510/2021

PDL 511/2021

PDL 512/2021

PDL 517/2021

PDL 519/2021

PDL 523/2021

PDL 524/2021

PDL 526/2021

PDL 527/2021

PDL 540/2021

PDL 548/2021

PDL 563/2021

PDL 565/2021

PDL 566/2021

PDL 575/2021

PDL 582/2021

PDL 584/2021

PDL 588/2021

PDL 594/2021

PDL 600/2021

PDL 601/2021

PDL 605/2021

PDL 606/2021

PDL 615/2021

PDL 619/2021

PDL 620/2021

PDL 626/2021

PDL 630/2021

PDL 649/2021

PDL 650/2021

PDL 651/2021

PDL 655/2021

PDL 656/2021

PDL 657/2021

PDL 660/2021

PDL 662/2021

PDL 664/2021

PDL 666/2021

PDL 673/2021

PDL 674/2021

PDL 675/2021

PDL 677/2021

PDL 682/2021

PDL 684/2021

PDL 685/2021

PDL 688/2021

PDL 691/2021

PDL 692/2021

PDL 693/2021

PDL 694/2021

PDL 696/2021

PDL 697/2021

PDL 704/2021

PDL 706/2021

PDL 707/2021

PDL 710/2021

PDL 711/2021

PDL 714/2021

PDL 715/2021

PDL 718/2021

PDL 719/2021

PDL 722/2021

PDL 723/2021

PDL 731/2021

PDL 735/2021

PDL 737/2021

PDL 756/2021

PDL 761/2021

PDL 764/2021

PL 2416/2015

PL 4092/2019

PL 4528/2019

PL 4778/2019

PL 3290/2020

Acordo de Cooperação Técnica entre Uganda e Brasil

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 769/2019 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, aprovou o Parecer do Relator, Deputado Filipe Barros (PSL-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República de Uganda e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em Kampala, em 29 de setembro de 2011.

Tratado entre Brasil e Cazaquistão sobre a Extradição de Pessoas

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 771/2019 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, aprovou o Parecer do Relator, Deputado Filipe Barros (PSL-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Cazaquistão sobre a Extradição de Pessoas, assinado em Astana, em 20 de junho de 2018.

Serviço de radiodifusão no Município de Ribeirão Preto - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 447/2019 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Stúdios de Ribeirão Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Capitão Augusto (PL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Rio Grande - RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 409/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Shalom para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Jacarezinho - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 499/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico Amigos da Cidade de Jacarezinho para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jacarezinho, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Diego Garcia (PODE-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Carlos Jordy

Serviço de radiodifusão no Município de Ivaiporã - PR

O PDC de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 634/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de radiodifusão comunitária de Ivaiporã para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ivaiporã, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Panambi - RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 658/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação de Ação Cultural Educacional e Social de Panambi para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão

comunitária no Município de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Jaboatão dos Guararapes - PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 789/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária A Voz da Liberdade para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco.

Após Parecer do Relator, Deputado Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Sete Lagoas - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 807/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Sete-Lagoana de Entidades Assistenciais e Rádio Comunitária para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Frederico (PATRIOTA-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Heliadora - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 809/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Heliadora - ACHÉ - para executar, pelo

prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Heliadora, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Frederico (PATRIOTA-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Lapa - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 831/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Beneficente de radiodifusão comunitária Lapeana para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lapa, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Diego Garcia (PODE-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Pratápolis - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 847/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pratapolense de radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratápolis, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Frederico (PATRIOTA-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de São João - PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 859/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária João Carlos Zoby para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de

radiodifusão comunitária no Município de São João, Estado de Pernambuco.

Após Parecer do Relator, Deputado Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Tacuru - MS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 863/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Ondas Verdes FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tacuru, Estado do Mato Grosso do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Dagoberto Nogueira (PDT-MS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Dagoberto Nogueira

Serviço de radiodifusão no Município de Itatiaiuçu - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 866/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Itatiaiuçu para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itatiaiuçu, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Mauro Lopes (MDB-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Inocência - MS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 867/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Inocência de Comunicação e Marketing para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de

radiodifusão comunitária no Município de Inocência, Estado do Mato Grosso do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Fábio Trad (PSD-MS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Jussari - BA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 869/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária Normário Sales para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jussari, Estado da Bahia.

Após Parecer do Relator, Deputado Zé Neto (PT-BA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Igaratá - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 870/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Esportiva e Turística de Igaratá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Igaratá, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Geninho Zuliani (DEM-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Santo Estevão - BA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 875/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Social de Santo Estevão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito

de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Estevão, Estado da Bahia.

Após Parecer do Relator, Deputado Zé Neto (PT-BA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Orobó - PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 878/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Comunicação Social de Orobó para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Orobó, Estado de Pernambuco.

Após Parecer do Relator, Deputado Tadeu Alencar (PSB-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Itaúna - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 879/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Sagrado Coração de Jesus do Bairro Santanense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaúna, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Mauro Lopes (MDB-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Santa Brígida - BA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 881/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Amigos do Memorial do

Conselheiro Pedro Batista - AAMEPB - para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Brígida, Estado da Bahia.

Após Parecer do Relator, Deputado Zé Neto (PT-BA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Campo Grande - MS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 886/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Morena Campo Grande a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Dagoberto Nogueira (PDT-MS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Zé Neto

Serviço de radiodifusão no Município de Campo Grande - MS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 889/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Louvores ao Rei de Integração Comunitária para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Fábio Trad (PSD-MS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Resplendor - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 893/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Maria Rainha da Paz para executar,

pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Resplendor, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer da Relatora, Deputada Alê Silva (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Brasilândia - MS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 894/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Integração Comunitária Cidade Esperança para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brasilândia, Estado do Mato Grosso do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Dagoberto Nogueira (PDT-MS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Bariri - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 900/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e de Promoção Social Ludwilg Zankl para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bariri, Estado de São Paulo.

Após Parecer do Relator, Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Vitória de Santo Antão - PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 903/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária dos

Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco.

Após Parecer do Relator, Deputado Tadeu Alencar (PSB-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de São Luis - MA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 904/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural da Área Itaqui - Bacanga - para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Luis, Estado do Maranhão.

Após Parecer do Relator, Deputado Edilázio Júnior (PSD-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de São Sebastião do Paraíso – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 908/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Taquarussu – MS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 910/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária FM – AMCRC / FM para executar, pelo

prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Taquarussu, Estado do Mato Grosso do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Fábio Trad (PSD-MS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Campo Grande – MS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 911/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Integração e Difusão Comunitária das Moreninhas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Dagoberto Nogueira (PDT-MS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputada Adriana Ventura

Serviço de radiodifusão no Município de Rio Preto - BA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 912/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária FM Cidade para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Formosa do Rio Preto, Estado da Bahia.

Após Parecer do Relator, Deputado Zé Neto (PT-BA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Santa Luzia - MA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 913/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Dom Oscar Romero para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de

exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Luzia, Estado do Maranhão.

Após Parecer do Relator, Deputado Edilázio Júnior (PSD-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Bodoquena - MS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 917/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Bodoquena - ACB - Denominada FM Comunitária de Bodoquena para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bodoquena, Estado do Mato Grosso do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Dagoberto Nogueira (PDT-MS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Encruzilhada - BA

O PDC de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 914/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Encruzilhada para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Encruzilhada, Estado da Bahia.

Após Parecer do Relator, Deputado Zé Neto (PT-BA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Pedro Gomes - MS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 915/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Pedro Gomes-ACOPE - para

executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedro Gomes, Estado do Mato Grosso do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Fábio Trad (PSD-MS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Conselheiro Lafaiete - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 946/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunicação Comunitária Lafaiete para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Capim Branco - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 947/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Ação Social Comunitária de Capim Branco - ASCOCAB- para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capim Branco, Estado de Minas Gerais.

Após Parecer do Relator, Deputado Júlio Delgado (PSB-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Nova Santa Bárbara - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 948/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à ADESCAR Associação Comunitária de

Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Nova Santa Bárbara para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Santa Bárbara, Estado do Paraná.

Após Parecer do Relator, Deputado Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Santo Antônio das Missões - RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 949/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Rádio Comunidade F.M. Novo Tempo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santo Antônio das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Após Parecer do Relator, Deputado Lucas Redecker (PSDB-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputada Bia Kicis e Deputado Pompeo de Mattos



Deputada Alê Silva

Nova definição de vulnerabilidade temporária

O Projeto de Lei nº 3.256/2012, do Senador Humberto Costa (PT-PE), acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 22 da Lei Orgânica da Assistência Social, para definir o termo "situações de vulnerabilidade temporária" de que trata o caput do artigo.

Foi definido como, entre outras situações definidas em regulamento, pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar decorrentes da ruptura de

vínculos familiares, da presença de violência física, sexual ou psicológica ou de situação de ameaça à vida.

Com Parecer da Relatora, Deputada Alê Silva (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do Projeto de Lei nº 4.652/2012, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Giovani Cherini

Prescrição da ozonioterapia em todo o território nacional

O Projeto de Lei nº 9001/2017, do Senador Valdir Raupp (PMDB-RO), autoriza a prescrição da ozonioterapia em todo o território nacional.

Poderão ser tratados com ozonioterapia todos os pacientes que optarem pelo procedimento e que tiverem indicação médica para se submeterem a ele, desde que observadas as seguintes condicionantes: a ozonioterapia só pode ser aplicada através de equipamento de produção de ozônio medicinal devidamente certificado

pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o médico responsável deve informar ao paciente que a ozonioterapia será prescrita como tratamento complementar.

Com Parecer do Relator, Deputado Giovani Cherini (PL-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Medidas contra a violência sexual de crianças e adolescentes atletas

O Projeto de Lei nº 9.622/18, de autoria da Deputada Erika Kokay (PT-DF), acrescentou dispositivo ao Estatuto da Criança e do Adolescente, exigindo de entidades esportivas a adoção de medidas contra a violência sexual de crianças e adolescentes como condição para ter acesso a recursos públicos.

O Projeto foi aprovado na forma do substitutivo da Comissão do Esporte, com emenda da Comissão de Seguridade Social e Família.

O descumprimento das determinações legais de proteção de crianças e adolescentes levará à suspensão da transferência de recursos públicos para a entidade desportiva ou, no caso de patrocínio, ao encerramento deste contrato.

Com Parecer do Relator, Deputado Diego Garcia (PODE-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Esporte e da Subemenda da Comissão de Seguridade Social e Família, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Sanções para prestadores de serviços turísticos que facilitem turismo sexual

O Projeto de Lei nº 5.637/2020, do Deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), alterou a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, de modo a prever sanções aos prestadores de serviços turísticos que cometerem infrações associadas à facilitação do turismo sexual.

O texto prevê a mesma pena para o ato de submeter criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual na prestação de serviços turísticos. A mesma punição será ainda aplicada quando o prestador de serviços turísticos deixar de colaborar com as iniciativas governamentais de combate ao turismo sexual.

A Relatora na CCJC, Deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS), apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto.

A aprovação da proposta foi recomendada pela Subcomissão da CCJ que estudou, anteriormente, possíveis contribuições legislativas à área dos direitos e da proteção das crianças e dos adolescentes.

Dia Nacional do agente de trânsito

O Projeto de Lei nº 5.166/2019 de Hugo Leal (PSD-RJ) instituiu o Dia Nacional do agente de trânsito, alterando a Lei nº 9.503, de 1997. Esta proposta pretende instituir um dia para que os agentes de trânsito sejam lembrados pela sociedade e reconhecidos como profissionais importantes na organização e manutenção do sistema de trânsito brasileiro em busca de uma mobilidade urbana eficaz, eficiente e mais segura.

A proposta foi aprovada nesta Comissão com Parecer do Relator, Deputado Patrus Ananias (PT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda.

Prioridade de marcação de consulta oftalmológica

O Projeto de Lei nº 2.521/2019, do Deputado Gustinho Ribeiro (SOLIDARI-SE), assegurou a prioridade de marcação de consulta oftalmológica pelo Sistema Único de Saúde - SUS - para crianças de até 10 (dez) anos de idade no início de cada ano letivo e a qualquer período do ano para idosos e cidadãos que possuam renda mensal de até 2 (dois) salários mínimos.

Com Parecer do Relator, Deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), pela constitucionalidade,

juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo de técnica legislativa, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Direito de criança visitar pais internados em hospital

O Projeto de Lei nº 9.990/2018, de autoria da Deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), alterou a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 para dispor sobre o direito da criança ou adolescente à visita à mãe ou pai internados em instituição de saúde. O texto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que atualmente não contém regras sobre isso.

Relatora na CCJC, a Deputada Chris Tonietto (PSL-RJ) defendeu a legalidade da matéria e observou que a medida atende ao preceito constitucional de assegurar “amparo à criança e ao adolescente no que diz respeito à integração ao núcleo familiar”.

A aprovação da proposta foi recomendada pela Subcomissão da CCJC que estudou, entre outubro e novembro deste ano, possíveis contribuições legislativas à área dos direitos e da proteção das crianças e dos adolescentes.



Deputada Paula Belmonte



Deputada Professora Dorinha

Regime escolar especial para facilitar às mães a realização de cursos

O Projeto de Lei nº 5.982/2016, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), acrescentou dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de forma a estabelecer regime escolar especial para atendimento a educandos nas situações que especifica.

O texto refere-se a excepcionalidades: alunas e alunos impossibilitados de comparecer, por questão de tratamento de saúde, que necessitem de adaptações de

prazos para entrega de trabalhos escolares e realização de provas, ou que estejam em período de lactância ou atenção à criança de até três anos.

Com Parecer da Relatora, Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA-DF), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, e do Substitutivo da Comissão de Educação, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Dagoberto Nogueira

Multa para quem vender bebida alcoólica a criança ou adolescente

O Projeto de Lei nº 969/2003, do Deputado Carlos Nader (PFL-RJ), modificou dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, fixando multa para o estabelecimento que vender bebida alcoólica a criança ou adolescente.

De acordo com a justificativa, busca-se conferir ao Estatuto da Criança e do Adolescente mecanismo mais ágil para coibir abusos na comercialização de bebidas alcoólicas, além de proporcionar elementos que facilitem

o correto desenvolvimento físico e psicológico das crianças e dos jovens brasileiros.

Com Parecer do Relator, Deputado Dagoberto Nogueira (PDT-MS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo de técnica legislativa, e do Projeto de Lei nº 1.512/2003, apensado, com substitutivo de técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Carlos Henrique Gaguim

Limpeza periódica de areia de parques infantis

O Projeto de Lei nº 11.039/2018, do Deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO), dispõe sobre a obrigatoriedade de tratamento e limpeza da areia contida nos tanques utilizados para o lazer e para recreação infantil, existentes em áreas públicas ou privadas do País. A medida visa combater bactérias e parasitas em geral.

Segundo o autor, “a areia de parques infantis é veículo de transmissão de doenças como micoses, verminoses e toxoplasmose. Sem limpeza, aumenta o

perigo de contaminação, devido a fezes e urinas de cães, gatos, ratos, morcegos, pássaros e até de humanos”.

A Relatora, Deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF), apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da matéria e a proposta que tramitava em caráter conclusivo foi aprovada nesta Comissão.

14 de dezembro

Permissão de descumprimento de gastos mínimos em educação

A PEC nº 13/2021, de autoria do Senador Marcos Rogério (DEM-RO), altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para determinar que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como seus agentes públicos, não poderão ser responsabilizados pelo descumprimento, nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do disposto no caput do art. 212 da Constituição Federal;

Segundo o texto, em decorrência do estado de calamidade pública provocado pela pandemia da Covid-19, os Estados, o DF, os Municípios e os agentes públicos desses entes federados não poderão ser responsabilizados administrativa, civil ou criminalmente pelo descumprimento, exclusivamente nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do mínimo de 25% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A PEC estabelece que o ente federado que não cumprir o mínimo constitucional nesses dois anos deverá aplicar na manutenção e desenvolvimento do ensino, até

o exercício financeiro de 2023, o valor necessário para completar os 25%.

Com Parecer do Relator, Deputado Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE), pela admissibilidade, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Rastreador entre itens obrigatórios de carros oficiais

O Projeto de Lei nº 2.317/2015, de autoria do Deputado Aliel Machado (PSB-PR), altera o Código de Trânsito Brasileiro e a Lei de Acesso à Informação para dispor sobre o acesso a informações relativas ao uso de veículos oficiais ou a serviço do poder público.

De acordo com a proposta, quando se trata do controle do uso dos veículos oficiais, ainda se percebe grande ineficiência, seja por falhas na fiscalização da gestão dos veículos, seja por corrupção entre gestores, servidores e/ou pessoas do setor privado. Faltam meios e vontade política para coibir o uso indevido de viaturas, ambulâncias e outros veículos oficiais.

O projeto recebeu parecer favorável da Relatora, Deputada Adriana Ventura (NOVO-SP), que fez apenas um ajuste técnico no texto, e foi aprovado nesta Comissão.



Deputado Pedro Lupion

Substituição de fiscalização agropecuária por autocontrole dos produtores

O Projeto de Lei nº 1.293/2021, do Poder Executivo, dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga

os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

O projeto também altera regras de controle sanitário e o valor das multas aplicadas por infrações.

O Projeto foi aprovado na forma do substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, conforme Parecer do Relator, Deputado Pedro Lupion (DEM-PR).

15 de dezembro

Prestação de contas da Presidente da CCJC e manifestações de reconhecimento por parte dos Deputados

16 de dezembro

Redação final

PL 2991/2019

PL 5820/2019

PL 451/2020

Acordo entre Brasil e Argentina sobre localidades fronteiriças vinculadas

O Projeto de Decreto Legislativo de Acordos, tratados ou atos internacionais nº 931/2021 da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul aprovou o texto do ajuste complementar ao acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre localidades fronteiriças vinculadas, para a prestação

de serviços de assistência de emergência e cooperação em Defesa Civil, assinado em Brasília, em 7 de fevereiro de 2017.

Com Parecer do Relator, Deputado Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Dia dos Povos Indígenas

O Projeto de Lei nº 5.466/2019, de autoria da Deputada Joenia Wapichana (REDE-RR), instituiu o Dia dos Povos Indígenas, modificando a expressão “Dia do Índio”, criado pelo Decreto lei nº 5.540, de 02 de junho de 1943, com o objetivo, de acordo com a proposta, de atualizar para uma nomenclatura mais respeitosa e mais identificada com as comunidades indígenas a justa homenagem que é prestada nesta data.

Com Parecer do Relator, Deputado Wolney Queiroz (PDT-PE), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Cultura, com subemendas, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Mês da Primeira Infância

O Projeto de Lei nº 2.034/2021, da Deputada Paula Belmonte (CIDADANIA-DF), instituiu o mês de agosto como Mês da Primeira Infância.

Foi escolhido o mês de agosto porque é neste mês, no dia 24, que se celebra o Dia da Infância, data criada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) com o objetivo de promover a reflexão sobre as condições de vida das crianças em todo o mundo.

Com Parecer do Relator, Deputado Rubens Bueno (CIDADANIA-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Aerolevantamento e levantamento espacial em território nacional

O Projeto de Lei nº 3.587/2000, do Poder Executivo, dispõe sobre aerolevantamento e levantamento espacial no território nacional, além de sanções por descumprimento das normas aplicáveis.

Com Parecer do Relator, Deputado Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR), pela constitucionalidade,

juridicidade e técnica legislativa deste, do Substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e do Substitutivo da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.587/2000, nos termos do Substitutivo da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com subemenda, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Normas para prevenção de acidentes por mergulho

O Projeto de Lei nº 1.162/2007 de Mário Heringer (PDT-MG) disciplinou a prevenção de acidentes em piscinas, estabeleceu normas para prevenção de acidentes por mergulho e alterou a Lei nº 9.394, de 1996, para determinar a inclusão no currículo da educação básica a difusão de valores à segurança pessoal e coletiva.

Com parecer ao Substitutivo do Senado do Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Substitutivo do Senado Federal a este projeto, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Afixação obrigatória de texto em guichês de empresas de transporte interestadual

O Projeto de Lei nº 2.799/2008, do Deputado Silas Câmara (PSC-AM), tornou obrigatória a afixação do texto da Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, nos guichês para atendimento ao público das empresas de transporte interestadual.

O texto concede passe livre aos portadores de deficiência que pretendem viajar para outros Estados da Federação, e o projeto busca divulgar de forma e

irrestrita a todos os usuários do transporte rodoviário de passageiros.

Com Parecer do Relator, Deputado Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor, que saneia a injuridicidade do projeto, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Sinalização vertical da travessia de pedestres

O Projeto de Lei nº 2.879/2011, do Deputado Luis Tibé (PCdoB-MG), alterou a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a sinalização vertical da travessia de pedestres.

Com Parecer do Relator, Deputado Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e dos Projetos de Lei nºs 6.637/2013, 972/2015, 7.930/2017, 2.827/2019, 7.995/2017, 4.735/2016, 843/2019, 10.008/2018, 3.733/2019, 2.689/2019 e 5.242/2019, apensados, na forma do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes, com subemenda, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Zilda Arns Neumann no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria

O Projeto de Lei nº 1.937/2019, da Deputada Tereza Nelma (PSDB-AL), inscreveu o nome de Zilda Arns Neumann no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Zilda, pediatra e sanitarista, formada pela Universidade Federal

do Paraná, foi três vezes indicada ao Prêmio Nobel da Paz, ganhadora de uma série de homenagens tanto no Brasil quanto no exterior, a fundadora da Pastoral da Criança formulou um plano de ação para diminuir a mortalidade infantil com o uso do soro caseiro, que foi bem sucedido.

Com Parecer do Relator, Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Mudança de termo “idoso” para “pessoa idosa” em Lei

O Projeto de Lei nº 3.646/2019, do Senador Paulo Paim (PT-RS), altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa. Busca-se substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”.

Com Parecer do Relator, Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e com Complementação de Voto, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Carlos Jordy



Deputado Roberto de Lucena

Semana Nacional da Ética e da Cidadania

O Projeto de Lei nº 222/2019, de Roberto de Lucena (PODE-SP), instituiu a Semana Nacional da Ética e da Cidadania, a ser comemorada, anualmente, em todo o território nacional na primeira semana de junho. Busca-se oferecer uma oportunidade para que órgãos públicos e entidades da sociedade civil organizada possam debater e difundir experiências de cada instituição e realizar campanhas didáticas, em prol da observância dos princípios éticos e de cidadania que devem nortear o comportamento de todo cidadão, seja ele agente

público ou privado, na visão das diversas instituições que conformam o Estado e a sociedade brasileira.

Com Parecer do Relator, Deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e dos Projetos de Lei nºs 2.815/2019, 3.664/2019, 4.742/2019 e 4.685/2020, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, com substitutivo, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Fábio Trad

Redução equitativa de honorários sucumbenciais

O Projeto de Lei nº 2.365/2019, do Deputado Robério Monteiro (PDT-CE), alterou a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, para vedar a redução equitativa de honorários sucumbenciais quando a causa possuir valor líquido ou liquidável, incluindo o entendimento de que, neste caso, para fins de fixação equitativa de honorários sucumbenciais, o juiz deverá observar os valores recomendados pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil a título de honorários advocatícios.

Com parecer do Relator, Deputado Fábio Trad (PSD-MS), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e das emendas apresentadas ao substitutivo nesta Comissão, com substitutivo; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.646/2019, apensado, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Efeitos da renúncia na sucessão hereditária

O Projeto de Lei nº 551/2020, do Deputado Carlos Bezerra (MDB-MT), dispõe sobre os efeitos da renúncia na sucessão hereditária e, para tanto, acrescenta parágrafo único ao art. 1.810 do Código Civil, com redação constando que, “concorrendo herdeiros de classes diversas, a renúncia de qualquer deles devolve sua parte aos que integram a mesma ordem dos chamados a suceder”.

Com Parecer da Relatora, Deputada Bia Kicis (PSL-DF), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, no mérito, pela aprovação, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Dia Nacional da diálise

O Projeto de Lei nº 1.211/2020, do Deputado Pedro Westphalen (PP-RS), instituiu o Dia Nacional da diálise.

Com isso, serão promovidas ações para a conscientização sobre doenças renais e prevenção de seu agravamento, fatores de risco, comorbidades e tratamento de diálise, podendo incluir a realização de eventos, seminários e palestras, a divulgação na mídia e a promoção de debates com autoridades sanitárias, profissionais de saúde e sociedade civil.

Com Parecer do Relator, Deputado Dr. Frederico (PATRIOTA-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão sonora no Município de Teodoro Sampaio – SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 2.166/2009 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que outorga permissão à Difusora Natureza FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Teodoro Sampaio, Estado de São Paulo.

Com Parecer do Relator, Deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Dia Nacional da Força Jovem Universal

O Projeto de Lei nº 2.994/2021, de diversos autores do partido REPUBLICANOS, instituiu o Dia Nacional da Força Jovem Universal.

A Força Jovem Universal (FJU) visa ajudar os jovens de todas as maneiras por meio de auxílio social, e um dos principais objetivos do grupo é alcançar jovens que se encontram no mundo dos vícios, na criminalidade, que possuem problemas familiares, sem perspectiva de vida a encontrarem um caminho.

Com Parecer do Relator, Deputado João Campos (REPUBLICANOS-GO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão sonora no Município de Jaraguá do Sul - SC

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 1.371/2008 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que outorga permissão à RÁDIO CRUZEIRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão

sonora em frequência modulada, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Com Parecer do Relator, Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão sonora no Município de Caxias do Sul - RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 997/2018 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que autoriza a Associação dos Músicos Caxienses a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Com Parecer do Relator, Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado João Campos

Serviço de radiodifusão sonora no Município de Várzea Grande - MT

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 998/2018 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que autoriza a Associação Cultural Rádio Comunitária do Parque do Lago a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Várzea Grande, Estado do Mato Grosso.

Com Parecer do Relator, Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão sonora no Município de Feliz - RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 1.088/2018 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Feliz (Feliz Fm) a executar, pelo

prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Feliz, Estado do Rio Grande do Sul.

Com Parecer do Relator, Deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Ipiaú - BA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 355/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Rádio Livre para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ipiaú, Estado da Bahia.

Com Parecer do Relator, Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Paulo Eduardo Martins

Rodovia Deputado Oscar Goldoni

O Projeto de Lei nº 2.738/2020, do Deputado Beto Pereira (PSDB-MS), denomina “Rodovia Deputado Oscar Goldoni” o trecho da BR-463 entre os Municípios de Dourados e Ponta Porã em Mato Grosso do Sul.

Com Parecer do Relator, Deputado Lucas Redecker (PSDB-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Uruguaiana - RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 451/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Movimento Comunitário Rádio Elshadday para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Com Parecer do Relator, Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Salto do Lontra - PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 843/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Defesa e Educação do Meio Ambiente de Salto do Lontra - ADEMA - para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná.

Com Parecer da Relatora, Deputada Christiane Yared (PL-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Tasso Fragoso – MA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 669/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que autoriza a Associação Comunitária Cidade - Ascidade - a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tasso Fragoso, Estado do Maranhão.

Com Parecer do Relator, Deputado Aluisio Mendes (PSC-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Varjão de Minas – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 836/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária de Varjão de Minas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito

de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Varjão de Minas, Estado de Minas Gerais.

Com Parecer do Relator, Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Jaú – SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 848/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Agenda - FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaú, Estado de São Paulo.

Com Parecer do Relator, Deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Tenente Portela - RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 1.009/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação do Desenvolvimento Comunitário para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul.

Com Parecer do Relator, Deputado Lucas Redecker (PSDB-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Presidente Epitácio - SP

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 1.005/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização

outorgada ao Presidente Epitácio Associação Cultural Comunitária - PEACC para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo.

Com Parecer do Relator, Deputado Geninho Zuliani (DEM-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão

Serviço de radiodifusão no Município de Oliveira dos Brejinhos - BA

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 916/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Moradores da Cidade de Oliveira dos Brejinhos para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia.

Com Parecer do Relator, Deputado Zé Neto (PT-BA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Félix Mendonça Júnior

Serviço de radiodifusão no Município de Bonfinópolis de Minas - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 992/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural, Educativa e Desportiva de Bonfinópolis de Minas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bonfinópolis de Minas, Estado de Minas Gerais..

Com Parecer da Relatora, Deputada Alê Silva (PSL-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Luminárias - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 995/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Rádio e

TV de Luminárias para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Luminárias, Estado de Minas Gerais.

Com Parecer do Relator, Deputado Júlio Delgado (PSB-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Nova Resende - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 996/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Novaresendense de Difusão e Apoio - ANDA - para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Resende, Estado de Minas Gerais.

Com Parecer do Relator, Deputado Pinheiro (PP-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Pinheirinho

Serviço de radiodifusão no Município de Passos - MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 1.027/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Missão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Passos, Estado de Minas Gerais.

Com Parecer do Relator, Deputado Júlio Delgado (PSB-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Itaocara - RJ

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 1.033/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Monte Sinai

para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaocara, Estado do Rio de Janeiro.

Com Parecer do Relator, Deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Palmas - TO

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 1.034/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores da Quadra 404 Norte (ARNE 51) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Tocantins.

Com Parecer da Relatora, Deputada Angela Amin (PP-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputado Júlio Delgado

Serviço de radiodifusão no Município de Datas – MG

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 1.036/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Bolívar Freire para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Datas, Estado de Minas Gerais.

Com Parecer do Relator, Deputado Pinheirinho (PP-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Uraí – PR

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 1.038/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Uraí para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de

radiodifusão comunitária no Município de Uraí, Estado do Paraná.

Com Parecer do Relator, Deputado Luizão Goulart (REPUBLICANOS-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Bezerros – PE

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 1.041/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Míriam de Amparo Social e Cultural de Bezerros para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bezerros, Estado de Pernambuco.

Com Parecer do Relator, Deputado Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Antonio João - MS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 1.049/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Integração Comunitária Novos Tempos para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Antonio João, Estado do Mato Grosso do Sul.

Com Parecer do Relator, Deputado Dagoberto Nogueira (PDT-MS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Luís Gomes - RN

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 1.051/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização

outorgada ao Grupo Mutirão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Luís Gomes, Estado do Rio Grande do Norte.

Com Parecer da Relatora, Deputada Angela Amin (PP-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de Condor - RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 1.061/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Condoreense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Condor, Estado do Rio Grande do Sul.

Com Parecer da Relatora, Deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.

Serviço de radiodifusão no Município de São Francisco de Assis - RS

O Projeto de Decreto Legislativo de Concessão, Renovação e Permissão de Radio/TV nº 1.065/2021 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul.

Com Parecer do Relator, Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, a proposta foi aprovada nesta Comissão.



Deputada Bia Kicis e Secretário-executivo do CCI, Silvio Avelino



ESTATÍSTICAS

Resumo das Reuniões da CCJC ao longo do ano

Mês	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Presença nas reuniões virtuais ou semipresenciais*	860	1260	1644	892	438**	1024	1108	975	862	699	9762
Quantidade de itens pautados	99	282	122	68	47	125	228	341	367	357	2036
Proposições apreciadas	2	91	54	28	22	63	136	231	120	187	934
Redações finais apreciadas	0	53	10	0	4	7	20	17	164	120	395
Requerimentos de retirada de pauta apresentados	57	149	154	120	19	125	81	206	124	131	1166
Proposições que foram retiradas de pauta	4	8	11	5	5	32	22	10	7	40	144
Pedido de vistas	1	4	8	5	2	5	12	7	5	13	62
Apreciações interrompidas devido ao início da ordem do dia	3	3	3	2	0	1	2	4	1	0	19

*131 membros, sendo 66 titulares e 65 suplentes **recesso parlamentar de 17 a 31 de julho

Eventos realizados CCJC

Evento	CCJC	SUBPENAL	SUBPDCA
Reunião de Instalação e Eleição	1	1	1
Reunião Deliberativa	96	2	5
Audiência Pública	10	8	2
AP com Comparecimento de Ministro	1	0	1
Total	108	11	9

Matérias recebidas		
CMC	Plenário	2
CON	N/A	1
MSC	Plenário	2
PARF	N/A	395
PDL	Plenário e Parecer 09/90	829
PEC	Plenário	16
PL	Conclusiva e Plenário	872
PLP	Plenário	33
PRC	Plenário	21
REC	Plenário	19
REC	N/A	9
REP	N/A	1
REQ	N/A	197
Total		2397

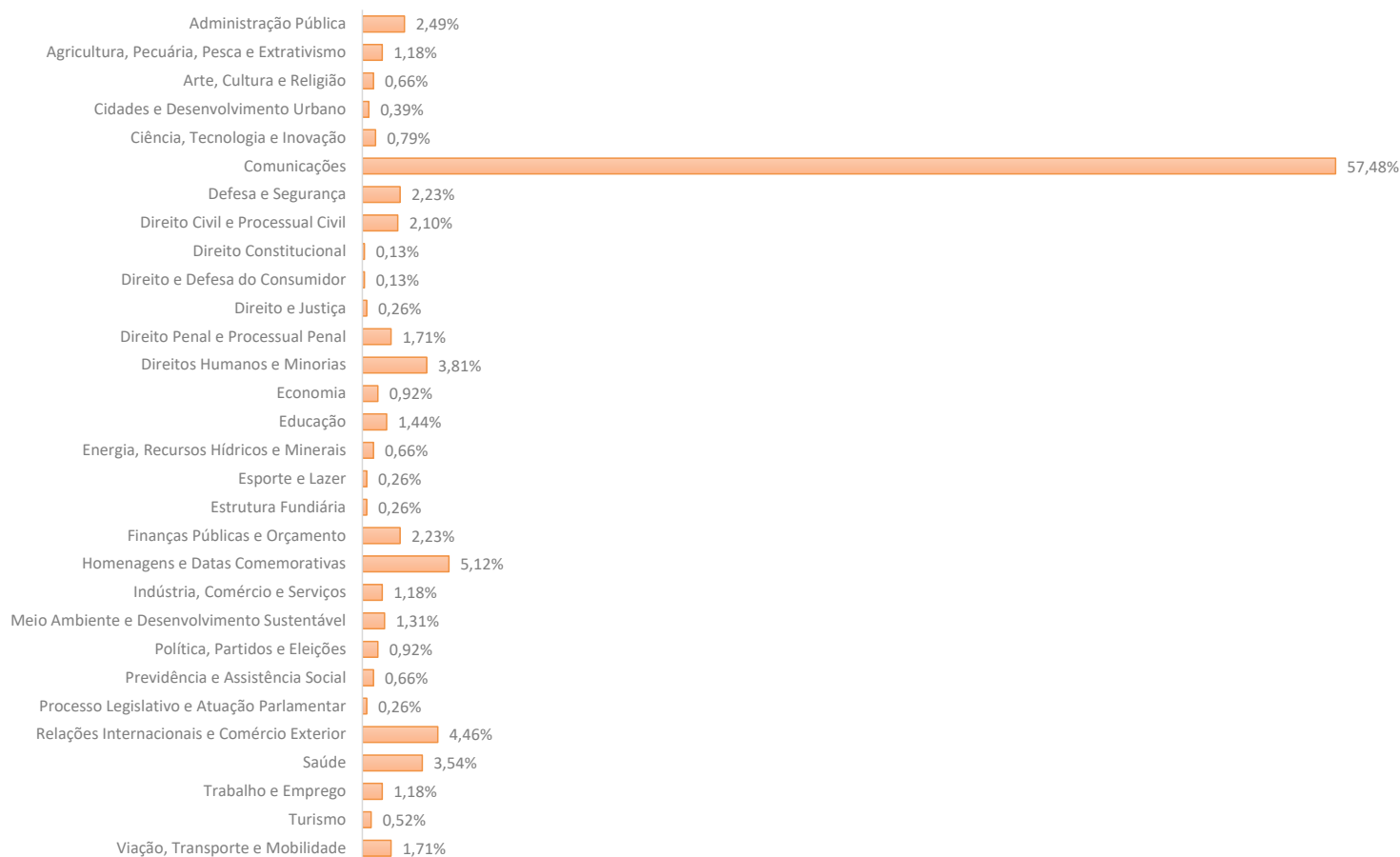
Redações Finais		
PDL	Plenário e Parecer 09/90	488
PEC	Plenário	16
PL	Conclusiva e Plenário	180
PLP	Plenário	6
PRC	Plenário	1
REC	N/A	2
SBT-A	N/A	1
Total		694

Matérias apreciadas		
Tipo	Apreciação	Qtd.
APJ	N/A	6
PDL	Plenário e Parecer 09/90	472
PEC	Plenário	32
PL	Conclusiva e Plenário	300
PLP	Plenário	14
PRC	Plenário	1
REC	N/A	2
REL	N/A	2
REQ	N/A	101
SOR	Interna	4
Total		934

Redações Finais apreciadas		
PDL	Parecer 09/90	298
PL	Conclusiva	97
Total		395

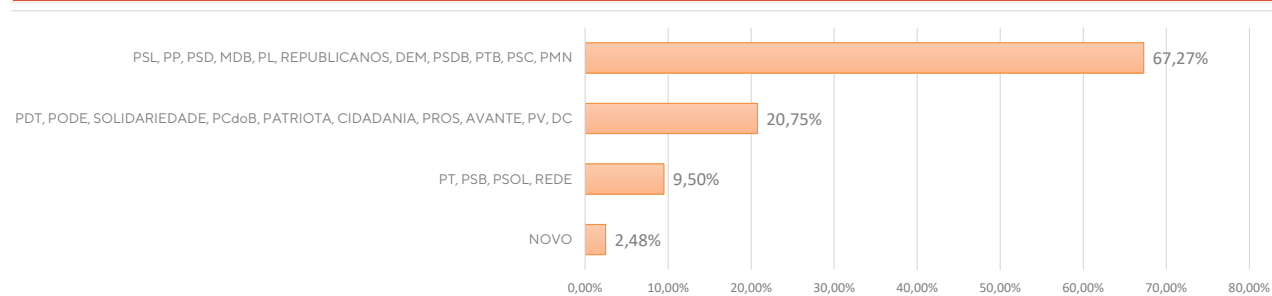
APJ - Anteprojeto, **CMC** - Comunicação de Medida Cautelar deferida em desfavor de Deputado, **CON** - Consulta, **MSC** - Mensagem, **PARF** - Parecer de Comissão para Redação Final, **PDL** - Projeto de Decreto Legislativo, **PEC** - Proposta de Emenda à Constituição, **PL** - Projeto de Lei, **PLP** - Projeto de Lei Complementar, **PRC** - Projeto de Resolução, **REC** - Recurso, **REL** - Relatório, **REP** - Representação, **REQ** - Requerimento, **SBT-A** - Substitutivo adotado pela Comissão, **SOR** - Comissões.

Classificação de Materias Apreciadas na CCJC 2021



Proporção de Designações por Bloco

Total de Designações: 1.494



Equipe Técnica CCJC 2021

Colaboradores

Ana Cristina de Araújo Silva
Ariadna Edenice Mendonça Vasconcelos
Cláudio Ribeiro Paes
Débora Andrade Gapp
Érica Renata Vidal Giampaolo Ortega
Evandro Araújo
Fernando César Silva
José Alves Palmeira
Kelly Miriam Pena
Leonardo Paraiso Vilela Carvalho
Luciana Regina Carvalho Leite
Márcia Maria Ribeiro de Azevedo Ramos
Maria Lílian de Medeiros Yared
Maria Raimunda Natalina dos Santos Pimenta
Marina Braga Lima Albano Mota
Mell Faber
Pedro Julian Luger
Roberta Simão de Carvalho Cesar
Sarah Fernandes dos Anjos Moreira
Silvio Avelino da Silva
Vanessa Pimentel de Faria
Virgínia Lomonaco Nogueira Sciascia

Estagiários

Hioranne Oliveira Dias
Júlia Câmara do Nascimento

Pró-Adolescentes

Nycole Kawa Pereira Vieira
Pedro Felipe Ferreira
Yan Alves da Costa